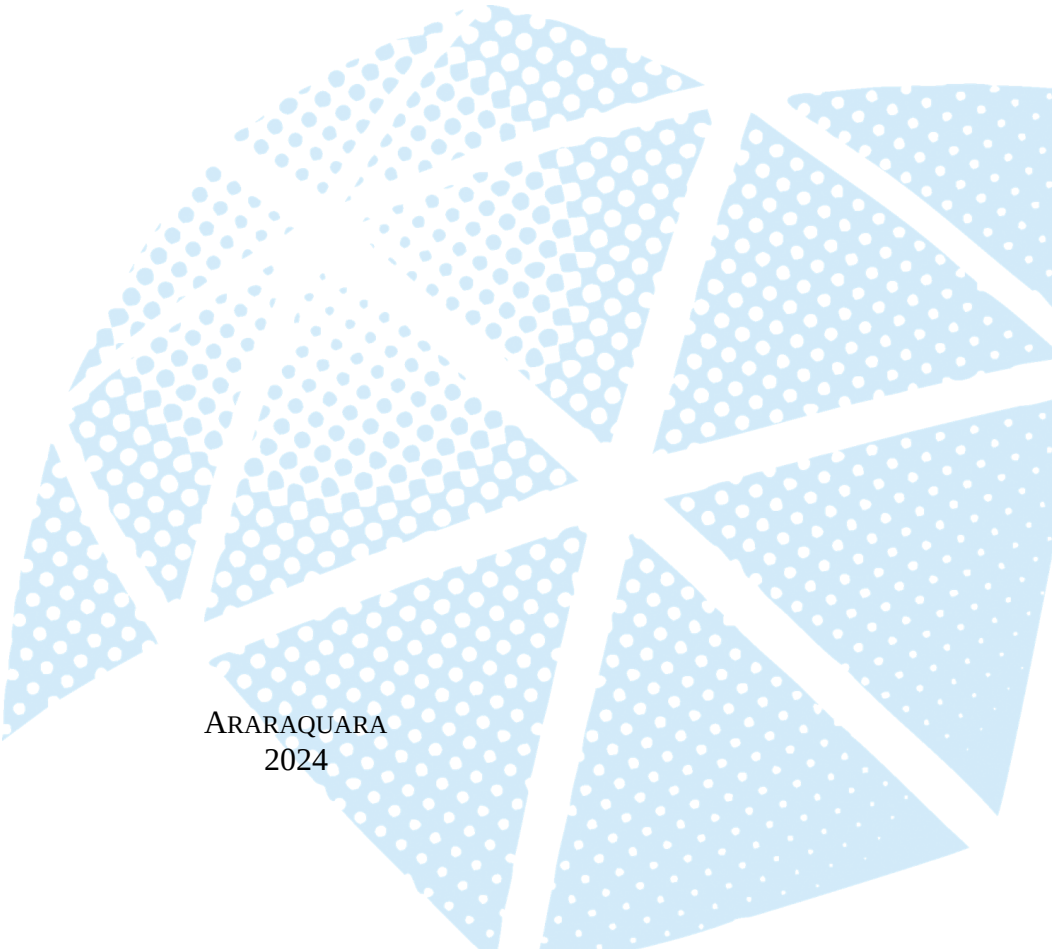


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CÂMPUS DE ARARAQUARA - SP

MIRELLA DE SOUZA BALESTERO

EDIÇÃO DE TEXTOS NO BRASIL:
DESCRIÇÃO, ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO TERMINOLÓGICA



ARARAQUARA
2024

MIRELLA DE SOUZA BALESTERO

EDIÇÃO DE TEXTOS NO BRASIL:
DESCRIÇÃO, ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO TERMINOLÓGICA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara como requisito para a obtenção do título de Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

Área de concentração: Estudos do Léxico.

Orientadora: Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa.

ARARAQUARA
2024

B184e

Balestero, Mirella de Souza

EDIÇÃO DE TEXTOS NO BRASIL : DESCRIÇÃO, ANÁLISE E
SISTEMATIZAÇÃO TERMINOLÓGICA / Mirella de Souza

Balestero. -- Araraquara, 2024

187 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

1. Linguística. 2. Terminologia. 3. Edição de textos. 4. Revisão de
textos. 5. Dicionário. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

O impacto potencial desta pesquisa reside na sistematização do léxico da Edição de textos no Brasil, promovendo a compreensão entre profissionais, estudantes e clientes da área, além de valorizar a profissão e suas práticas. Isso facilita a comunicação, melhora as condições de trabalho e fomenta inovações terminológicas essenciais no campo.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

El impacto potencial de esta investigación radica en la sistematización del léxico de la Edición de textos en Brasil, promoviendo la comprensión entre profesionales, estudiantes y clientes del área, además de valorizar la profesión y sus prácticas. Esto facilita la comunicación, mejora las condiciones laborales y fomenta innovaciones terminológicas esenciales en el campo.

MIRELLA DE SOUZA BALESTERO

EDIÇÃO DE TEXTOS NO BRASIL:

DESCRIÇÃO, ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO TERMINOLÓGICA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara como requisito para a obtenção do título de Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

Área de concentração: Estudos do Léxico.

Orientadora: Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

Data da defesa: 23/05/2024

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

PRESIDENTE E ORIENTADORA: Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

Universidade Estadual Paulista/FCLAr

MEMBRO TITULAR: Prof. Dr. Odair Luiz Nadin da Silva

Universidade Estadual Paulista/FCLAr

MEMBRO TITULAR: Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado

Universidade Federal de São Carlos

MEMBRO TITULAR: Profa. Dra. Regiani Aparecida Santos Zacarias

Universidade Estadual Paulista/FCLAr

MEMBRO TITULAR: Profa. Dra. Gladis Maria de Barcellos Almeida

Universidade Federal de São Carlos

LOCAL: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara

Aos meus pais, terrestres e espirituais.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Deus e aos Orixás, pela vida e pela oportunidade de evoluir, pessoal e profissionalmente. Axé!

Aos meus pais, Flávia Messias e Vilson Balestero, que me incentivaram a estudar e me ajudaram a tornar meus sonhos realidade. Vocês são a minha base e minha inspiração. Com vocês, aprendi que lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive, no Doutorado. Se eu for metade do que vocês são, cumprirei meu papel na Terra.

Aos meus avós maternos, ou melhor, minha segunda mãe – Sebastiana Messias de Souza – e meu segundo pai – Luiz Divino Pereira de Souza. Vocês respeitaram minhas escolhas, mesmo quando a distância das gerações dizia o contrário.

Aos meus avós paternos, Matilde Schiavinato Balestero e Francisco Balestero (*in memoriam*), pela alegria de viver e pelos ensinamentos que só a família pode dar.

À família que eu escolhi, especialmente Dhonny Alencar e Debora Wolf, pois nossa ligação vai além de corrente sanguínea. Agradeço ao meu parceiro de vida, Dhonny, pela paciência, pelo amor, pelo carinho e pela motivação; obrigada por acreditar em mim. Não poderia deixar de mencionar minha irmã de coração, Debora, que me conheceu ainda caloura e esteve presente desde então, me desejando amor e luz.

Aos meus amigos, pela motivação, pelo carinho e pelas alegrias compartilhadas. Nossos momentos juntos me deixam em paz para continuar nessa jornada e, quando estou ausente, vocês me entendem e continuam por perto. Muito obrigada!

À minha orientadora, referência em Estudos do Léxico, Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, que acreditou em mim ainda na Graduação ao me aceitar como aluna especial em sua disciplina na pós-graduação. Logo em seguida, Clotilde abraçou meu projeto de pesquisa e não mediu esforços para me orientar no Mestrado, segurando a minha mão até o último instante, quando decidi cursar o Doutorado. Obrigada, professora, pelos valiosos ensinamentos, pelas reuniões, por toda a orientação, enfim, por ter me acolhido com tanto apreço e tanta dedicação.

À Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado, especialista em Edição e Revisão de Textos, professora, pesquisadora e minha quase coorientadora. Gratidão eterna por ter entrado nessa aventura comigo desde o Mestrado, por acreditar em mim e na minha competência como linguista, terminóloga e revisora. Suas considerações deram credibilidade à pesquisa.

À Profa. Dra. Gladis Maria de Barcellos Almeida, por me apresentar, ainda na UFSCar, o fascinante mundo da Terminologia, por fazer parte da minha jornada acadêmica – como orientadora e professora – e por me ensinar muito mais do que eu poderia aprender sozinha.

Ao Prof. Dr. Odair Luiz Nadin da Silva, que me acompanhou desde o Mestrado e nunca hesitou em me ajudar, seja com um texto, seja com uma palavra. É gratificante ter sido sua aluna na pós-graduação e contar com sua avaliação em todas as minhas bancas.

À Profa. Dra. Regiani Aparecida Santos Zacarias, por ter colaborado com o desenvolvimento desta tese não só na banca, mas em aulas na FCLAr e em congressos.

Ao Leandro, por me auxiliar com o ambiente e-Termos, pelas reuniões, pelas mensagens e pelas trocas.

Aos colegas de profissão e às pessoas que me acompanham nas redes sociais, que frequentemente me lembram do meu potencial e me motivam a fazer pesquisas em Edição. Agradeço-lhes pelo carinho e pela confiança.

À Camila Bordonal Clempi, minha amiga, parceira de pós e atual colaboradora da MIREVISA, pelas contribuições na revisão e formatação da tese.

Aos profissionais da FCLAr e à Seção Técnica de Pós-Graduação, pela prestatividade e pela assessoria nos serviços prestados.

A todos, meu muito obrigada.

Lutar com palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.
Algumas, tão fortes
como o javali.
Não me julgo louco.
Se o fosse, teria
poder de encantá-las.
Mas lúcido e frio,
apareço e tento
apanhar algumas
para meu sustento
num dia de vida.
Deixam-se enlaçar,
tontas à carícia
e súbito fogem
e não há ameaça
e nem há sevícia
que as traga de novo
ao centro da praça.

Insisto, solerte.
Busco persuadi-las.
Ser-lhes-ei escravo
de rara humildade.
Guardarei sigilo
de nosso comércio.
Na voz, nenhum travo
de zanga ou desgosto.
Sem me ouvir deslizam,
perpassam levíssimas
e viram-me o rosto.
Lutar com palavras
parece sem fruto.
Não têm carne e sangue...
Entretanto, luto.

Palavra, palavra
(digo exasperado),
se me desafia,
aceito o combate.
Quisera possuir-te
neste descampado,
sem roteiro de unha
ou marca de dente
nessa pele clara.
Preferes o amor
de uma posse impura

e que venha o gozo
da maior tortura.

Luto corpo a corpo,
luto todo o tempo,
sem maior proveito
que o da caça ao vento.
Não encontro vestes,
não seguro formas,
é fluido inimigo
que me dobra os músculos
e ri-se das normas
da boa peleja.

Iludo-me às vezes,
pressinto que a entrega
se consumará.
Já vejo palavras
em coro submisso,
esta me ofertando
seu velho calor,
aquela sua glória
feita de mistério,
outra seu desdém,
outra seu ciúme,
e um sapiente amor
me ensina a fruir
de cada palavra
a essência captada,
o sutil queixume.
Mas ai! é o instante
de entreabrir os olhos:
entre beijo e boca,
tudo se evapora.

O ciclo do dia
ora se conclui
e o inútil duelo
jamais se resolve.
O teu rosto belo,
ó palavra, esplende
na curva da noite
que toda me envolve.
Tamanha paixão
e nenhum pecúlio.
Cerradas as portas,
a luta prossegue
nas ruas do sono.

RESUMO

Partindo da ideia de que a variação é inerente à língua tanto em contextos menos especializados quanto em contextos mais especializados, exploramos a variação dos termos da Edição de Textos. Tal variação, no entanto, não está organizada, o que gera uma confusão terminológica para o campo. Em razão disso, surge esta pesquisa de Doutorado, que tem como objetivo descrever, analisar e sistematizar a Edição, verificando como os termos são compreendidos e utilizados pelos profissionais da área e quais unidades são afetadas pelo impasse. Para isso, fundamentamo-nos na Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999), a qual busca descrever os termos de uma área de especialidade. Além disso, levamos em consideração o aporte teórico de base discursiva, sobretudo de origem francesa (Bourdieu, 1994; Maingueneau, 2005; Salgado, 2007, 2016a, 2016b), para refletir e discutir sobre a prática de editar um texto. Os objetivos específicos eram (i) delimitar os processos pr -textuais, textuais e p s-textuais da Edição de Textos, (ii) descrever a terminologia da Edição, (iii) analisar os dados obtidos ao longo do estudo, esclarecendo os nomes dos processos e o que eles significam, bem como as técnicas, as ferramentas e as manobras por meio de definições terminológicas e (iv) elaborar e apresentar verbetes referentes aos termos da Edição de Textos, sistematizando os dados. Quanto à metodologia, adotamos a abordagem qualiquantitativa e seguimos etapas terminológicas semiautomatizadas, como criação de um córpus, seleção e extração de candidatos a termos, formulação de estrutura conceitual e redação de definições, com o auxílio de ferramentas computacionais, a saber: e-Termos e AntConc. Portanto, esta tese se mostra pertinente, na medida em que reconhece o domínio de especialidade para a constituição do campo da Edição e prop e um caminho inédito para que, apesar da instabilidade, as pessoas – profissionais do texto, docentes, alunos ou clientes – se entendam.

Palavras-chave: Edição de textos; Terminologia; Instabilidade terminológica; Definição; Verbetes.

RESUMEN

Asumiendo que la variación es inherente al lenguaje, tanto en contextos menos especializados como en contextos más especializados, abordamos la variación de los términos relacionados con la Edición de Textos. Sin embargo, esta variación no se ha sistematizado, lo que genera una confusión terminológica en el campo. Por esta razón se lleva a cabo esta investigación de Doctorado, cuyo objetivo es describir, analizar y sistematizar la Edición, examinando cómo los términos son comprendidos y utilizados por los profesionales del área, así como qué unidades se ven afectadas por esta falta de uniformidad. Para ello, nos fundamentamos en la Teoría Comunicativa de la Terminología (Cabré, 1999), la cual se encarga de describir los términos de un área de especialización. Además, tomamos en consideración el aporte teórico de base discursiva, sobre todo de origen francés, principalmente de Bourdieu (1994), Maingueneau (2005) y Salgado (2007, 2016a, 2016b), para reflexionar y discutir sobre la práctica de la edición de textos. Nuestros objetivos específicos son (i) delimitar los procesos antes, durante y después de la Edición de Textos; (ii) describir la terminología de la Edición; (iii) analizar los datos recopilados durante la investigación, aclarando los nombres de los procesos y su significado, así como las técnicas, herramientas y estrategias empleadas, mediante definiciones terminológicas; y (iv) desarrollar y presentar artículos que definan los términos utilizados en la Edición de Textos, sistematizando la información obtenida. Respecto a la metodología, adoptamos un enfoque cuali-cuantitativo y seguimos una secuencia de etapas terminológicas semiautomatizadas que incluyeron la elaboración de un *corpus*, la selección y extracción de candidatos a términos, la elaboración de una estructura conceptual y la redacción de definiciones usando herramientas computacionales e-Termos y AntConc. Por lo tanto, esta tesis es relevante porque demuestra el dominio de especialidad para la consolidación del campo de la Edición y propone un enfoque innovador para que las personas – profesionales del texto, docentes, alumnos o clientes – puedan entenderse, a pesar de la inestabilidad terminológica.

Palabras clave: Edición de textos; Terminología; Inestabilidad terminológica; Definición; Artículo.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo da prática terminológica.....	32
Figura 2 – Sumário do Manual de Editoração de Estilo.....	50
Figura 3 – Fluxograma da revisão	63
Figura 4 – Tipos de revisão	69
Figura 5 – PL 5084/2020	83
Figura 6 – Código de <i>download</i> de legendas.....	93
Figura 7 – Recorte da planilha com textos do <i>cópus</i>	94
Figura 8 – EditPad Pro	95
Figura 9 – Programa e-Termos.....	96
Figura 10 – Tela inicial AntConc	97
Figura 11 – <i>Stoplist</i>	98
Figura 12 – Extração automática dos candidatos a termos.....	99
Figura 13 – Ontologia da Edição em <i>folder tree</i>	118
Figura 14 – Trecho da ontologia	123
Figura 15 – Ontologia EdiTe em grafo.....	125
Figura 16 – Diagrama da Edição	128
Figura 17 – Diagrama do tratamento de textos.....	130
Figura 18 – Preenchimento da base definicional.....	132
Figura 19 – Base definicional do termo revisão linguística	134
Figura 20 – Protocolo da ficha terminológica	135
Figura 21 – Verbete etapa pré-textual	136
Figura 22 – Editor de definição referente ao termo <i>lauda</i>	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As Ciências do Léxico	30
Quadro 2 – Quadro comparativo entre TGT e TCT	34
Quadro 3 – Funções da Terminologia	35
Quadro 4 – Diferença entre dicionário, glossário e vocabulário	37
Quadro 5 – Modelos definitórios.....	41
Quadro 6 – Termos equivalentes português-inglês	56
Quadro 7 – Termos da revisão de textos em dicionários bilíngues	71
Quadro 8 – Cursos de Letras e Linguística	78
Quadro 9 – Cursos de Comunicação	78
Quadro 10 – Cursos de Jornalismo.....	79
Quadro 11 – Cursos de Edição	79
Quadro 12 – Cursos de Tradução	80
Quadro 13 – Pós-graduações em revisão (Revisão Para Quê)	80
Quadro 14 – Pós-graduações em revisão.....	80
Quadro 15 – Tarefas terminológicas	84
Quadro 16 –Padrão de nomeação dos textos	93
Quadro 17 – Tipos definitórios.....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Listas de candidatos a termos extraídos automaticamente	101
--	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Motivação e justificativa do tema	16
1.2 Objetivos.....	24
1.2.1 Objetivo geral	24
1.2.2 Objetivos específicos.....	24
1.3 Estrutura do trabalho	24
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	26
2.1 A ciência da palavra e do termo	26
2.1.1 Terminologia descritiva.....	29
2.1.2 Definir: o que é e como se faz?	37
2.2 Edição de Textos	44
2.2.2. Campo, domínio de especialidade ou entrecampo	44
2.2.3 A terminologia da Edição de Textos	47
2.2.3.1 <i>Processos e profissionais da edição textual</i>	55
2.2.3.2 <i>Revisão de textos</i>	60
2.2.4 Formação e atuação dos profissionais do texto no Brasil.....	77
3 MATERIAIS, MÉTODOS E RESULTADOS.....	84
3.1 Compilação e tratamento do corpus	87
3.2 Extração e seleção de termos	99
3.3 Estrutura conceitual.....	104
3.4 Base definicional	132
3.5 Ficha terminológica	134
3.6 Definições.....	136
3.7 Verbetes.....	140
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS	161
ANEXO A – LEI DO LIVRO.....	174
ANEXO B – <i>STOPLIST</i>	181

1 INTRODUÇÃO

Falar de edição vai além do tratamento de texto (formatar e revisar). O texto é feito, antes de qualquer coisa, para comunicar algo, por meio da linguagem verbal ou por meio da linguagem não verbal. Diante disso, é importante entender o objetivo da mensagem, o meio em que ela irá circular e o público-alvo, pois esses fatores influenciam a produção, o tratamento e a publicação de um texto.

Tornar as ideias públicas, então, consiste em uma tarefa complexa, assim como a edição, que pode demandar processos, profissionais e práticas diferentes. Nesse sentido, examinar o campo requer muito estudo e muita atenção, haja vista que, embora seja um procedimento bastante antigo, a edição – e a revisão textual – não são, ainda, ofícios legalmente reconhecidos e sistematizados. Em outras palavras, há adversidades com relação às condições de trabalho dos profissionais do texto, tal qual a falta de regulamentação da área e a distorção do que realmente constitui o processo de tratamento de um texto.

Tendo isso em vista, as inquietações do domínio de especialidade Edição de Textos foram discutidas, em especial o fenômeno da variação terminológica – há, por exemplo, nomes e sentidos variados para os processos de edição e para os profissionais de textos. No entanto, a variação não é, em si, um problema, uma vez que ela é inerente à língua. O obstáculo está, na verdade, na ausência de organização e sistematização da área, comumente chamada de instabilidade terminológica (Muniz Júnior, 2010; Balestero, 2019; Yamazaki, 2009), o que motivou a feitura desta tese de Doutorado.

Nessa direção, o objetivo desta pesquisa é descrever, analisar e sistematizar os termos da Edição de Textos, fazendo com que os profissionais do texto se entendam apesar da variação. Com esse fim, compreender o funcionamento da área foi basilar para o cumprimento da investigação. Em função disso, fundamentamo-nos na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), teoria linguística e descritiva cunhada por Cabré (1999) que leva em consideração o uso e o funcionamento de uma área, isto é, o que realmente acontece num domínio. Além da TCT, temos como base os estudos de Salgado (2007, 2016a, 2016b), de viés discursivo, e as práticas da Edição.

A partir da descrição da Edição de Textos, seguimos etapas metodológicas, que vão desde a compilação do corpus até a criação de definições terminológicas e, conseqüentemente, de verbetes para os termos da área a fim de elaborar o primeiro dicionário da Edição. Para tal, as etapas foram conduzidas com o auxílio de ferramentas semiautomatizadas, como o e-

Termos¹ e o AntConc², para otimizar as tarefas e torná-las mais autênticas. Outrossim, contamos com a colaboração de especialistas do domínio para validar as tarefas e os resultados do trabalho, incluindo a participação voluntária da Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado³. A parceria entre terminólogo e especialista, nesse caso, pode proporcionar resultados mais precisos e tornar uma pesquisa mais eficiente.

Cabe apontar que, muito mais do que formular definições para os termos da edição, diferenciando revisão de textos e revisão gramatical, esta tese é inédita, na medida em que reflete sobre os conceitos de campo e domínio de especialidade. Ao nos aprofundarmos na Edição de Textos, constatamos que esses conceitos apresentam significados distintos, sendo o domínio um dos elementos constitutivos do campo – concepção sociológica advinda de Bourdieu (1994). Essa questão terminológica será mais bem discutida na subseção 2.2.2 e se mostra indispensável, pois qualquer confusão sobre isso pode implicar interpretações equivocadas.

Ainda que na Terminologia esses termos não sejam definidos dessa forma (perspectiva bourdieusiana), falta delimitá-los melhor, como os conceitos subdomínio, área, grande área, subárea e ciência, em virtude da confusão verificada em leituras de obras terminológicas. Esse tópico interessa muito a nós – linguistas, revisores, editores, pesquisadores e terminólogos –, mas, para fins didáticos, usaremos aqui os termos campo, área e domínio de especialidade como sinônimos. Tais unidades terminológicas não serão definidas por não abarcarem o objetivo delineado e pela limitação do tempo de execução desta tese.

¹ Cf. <https://www.etermos.cnptia.embrapa.br/index.php>.

² Utilizamos a Versão Windows (3.5.9). Cf. <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>.

³ Professora Associada, trabalha no Departamento de Letras da UFSCar. É graduada em Letras (Francês e Português) pela FFLCH/USP (1992), licenciada em Língua Portuguesa pela FE/USP (1994), tem especialização em Comunicação de Marketing pela ESPM/SP (1995), é mestre em Educação (área de concentração: Ciência e Linguagem) pela FE/USP (1998) e doutora em Linguística (área de concentração: Análise do Discurso) pelo IEL/Unicamp (2007). Em seu segundo pós-doutoramento (2017-2019), trabalhou no Fundo Milton Santos, no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP; no pós-doutoramento desenvolvido no Departamento de Linguística da FFLCH/USP (2008 e 2010), estudou as políticas federais de formação de neoleitores. Trabalhou com projetos de editoria no núcleo técnico Confraria de Textos (1999-2010) e tem experiência em edição de textos, com ênfase em projetos coletivos e assessoria para coleções (tanto nas atividades executivas quanto nas de pesquisa e análise). Atualmente, estuda mediação editorial, materialidades da cultura e hiperdigitalidade, com atividades ligadas ao LABEPPE – Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição (CEFET-MG, UFSCar), que abriga, sob sua coordenação junto ao Prof. Dr. José Muniz Júnior, o Grupo de Pesquisa Comunicações linguísticas na comunicação (UFSCar/CEFET-MG, CNPq). Participa do Observatório da Literatura Digital Brasileira (UFSCar, CNPq) e é membro do Instituto de Pesquisa FEsTA – Fórmulas e Estereótipos, Teoria e Análise (IEL, Unicamp). Na UFSCar, atua nos Programas de Pós-Graduação em Linguística e em Estudos de Literatura; no IEB/USP, atua no Programa Multidisciplinar em Culturas e Identidades Brasileiras. Participa, desde 2020, da coordenação do GT ANPOLL “Discurso, trabalho e ética”.

Portanto, este estudo configura-se como uma proposta para minimizar a instabilidade terminológica na Edição de Textos a partir da discussão do domínio e apresentação dos verbetes da área.

1.1 Motivação e justificativa do tema

Antes de mencionar o que é Edição de Textos, precisamos esclarecer o que é texto. O significado desse conceito varia de acordo com o enfoque teórico-metodológico, posto que não é possível defini-lo de uma única maneira. Há, todavia, uma intenção de comunicação que gera efeitos de sentido diferentes, levando em conta o modo como o texto é construído, tratado e enviado ao público-alvo.

Na Linguística Textual (Koch, 1999; Marcuschi, 1983), exemplificativamente, texto é todo material (escrito ou não) que produz sentido, quer dizer, manifestação linguística de textos orais ou escritos que diz algo com alguma finalidade. Já na abordagem discursiva, à luz do Círculo de Bakhtin, a concepção de texto vai além de material linguístico. Para Bakhtin (2011 [1979]), há duas interpretações possíveis de texto: (i) sistema que é universalmente aceito e (ii) acontecimento único que expressa alguma ideologia, estabelecendo relações com outros textos (ou enunciados, como defende o autor).

Nessa orientação, texto pode ser apreendido como a manifestação dos discursos ou a materialização das ideologias. Logo, não só as manifestações verbais correspondem a textos: uma imagem, uma placa, um símbolo, um *meme* são considerados textos, mesmo que não verbais. Destarte, tudo que informa algo, que possui sentido e que pode ser materializado (verbalmente ou não) engloba o conceito. No prisma editorial, texto é um material com um valor sígnico – uma imagem, uma poesia, uma dissertação, um livro, uma bula, um comercial de TV ou um áudio – que se tornará público.

Independentemente de como o texto é materializado, convém passá-lo por revisão antes que seja lido/acessado por outra pessoa. Isso porque, ao escrever, o indivíduo pode cometer erros, não conseguindo passar a mensagem adequada ao público almejado. Os desvios, quando concernem a materiais escritos, são comumente de ordem gramatical, de convenção de escrita e de estrutura sintática. Com os textos não verbais, as inadequações podem se referir à organização das imagens, à ligação da imagem com o texto verbal, à clareza das informações na impressão de exames de imagem (ultrassom), à coerência no desenvolvimento de uma logo ou de um comercial de TV etc. Em síntese, se algum dado estiver incorreto, pode haver prejuízo de sentido e falta de compreensão.

No tocante à ultrassonografia, há um protocolo a ser seguido, que normalmente vai desde a pré-consulta e o pedido do exame até a elaboração e divulgação do laudo – por muitas vezes, os profissionais da saúde solicitam, além da imagem, um documento escrito com a análise do ultrassom. Similarmente, a figura de um animal numa apostila escolar deve estar coerente com o conteúdo versado. Além disso, o revisor pode verificar o tamanho da imagem, as cores, a nitidez dos elementos e, caso tenha linguagem verbal, a leiturabilidade e a legibilidade. Percebemos, nesse viés, estágios que necessitam ser conferidos para que o diagnóstico seja preciso.

Em vista disso, observamos que corrigir, conferir e adequar textos é fundamental para aperfeiçoá-los e fazer com que a mensagem chegue adequadamente ao leitor. Trata-se de editar o texto, tendo em mente que ele não é um produto acabado, pronto, e vai passar por uma mediação, o que, segundo Salgado (2016a, p. 7), corresponde a “conhecer um conjunto de práticas que se desenham conforme complexas relações entre diferentes normas e técnicas”. Essas práticas e normas serão discutidas adiante.

Todo texto demanda edição, por isso, não se edita somente objetos de ler⁴, que, de acordo com Ribeiro (2024)⁵, dizem respeito a textos impressos ou digitais com a finalidade de leitura, a despeito do suporte (papel, tela). O conceito surgiu, para ela, porque não era mais apropriado discorrer sobre livros, revistas e outros materiais apenas como suportes de leitura. Para incorporar a complexidade e a diversidade dos materiais, adotamos, nesta pesquisa, o conceito de objetos editoriais, já que editar um texto não se limita a textos escritos, impressos ou não, como os livros, mas aos diferentes materiais que ultrapassam a linguagem verbal. Nas palavras de Salgado (2020a, p. 6), os objetos editoriais consistem em:

[...] objetos técnicos que supõem uma cadeia criativa e uma cadeia produtiva, nas quais técnicas e normas são administradas por diferentes atores, com vistas à formalização material de uma síntese de valor sógnico, que enseja uma circulação pública, apontando para uma autoria e projetando um público leitor.

O conceito de objetos editoriais se aplica, portanto, aos objetos técnicos, os quais são submetidos a processos que visam torná-los públicos. Tais objetos participam da produção dos sentidos, porquanto implicam inscrição material de uma ideia e sua difusão. Nos termos de Maingueneau (2006, p. 212), “a transmissão do texto não vem depois de sua produção; a maneira como o texto se institui materialmente é parte integrante do seu sentido”.

⁴ Para saber mais sobre o termo, cf. Ribeiro (2008).

⁵ Ribeiro (2024) corresponde a uma referência que contém conversas via *e-mail* entre Ana Elisa Ribeiro e a autora desta tese.

Como é imperativo recolher informações dispersas para entender a história da revisão, focalizamos as discussões que são feitas sobre os ofícios ligados às materialidades dos textos, o que no Comunica – mais que um grupo de pesquisa, um coletivo de trabalho que nasceu na UFSCar, se expandiu e se tornou *blog*⁶, banco de dados, grupo de estudos e registro de uma história – é denominado de *mídium*. Para Debray (1991, p. 15 *apud* Primo, 2019, p. 35), *mídium* é:

o conjunto, técnica e socialmente determinado, dos meios simbólicos de transmissão e circulação. Conjunto que precede e supera a esfera dos meios de comunicação de massa contemporâneos, impressos e eletrônicos, entendidos como meios de difusão maciça (imprensa, rádio, televisão, cinema, publicidade etc.

Tal como o livro, outros objetos editoriais fazem parte de um *mídium*. Perante o exposto, seria mais interessante usar essa concepção em vez de texto, dado que, baseada em Debray (1991), Salgado (2020b, p. 43) afirma que *mídium* é “o objeto central da midiologia, que estuda as mediações (e não as mídias, como algumas traduções brasileiras podem fazer crer). Dessa perspectiva, agora discursivo-midiológica, é que olhamos para os objetos técnicos”.

Nesse contexto, mais do que um objeto de ler, o objeto editorial é um objeto técnico, que possui papel ou tinta, estando tanto na cadeia criativa – quando o profissional do texto trata o primeiro texto do autor – quanto na cadeia produtiva – no momento em que o revisor faz a revisão de provas, por exemplo. Esse material passa por vários atores, como autor/escritor, editor, preparador, copidesque, revisor, normalizador, diagramador etc., com a intenção de ser publicado.

Com referência à cadeia criativa e produtiva, destacamos a lei que assumiu essa existência: a Lei do Livro (n.º 10.753/2003). Essa lei federal foi criada em 2003 e institui a Política Nacional do Livro (*cf.* Anexo A), cujas diretrizes são:

⁶ Cf. <https://grupopesquisacomunica.wordpress.com/glotopoliticas-da-edicao/>.

- I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
- II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
- VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
- VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;
- IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;
- X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;
- XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;
- XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Esse regimento foi importante por ser a primeira lei brasileira no campo a abordar o processo. Notamos, com isso, que, embora a edição não se restrinja ao tratamento de livros, esse é um texto popular, tradicionalmente valorizado pela sociedade e assimilado como o material que necessita de revisão. A lei n.º 10.753/2003, entretanto, não foi plenamente regulamentada, visto que várias regulamentações foram revogadas no período político de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Convém pontuar que a terminologia da lei é problemática, com uma confusão na definição dos termos: autor é “a pessoa física criadora de livros” e editor é “a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura”. Não obstante, editor caracteriza-se, ao mesmo tempo, como a pessoa que tem o direito de reproduzir o livro, o direito de tratar o livro e a responsabilidade de delegar funções – conforme é perceptível nas práticas do mercado. Assim como o termo editor, edição tem mais de um sentido, sobretudo ao grafar com maiúscula e minúscula.

Nesta tese, para diferenciar os termos Edição e edição, aderimos ao uso da maiúscula e da minúscula, em que o primeiro remete à ciência e o segundo representa o conjunto de processos que tratam o texto e a própria etapa de edição – na qual o editor pode ser responsável por aceitar os originais, delegar funções, realizar intervenções no texto e mais. De toda forma, antes de o texto ser um texto, ele deve ser tratado, perpassando um “conjunto de práticas profissionais que tornam um texto publicável [...]” (Muniz Júnior, 2010, p. 17). As práticas,

nessa circunstância, estão relacionadas a processos do campo da edição, mais especificamente: tradução, edição e revisão.

Fato é que existe um percurso do texto, captado por Salgado (2007, p. 143) como as “[...] etapas do trabalho, as fases que engloba”. Mencionar as etapas do tratamento de um texto pode dar a impressão de que o foco é o produto – livro, tese –, porém, o lugar no qual estamos operando terminologicamente neste estudo é o do processo, tendo em conta que entre o texto e sua publicação/divulgação há uma série de fatores – muitas manobras⁷, muitas pessoas e muitas decisões.

O caminho é diferente para cada texto, contudo, podemos aludir às etapas de edição, tradução e revisão. A contratação dos profissionais para executar essas tarefas também pode mudar: há instituições que contratam apenas um revisor, que deve administrar a preparação e a revisão de provas; em contrapartida, outras têm profissionais do texto para cada momento: um revisor para preparar o original, um para revisar a primeira prova, um para revisar a segunda prova etc. Algumas casas editoriais preferem *freelancers* em vez de contratar profissionais no regime CLT, enquanto alguns clientes buscam diretamente o profissional necessário para tratar o seu texto. Isso acontece entre os mesmos segmentos, como as casas editoriais, além de outros nichos (editora, agência de publicidade e instituição acadêmica).

Ao longo da história ocidental, apesar de ser notável o uso de nomes distintos para processos e profissionais, não se sabe ao certo quando isso começou. Há muito tempo, com expressividade, esse impasse resulta no apagamento das diversas etapas de tratamento de um texto e dos profissionais envolvidos nas manobras, tais como preparação, copidesque, revisão gramatical e revisão textual. Por conseguinte, casas mais ou menos institucionalizadas (editoras) e principalmente agentes do texto (editores, preparadores e revisores) vão em busca de soluções para isso: cada qual à sua maneira.

Dentre tantos motivos hipotéticos para a problemática emergir, temos questões culturais, sociais, políticas, econômicas e históricas. A instabilidade dispõe de razões históricas, possivelmente, mas ela está associada a um jogo de autorizações e legitimações nos processos. Não há, na verdade, uma obra específica a ser consultada que defina o significado de determinados termos e que funcione como um consenso para os profissionais do texto. Há

⁷ Esse termo é um exemplo de terminologização, ou seja, é uma unidade usada no contexto comum, com o sentido de “conjunto de movimentos físicos para atingir determinado fim; atitudes ou ações realizadas para se alcançar determinado objetivo” (Revisão, [2024a]), que passou a ser utilizada no contexto especializado da Edição de Textos como conjunto de ações para que o texto seja publicado e atinja o seu propósito. Nessa esteira, são intervenções que funcionam como calibragem do texto com a intenção de lapidá-lo.

fontes que se mostram importantes para discussões diferentes acerca do texto, algumas mais ou menos adequadas para compreendermos as práticas do mercado.

A imprecisão terminológica, aliás, pode afetar negativamente profissionais do texto, uma vez que a remuneração pode ser incoerente com a função exercida em uma editora, além de clientes (alunos de pós-graduação, a título ilustrativo), que podem ter dificuldade em entender o tipo de serviço que o revisor oferece e o que exatamente ele faz. Então:

mesmo que se entenda que sempre haverá variações e especificidades estabelecidas no cotidiano editorial, é importante que haja categorias de trabalho o mais bem-definidas possível para que, assim, as diferenças entre as práticas possam ficar mais visíveis e detalhadas, possibilitando a cada um desses profissionais (revisor, editor, preparador etc.) a manutenção de uma linearidade laboral que os distinga uns dos outros e defina suas condições de trabalho (Clares, 2013, p. 49).

Ainda que isso seja uma adversidade, a imprecisão dos termos é vantajosa para alguns, pois possibilita ditar as regras e as condições de trabalho. Apontamos alguns autores que se preocuparam em debater e, por vezes, propor resoluções: Muniz Júnior (2010), Clares (2013), Rodrigues (2015), Rugoni (2015), Salgado (2007, 2016a) e Ribeiro (2016). Em adição a isso, há reflexões atuais sobre o tema, que aconteceram, por exemplo, no V Fórum do Revisor de Textos (Natal/RN) em novembro de 2022. No evento, os participantes mostravam inquietações semelhantes quanto à formação dos profissionais do texto (especialmente os revisores) e sua atuação no mercado.

Solucionar o impasse, todavia, não é possível, pois as características inquietantes da Edição estão ligadas ao fato de a instabilidade ser constitutiva do campo. Nessa lógica, não há como eliminarmos a variação: trata-se de um fenômeno inevitável, porque a língua é viva e dinâmica, transformando-se à proporção que o tempo passa. Aceitar, dessarte, a variação das palavras é apenas ver o mundo como ele é.

Em contextos não especializados, verificamos nomes diferentes, como “lacinho de cabelo”, “xuxinha” ou “chuquinha”, para se referir a um mesmo objeto (prender o cabelo). Por outro lado, existem situações em que a mesma palavra pode ter significados distintos – é o caso de manga, que pode remeter à fruta e à parte de uma camisa.

Assumindo a posição de que toda variação é inerente à língua (Weinreich; Labov; Herzog, 2006), é elementar dizer que tal processo ocorre nas áreas de especialidade – pode haver mais de um termo para se denominar algo ou mais de um significado para uma mesma unidade lexical especializada (Faustich, 2001, 2002). Isso porque o léxico de uma língua

contempla as unidades do contexto geral e do contexto especializado – as unidades viram termos a depender da situação (Barros, 2004) e podem denotar sentidos diferentes conforme o meio em que se realizam.

Com base nisso, percebemos que a variação linguística não é um problema, considerando que se manifesta em contextos menos e mais especializados. Sem embargo, “a multiplicidade de nomes [...] revela um problema quando evidencia que não se estabeleceram definições claras para nenhum deles” (Yamazaki, 2009, p. 84). Confirmamos, desse modo, que a variação em si não é um obstáculo, mas a falta de sistematização sim.

É o que acontece na Edição de Textos. Por esse ângulo, para elucidar, ainda que em alguns lugares seja comum o emprego do termo preparação de textos, não é justificável determinar que esse será o termo correto e que deve ser usado por todos os nichos e todos os profissionais. Inclusive, esse ato reduziria o conceito de preparação, tornando sua aplicação inapropriada a todos os objetos que requerem um tratamento editorial.

Editorial aqui se vincula às práticas editoriais. Diferente de um movimento que se faz somente nas casas editoriais, as práticas editoriais configuram-se como um conjunto de ações – traduzir, preparar, revisar – para que um objeto se torne público. Para ilustrar, um exame de raio-x passa por uma série de etapas até que se torne um laudo – documento escrito que notifica o diagnóstico do paciente. De acordo com Martins Filho e Rollemberg (2001), são as manobras feitas em um texto para alcançar o seu público-alvo: apostilas didáticas visam estudantes, *slogans* têm como objetivo convencer pessoas a comprarem um produto, livros almejam a publicação e a transmissão de conhecimento etc.

Com o objetivo de alcançar o público-alvo da melhor maneira, o texto (verbal ou não verbal) precisa ser revisado. No entanto, explicitamos que não é viável documentar todos os tipos de revisão existentes e o que cada um interpreta sobre eles. Vejamos alguns deles:

Revisão textual: “Conferência e ajuste do texto quanto aos aspectos ortográficos, gramaticais, linguístico-textuais. Intervenções mais profundas que ensejem reescrita, são trabalhadas de forma interativa junto ao cliente” (Quara, [2023]).

Revisão acadêmica: “A revisão acadêmica é voltada para trabalhos como teses, dissertações, monografias, TCCs, artigos, relatórios, projetos, entre outros. Ou seja, diz respeito a um trabalho mais científico e especializado” (Andrade, 2019).

Revisão técnica: “[...] interferência realizada por um profissional que tem qualificação acadêmica relacionada ao texto que será trabalhado” (Andrade, 2019).

Revisão: “Leitura de um texto para conferência do seu conteúdo, correção gramatical, detalhes editoriais etc.” (Serviços [...], [2024]).

Revisão de texto ou revisão de provas:

[...] é feita após a diagramação e antes da aprovação final do editor, tendo um propósito um tanto quanto diferente da preparação. Nessa fase, os problemas textuais já são, evidentemente, bem menores. Checa-se então, além de problemas textuais menores que possam ter passado pelo preparador:

- aspectos gráficos da obra, buscando a padronização de negritos, itálicos e caixa-alta e baixa;
- numeração de sumário de acordo com o ‘miolo’;
- se as remissões estão corretas, numeração de índices; ou
- se nenhuma parte do livro se perdeu durante a diagramação (Machado, 2019b).

Revisão: “Leitura final de um texto, antes de sua publicação, com o objetivo de corrigir possíveis erros e fazer emendas ou alterações” (Revisão, [2024b]).

Revisão textual: “Na revisão textual, asseguramos a padronização linguística de acordo com a norma culta da língua portuguesa, eliminando erros de gramática, de ortografia e de digitação, oferecendo apontamentos e sugestões caso seja necessário” (Serviços [...], [2024]).

Isso posto, o que gera toda a problemática mencionada com relação aos profissionais do texto e aos clientes é a ausência de descrição, análise e sistematização dos termos. Por essa razão, surge esta pesquisa de Doutorado, pois, como o conhecimento é necessariamente veiculado por meio de termos, as tarefas terminológicas são fundamentais.

Nessa conjuntura, o “caos terminológico” (Yamazaki, 2009) concernente ao tratamento de um texto poderá ser minimizado para que, apesar da variação, as pessoas se entendam. Cabe ressaltar que sistematização da língua consiste na descrição, organização e estruturação das informações – gramaticais, linguísticas, e, por vezes, extralinguísticas – em determinados objetos (materiais didáticos, listas, glossários, dicionários, enciclopédicas).

É por esse motivo que questionar e investigar as possíveis causas que refletem, direta ou indiretamente, os processos de edição de textos irão colaborar, de algum jeito, para que o

desafio da consolidação do campo e da valorização do profissional do texto (que é o mais afetado nessa instabilidade terminológica) seja amenizado, resultando em valores e prazos mais adequados e melhores condições de trabalho. Ademais, interessa-nos pensar na prática terminográfica a fim de nomear adequadamente tudo o que está ao nosso redor (Silva, 2008), registrando as práticas da Edição mediante definições mais claras e precisas.

Frisamos que não temos a pretensão de indicar o que é certo e errado no domínio, tampouco afirmar que um termo precisa ser erradicado (eliminado), mas propor um modelo de definição para cada termo escolhido – a partir das práticas do mercado –, o que pode ajudar na solução de um problema identificado por editores e revisores renomados há muito tempo.

1.2 Objetivos

Nesta parte, expomos o objetivo geral da pesquisa e seus objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Nesta tese, temos como objetivo geral descrever, analisar e sistematizar o léxico da Edição de Textos com o intuito de fazer com que as pessoas – profissionais do texto, estudantes de Letras, Linguística e Comunicação, professores e clientes – se entendam apesar da variação terminológica do campo, apresentando verbetes de um dicionário monolíngue em língua portuguesa relativo à prática de tratamento de um texto.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atingir esse objetivo, seguimos alguns objetivos específicos, a saber:

- delimitar os processos pré-textuais, textuais e pós-textuais da Edição de Textos;
- descrever a terminologia da Edição, ou seja, como os termos da Edição de Textos são entendidos e utilizados, identificando as imprecisões;
- analisar os dados obtidos ao longo da pesquisa, esclarecendo os nomes dos processos e o que eles significam, bem como técnicas, ferramentas e manobras por meio de definições terminológicas; e
- elaborar e apresentar verbetes referentes aos termos da Edição de Textos, sistematizando os dados.

1.3 Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado da seguinte forma: as seções são separadas por elementos pré-textuais (capa, contracapa, sumário e mais), textuais (a parte do conteúdo da pesquisa, seu

desenvolvimento) e pós-textuais (referências e anexos). Algumas seções que contêm os debates mais aprofundados de nosso interesse são: 1 Introdução – subdividida em 1.1 Motivação e justificativa do tema; 1.2 Objetivos; e 1.3 Estrutura do trabalho – e 2 Fundamentação teórica, que comporta, na primeira parte, a teoria lexical e terminológica e, na segunda, o campo da Edição.

No que tange aos pressupostos da prática lexicográfica e terminográfica, temos a subseção 2.1 A ciência da palavra e do termo. Esta parte se subdivide em duas: 2.1.1 Terminologia descritiva; e 2.1.2 Definir: o que é e como se faz? Depois disso, iniciamos as reflexões sobre o campo edição: 2.2 Edição de Textos, com as subdivisões: 2.2.1 Breve contexto histórico; 2.2.2 Campo, domínio de especialidade ou entrecampo; 2.2.3 A terminologia da Edição de Textos; 2.2.3.1 Processos e profissionais da edição textual; 2.2.3.2 Revisão de textos; e 2.2.4 Formação e atuação do profissional do texto no Brasil.

Posteriormente, trazemos a seção 3 Materiais, métodos e resultados. Convém notificar que cada parte corresponde à discussão teórica e prática da tarefa, em outras palavras, métodos, materiais e resultados são apresentados juntos, posto que os dados obtidos são exibidos conforme as etapas foram executadas. Observemos a divisão: 3.1 Compilação e tratamento do corpus; 3.2 Extração e seleção dos termos; 3.3 Estrutura conceitual; 3.4 Base definicional; 3.5 Ficha terminológica; 3.6 Definições; e 3.7 Verbetes. Nessa perspectiva, todas as atividades se complementam e acontecem, algumas delas, concomitantemente.

Por fim, apresentamos as Considerações finais do trabalho, com o encerramento do estudo e os encaminhamentos futuros, seguido das Referências bibliográficas e dos Anexos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“Não existe comunicação profissional sem terminologia”

(Krieger, 2006, p. 164).

Neste momento, são abordados os pressupostos teóricos que embasam a pesquisa. Importa salientar que, em primeiro lugar, foi debatida a ciência da palavra e do termo para, em seguida, discutir o campo da Edição.

2.1 A ciência da palavra e do termo

Estudar a palavra é uma tarefa complexa, uma vez que é impossível defini-la de modo universal devido à sua complexidade e diferença diante das teorias e das línguas. Em muitos casos, declarar que é um elemento separado por “espaço em branco” é o bastante. Entretanto, em algumas situações, como em guarda-chuva e pé de moleque, tal explicação se mostra inapropriada. Isso porque se trata de vocábulos com hífen e com espaço, respectivamente, que não comportam duas ou três palavras, mas apenas uma – um sintagma (Biderman 1999).

O impasse em determinar as unidades léxicas é reconhecido pela Lexicologia (ciência que estuda as palavras). Por isso, é necessário, por vezes, ir além do critério gráfico (espaço em branco) e considerar mais de um critério (Biderman, 1999) – fonológico, morfossintático e semântico – para conseguir demarcar uma palavra. Caso contrário, descrições simples do que é uma unidade não serão suficientes para sua delimitação e seu estudo.

Consoante à obra de Biderman (1999), os primeiros níveis de análise linguística – critério fonológico e morfossintático – “ajudam-nos a reconhecer segmentos fonicamente coesos e gramaticalmente pertinentes enquanto formas funcionais” (Ullmann, 1952, p. 33 *apud* Biderman, 1999, p. 87). À vista disso, o critério semântico (o sentido) é o que nos faz identificar adequadamente uma unidade.

Essa dificuldade de caracterizar uma palavra afeta não só as unidades que dizem respeito ao léxico comum, mas também as unidades que ocorrem em situações especializadas (Biderman, 1999), quer dizer, nas áreas de especialidade (Medicina, Engenharia, Informática, Edição de Textos). Os termos trigramas⁸ são exemplos disso, levando em consideração que eles são formados por três elementos e configuram apenas uma palavra, tal qual revisão de textos, edição de textos e preparação de originais.

⁸ N-grama representa o número de unidades que segmentam uma palavra. Para aclarar: banana é um unigrama (tem apenas uma unidade), enquanto banana-maçã é bigrama (constituída de duas unidades).

Vale destacar ainda que, apesar da evolução das ciências da computação nas últimas décadas, identificar e conceituar palavras é um desafio para as ferramentas computacionais, haja vista que elas utilizam, em sua maioria, o critério de espaços em branco para delimitar as unidades lexicais ou terminológicas e, geralmente, não dão conta de reconhecer as palavras compostas e complexas (Biderman, 1999). O AntConc, em contrapartida, tem recursos que permitem a identificação de palavras complexas.

A combinação dessas unidades dificulta designar tanto uma palavra quanto um termo. Chamar as palavras e os termos de unidades, em virtude disso, é uma decisão nossa por não existir, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Terminologia descritiva (Biderman, 1999), um léxico específico da língua comum e um léxico que só acontece nos domínios de especialidade.

À medida que dialogamos, compreendemos a complexidade de descrever o próprio objeto de estudo da Lexicologia: a palavra. Assim, reconhecemos o fato de que não é possível, até o momento, arquitetar uma definição completa e suficiente para abarcar todas as nuances da língua. Em vez disso, nos propomos a discorrer sobre o que se tem na literatura.

Então, como definir palavra com outra palavra? Palavras são unidades que circulam em variadas situações comunicativas e que carregam traços que as diferenciam ou as assemelham (Biderman, 2006). Nesse caminhar, “o léxico de uma língua constitui, portanto, uma forma de registrar o conhecimento do universo” (Biderman, 2006, p. 35) do contexto comum e do contexto especializado. Sobre isso, Cabré (1999) deixa claro, em suas obras, que as unidades léxicas não são subdivididas em palavras ou termos, dado que podem ser as duas coisas ao mesmo tempo. Uma unidade, por exemplo, apresenta-se como palavra ou termo de acordo com o conteúdo semântico que veiculam.

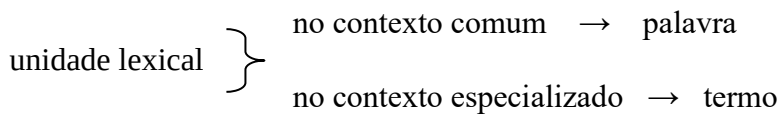
Barros (2004) e Doménech (2014) defendem a concepção de unidade lexical dependendo do contexto de uso, isto é, do plano comunicacional. É comum vermos o uso de palavra aludindo a uma unidade abstrata da língua (ao léxico), que se refere a qualquer contexto comunicativo – especializado ou não. Sobre a adoção de vocabulário, por seu turno, notamos uma tentativa de tornar a unidade mais concreta, estando relacionada às “realizações discursivas dessas unidades” (Biderman, 1999, p. 88).

Além de Biderman (1999), é possível observar como Saussure (1995 [1916]) pensa a respeito do assunto. Para o estruturalista, palavra é um signo, uma unidade que contém significante (imagem acústica) e significado (conceito). Embora palavra e termo sejam signos, tal definição é ampla e não contempla toda a complexidade da unidade que ora se comporta como palavra, ora como termo.

Dito isso, é impreterível adotar um sistema linguístico para precisar o conceito de palavra, admitindo que a escolha por apenas um critério (gráfico, fonológico, morfológico ou semântico) não é o ideal e faz com que a definição seja pouco clara e ineficiente. Outrossim, como sustenta a Linguística, os aspectos pragmáticos devem ser considerados para pensarmos em uma concepção mais adequada de unidade lexical.

Neste trabalho, em vez de palavra, usaremos unidade lexical, já que o primeiro conceito se mostra genérico, abstrato e ambíguo. Para definir a unidade lexical, porém, é primordial delimitá-la. Por isso, partimos da concepção de Biderman (1999), que leva em consideração diferentes critérios da língua (morfofonológico e semântico) a depender do contexto de uso. Isso indica que, caso esteja em um contexto menos especializado, estamos falando de uma unidade do léxico comum, ou simplesmente palavra, e se a unidade estiver em uma situação comunicativa mais especializada, trata-se de um termo. Nessa perspectiva, termo constitui uma unidade lexical ativada em determinado domínio de especialidade (Cabré, 1999).

O esquema abaixo explana o conceito de unidade lexical (ou unidade léxica):



Para exemplificar, em pesquisas de expressões idiomáticas, temos de nos pautar em critérios específicos, que serão mais válidos que outros. Por fim, frisamos que não há uma única definição e uma explicação.

Após o debate, fica-nos a inquietação: mas como a palavra “vira” termo? Mesmo que Cabré (1993) não utilize nem palavra, nem termo, mas unidades, há alguns fatores para a mudança acontecer, como a importação de línguas, o uso do termo de uma área em outra, a criação de unidades e o processo de terminologização:

[...] por meio do qual palavras da língua comum sofrem uma ressignificação, passando a alcançar o estatuto de termo. Nessa passagem, palavras comuns adquirem significados especializados, pertinentes a determinado campo do saber científico ou técnico, tornando-se, assim, elementos integrantes de repertórios de termos (Krieger; Finatto, 2004, p. 79).

Um exemplo no campo da Edição é a palavra manobras, que remete, no contexto comum, ao “ato, modo de regular, de dirigir o funcionamento de uma máquina, de um aparelho, de um veículo: manobra de uma locomotiva” (Manobra, [2024]). No sentido figurado, o dicionário expõe a seguinte definição: “meios empregados para chegar a um fim desejado;

habilidade, astúcia, artimanha” (Manobra, [2024]). Já no contexto especializado da Edição de Textos, manobras significa um conjunto de ações necessárias para editar um texto, dito de outro jeito, intervenções de tradução e padronização a fim de que o texto transmita a mensagem adequada ao se tornar público.

Em síntese, a linha entre palavra e termo é tênue. Não obstante, além do contexto de uso, é essencial recorrer a um especialista da área quando estudamos Terminologia, pois ele está mais familiarizado com os termos e validará, com maior precisão, nossas tarefas. Na próxima subseção, discutimos, de forma aprofundada, as ciências dos termos – Terminologia e Terminografia.

2.1.1 Terminologia descritiva

“Nomear significa dar nome a tudo o que está a nossa volta” (Silva, 2008, p. 63), ou seja, objetos, animais, plantas, medicamentos, profissões etc. Se o mundo abarca ciências e técnicas, sua nomeação também é necessária. Esse processo, o qual é chamado de “categorização”, consiste em identificar as semelhanças e os traços distintivos entre as entidades que serão registradas por meio de nomes (palavras e termos), em que há “a associação entre palavras e conceitos” (Biderman, 2006, p. 35).

Em consonância com a discussão, Benveniste (1989, p. 252) argumenta que:

a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação... Denominar, isto é, criar um conceito, é ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência.

A despeito de não sabermos ao certo quando a prática de nomear começou, temos o conhecimento de motivações. Além da emergência da escrita e da necessidade de comunicação entre os povos (Verdelho, 1995), tal prática pode ser justificada por fins didáticos, visto que o ensino de línguas, em especial do latim, proporcionou a construção de listas de palavras e, por conseguinte, de vocabulários e de glossários (Verdelho, 1994). Nesse passo, as coisas só aparecem mediante sua nomeação, sem isso, elas sequer existem.

A título de ilustração, vocabulários especializados da área militar, do comércio, da botânica e da zoologia surgiram pelas demandas comunicacionais e pelo período em que se encontravam. A respeito disso, Farias (1998, p. 17) sublinha que “o homem foi elaborando ao longo do tempo e segundo suas necessidades os repertórios lexicais, objetos que acompanham sua evolução histórica, social e linguística e que compõem o relato de uma língua”.

A mesma ideia é retratada em Biderman (2006, p. 35), pois “à medida que fabrica novas realidades, o homem cria novas palavras em um processo incessante”. Essas palavras (ou unidades lexicais) representam as formas como enxergamos as coisas do mundo, enquanto os termos se ligam à maneira como os especialistas veem o mundo. Expresso de outro jeito, o tesouro de uma língua é composto por palavras e termos, tendo em mente que, como aponta Barros (2004), as ciências e as técnicas fazem parte do mundo e, destarte, da cultura de um povo.

Todavia, essas obras não eram compiladas por estudiosos que tinham conhecimento em estudos do léxico. Em função disso, podemos pontuar que não se fazia Lexicologia e Terminologia na época (pelo menos não como conhecemos hoje). Tivemos mais contribuições para a prática de nomear as coisas quando surgiu no Brasil, no século XX, as Ciências do Léxico, denominação que contempla Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia e que reflete o interesse dos linguistas em estudar a área. A distinção entre os conceitos tem a ver com dois fatores, contexto de uso e objetivo, como o quadro a seguir explicita:

Quadro 1 – As Ciências do Léxico

CIÊNCIA	CONTEXTO DE USO	OBJETIVO
Lexicologia	comum	estudar as palavras
Lexicografia	comum	construir e analisar obras lexicográficas (dicionários, glossários)
Terminologia	especializado	estudar os termos
Terminografia	especializado	construir e analisar obras terminográficas (dicionários, glossários)

Fonte: elaborado pela autora.

Resumidamente, se os usuários das palavras forem os falantes de uma língua, associamos à teoria da Lexicologia e Lexicografia, e se eles forem os profissionais de determinada área de especialidade, relacionamos à Terminologia e Terminografia (Cabré, 1995). Quanto a isso, fundamentamos nossas discussões e análises na Terminologia, que visa estudar o funcionamento de um campo de especialidade para a identificação, análise e descrição de seus termos.

Antes de tudo, devemos traçar uma área a ser investigada. Na Medicina, por exemplo, podemos delimitar a Neurologia, a Ortopedia e a Pediatria como domínios. Na área – ou no campo – da Engenharia, os domínios concernem à Engenharia Mecânica, Engenharia Robótica, Engenharia Civil e assim por diante. Fato semelhante ocorre com a Edição, ciência que estuda, lida, mexe e trabalha com textos. Ela constitui, então, um campo (uma área do conhecimento),

que, na visão bourdieusiana, trata do conjunto de práticas sociais, valores, profissionais, legislações, acordos etc.

Conforme explorado na Introdução, somente há um campo se essas coisas estão conectadas a certos modos de dizer, a certos textos que são ditos, a certas formas de organização. Diante disso, o domínio é um espaço social de práticas e produção de materiais que corresponde a uma certa terminologia, dessa maneira, o domínio é um dos elementos constitutivos do campo. Como uma área do conhecimento que enfrenta uma dificuldade de se fixar como tal, o domínio terminológico é importantíssimo para a constituição e a manutenção da Edição. Por isso, é basilar levar em consideração a abordagem bourdieusiana a respeito de campo, domínio e entrecampo.

Nesse sentido, convém apreender o funcionamento do campo da Edição para demarcar o domínio de especialidade que faz parte dele. Na medida em que se supõe uma correlação historicamente dinâmica de forças, o campo se revela complexo, pois existem elementos institucionalizadores que variam muito (sobre isso, podemos pensar na edição de livros, de poesias, de documentos empresariais, de conteúdos para redes sociais). Um desses elementos institucionalizadores é o domínio de especialidade, isto é, um conjunto de entendimentos e dizeres consensuados ao ponto de serem terminológicos funcionando ali na manutenção desse campo.

Sem minimizar a análise sobre campo e domínio no âmbito de Boudier (1994), para melhor clareza das tarefas realizadas nesta tese, utilizamos os termos domínio de especialidade como sinônimo de área, e subdomínios de especialidade como subáreas. Nesse contexto, a Edição de Textos é chamada de domínio, ao passo que os subdomínios comportam a edição de textos acadêmicos, a edição de textos literários, a revisão de textos publicitários, a revisão de textos não verbais.

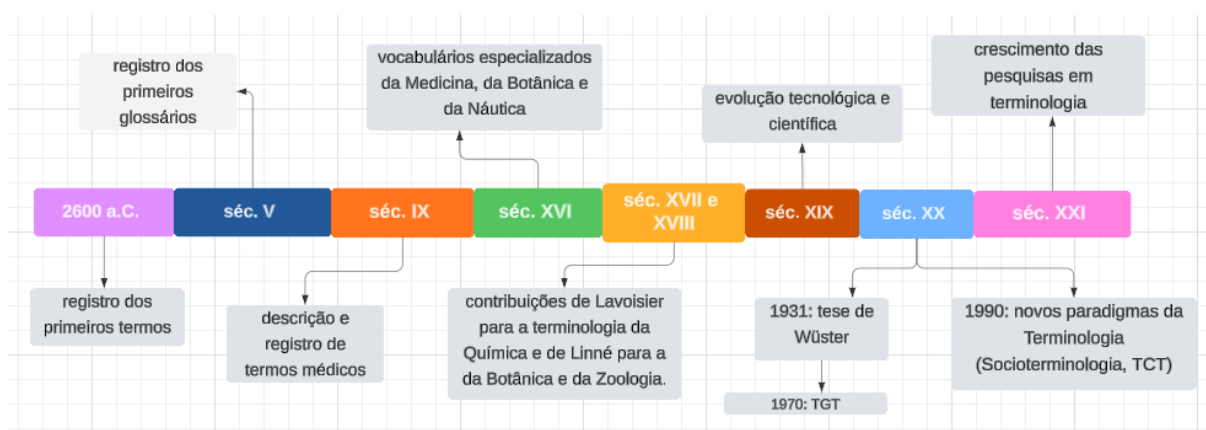
Cabe mencionar que, na Terminologia, os termos campo, domínio e área são, muitas vezes, usados como sinônimo. Em geral, não há uma distinção minuciosa sobre o que significa cada termo, porém o domínio pode ser organizado por uma árvore de domínio, supondo estruturas hierárquicas de processos, pessoas, procedimentos, ferramentas, englobando tudo que está inserido em determinada área.

Feita a delimitação do domínio Edição de Textos, é crucial entendermos um pouco mais sobre a fundamentação teórica da pesquisa. A Terminologia incorpora dois sentidos: (i) com a inicial maiúscula, representa a “ciência que estuda a estrutura, a formação, o desenvolvimento, o uso e a gestão das terminologias em diferentes domínios” (ISO 1087, 2000 *apud* Almeida, 2020), caracterizando-se como uma área que estuda os termos, e (ii) com a inicial minúscula,

consiste no conjunto de termos de uma determinada área, quer dizer, no “conjunto de designações pertencente a uma língua de especialidade” (Almeida, 2020).

É importante frisar que, apesar de a prática terminológica e terminográfica ter evoluído ao longo dos anos, ela nem sempre foi feita por profissionais da linguagem. Em certo grau, isso acabou interferindo no modo de se fazer terminologia, não para melhor ou pior, mas com visões diferentes do que é um termo e como sistematizá-lo. Abaixo, encontra-se uma linha do tempo da prática terminológica, produzida com base nos conhecimentos adquiridos ao longo da formação da autora desta tese, que incluem: Almeida (2000a, 2000b, 2003), Barros (2004), Cabré (1993), Krieger e Finatto (2004) e Silva (2008).

Figura 1 – Linha do tempo da prática terminológica



Fonte: elaborada pela autora.

A partir da linha do tempo, descrevemos o marco de cada momento. Em 2600 a.C., houve o registro dos primeiros termos, que integra um repertório feito pelos sumérios. Bem depois, no século V, acontece o registro dos primeiros glossários bilíngues devido à expansão das relações comerciais e à difusão religiosa e cultural. Nessa época, podem ser detectados usos especializados em determinadas linguagens.

Quatro séculos depois, houve a descrição e o registro de termos, principalmente, médico (século IX). Um exemplo é o Livro abrangente, do físico Rhazés, no qual estão listados nomes de órgãos do corpo humano e doenças em cinco línguas. Vocabulários especializados da Medicina, da Botânica e da Náutica são elaborados no século XVI (Sidarus, 1990). O último apresenta uma linguagem terminológica da arte de navegar, documentada no Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa, datado de 1530 (Murakawa, 2020)⁹.

⁹ No volume IX das Ciências do Léxico, Murakawa (2020) reúne os termos extraídos do Diário.

São reconhecidas contribuições de Lavoisier para a terminologia da Química, e de Linné para a da Botânica e da Zoologia nos séculos XVII e XVIII. Além disso, os dicionários de Bluteau, Moraes e Vieira, no século XVIII, registraram grande quantidade dos termos das diversas áreas de especialidade da época. Já no século XIX, ocorre a evolução tecnológica e científica (um *boom* na produção de dicionários), o surgimento dos bancos de dados e do *personal computer* (PC) e a sistematização de domínios de conhecimento.

No século XX, a terminologia ainda não contava com o interesse dos estudiosos da linguagem, de modo que predominava uma perspectiva prescritiva na língua, sobretudo nas ciências e nas técnicas, visando à sistematização e à padronização universal dos vocabulários – considerando que a ambiguidade atrapalharia a compreensão dos termos.

Em 1970, por exemplo, emerge a Teoria Geral de Terminologia (TGT¹⁰), embora o autor da teoria – Wüster – tivesse defendido sua tese de doutorado em 1930. Passados 50 anos, podemos verificar o interesse de linguistas pelos estudos terminológicos. Apenas em 1990 reflexões acerca da terminologia são desenvolvidas por especialistas da linguagem. O enfoque, agora, é variacionista, comunicativo e cognitivo, ou seja, trata-se de uma posição descritiva da terminologia, assumindo a variação da língua como inerente a ela.

Nesse período, há o aumento de dicionários especializados e glossários, além do surgimento das teorias Socioterminologia, Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), Terminologia Cognitiva e Terminologia Textual, as quais buscam a descrição em vez da prescrição. Atualmente, no século XXI, notamos ainda mais o interesse dos estudiosos da linguagem sobre os estudos em Terminologia. À luz disso, novas pesquisas estão sendo empreendidas, intensificando a análise e a sistematização de termos e, consequentemente, de domínios de especialidade.

Percebemos, pois, que os estudos terminológicos foram incitados pela prescrição e, posteriormente, pela descrição. Isso denota que, no início, havia uma necessidade de padronização dos termos, foco da TGT, e, ao passar dos anos, normalizar já não fazia sentido, motivando o advento da TCT e de tantas vertentes teóricas.

Com o propósito de esclarecermos a diferença entre orientação descritiva e prescritiva, mais especificamente, entre TGT e TCT, exibimos o Quadro 2:

¹⁰ A TGT não é a única teoria clássica.

Quadro 2 – Quadro comparativo entre TGT e TCT

TEORIA INFORMAÇÕES	TGT	TCT
Perspectiva	Terminologia clássica	Terminologia moderna
Objetivo	Eliminar a ambiguidade nos discursos técnicos e científicos por meio da prescrição.	Facilitar a comunicação entre os profissionais e os especialistas da área, e entre os especialistas da área e os leigos (revisor-cliente).
Pioneiros	Eugene Wüster (Áustria).	María Teresa Cabré, na Espanha.
Data	Tese foi defendida em 1930, mas a teoria surgiu em 1970.	Os primeiros relatos são de 1993, mas a teoria surgiu em 1999.
Termos	Unidade da língua de especialidade.	Unidade lexical ativada nas situações comunicativas especializadas. “Os termos não pertencem a um domínio, mas são usados em um domínio com valor singularmente específico” (Cabré, 1999, p. 124, grifo nosso).
Variação	Reconhece que há variação, porém não admite termos polissêmicos, sinônimos ou homônimos.	Reconhece e admite a variação nos contextos especializados.
Importância	Foco na desambiguação dos termos.	Leva em conta a dimensão textual e discursiva dos termos.

Fonte: elaborado pela autora.

A divergência entre a TGT e a TCC se dá, principalmente, no seu objetivo. A primeira não admite variação, sinonímia, polissemia ou homonímia, logo, tem como finalidade eliminar a ambiguidade dos discursos técnicos e científicos. Se não existir uma designação aceitável e única para determinado conceito, a Terminologia normativa pode criá-la. Sendo assim, a Teoria Geral da Terminologia ocupa-se da uniformização/padronização dos conceitos e dos termos. Já a Teoria Comunicativa da Terminologia tenciona facilitar a comunicação, reconhecendo que a língua muda e não se preocupando em prescrever usos, mas em descrevê-los. Posto isso, a variação é assumida como inerente à língua e, por extensão, aos domínios de especialidade.

Sob tal prospectiva, fundamentamo-nos na TCT, atentando ao fato de que a Edição de Textos requer um trabalho descritivo, identificando e registrando todo o percurso de um objeto editorial a fim de torná-lo público. Por essa razão, cumpre pormenorizar o que está acontecendo na área sobre como as coisas podem ser chamadas e compreendidas. Na ótica descritiva, a terminologia é somente uma parte da língua. Nesse quadro, o termo é, como assevera Barros

(2004, p. 41), “uma palavra ativada singularmente por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação”. Em outros dizeres, não há língua comum e língua de especialidade, há apenas uma língua, com unidades lexicais que ora são palavras, ora são termos, dependendo do contexto em que são empregadas.

Dessa forma, é inadequado, na TCT, afirmar que os termos da Medicina só ocorrem ali e são próprios dessa ciência. Na verdade, as unidades fazem parte do universo lexical, e os usos, mais ou menos especializados, são o que direciona o usuário. A respeito da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), é oportuno acentuar que Cabré (1993) já tinha pensado em algumas questões teóricas, muito embora a abordagem tenha sido fundada, oficialmente, no ano de 1999. Nessa perspectiva, as contribuições de Wüster (1998) são reconhecidas e levadas em consideração. Ainda que o autor fosse engenheiro¹¹, era idealista, porque (i) admite apenas uma versão de língua, sendo o conhecimento especializado uniforme e independente das línguas das culturas, e (ii) separa língua geral (palavra) de língua de especialidade (termo).

O avanço tecnológico, manifestado no século XX, possibilitou o surgimento de teorias relacionadas à terminologia que atendessem às modificações da língua e das demandas das ciências e técnicas. Outrossim, as práticas terminológicas, apesar de serem bem-intencionadas e eficientes, eram feitas pelos próprios profissionais da área de especialidade. Foi na década de 90 que os profissionais da linguagem – em particular, os terminólogos – começaram a atuar.

O Quadro 3, alicerçado em alguns *slides* de uma disciplina de Estudos do Léxico feita na Graduação (UFSCar), destaca as funções da terminologia.

Quadro 3 – Funções da Terminologia

É FUNÇÃO DA TERMINOLOGIA	Otimizar a comunicação entre especialistas e profissionais (no caso deste trabalho, profissionais do texto).
	Facilitar o intercâmbio de conhecimento.
	Permitir o planejamento e a sistematização de um domínio (e de seu contexto comunicativo).
	Resgatar e/ou registrar informações acerca das unidades de determinado domínio.
	Facilitar a tradução especializada.
	Resgatar línguas e/ou dialetos.
	Auxiliar a documentação na elaboração da linguagem documentária.
	Descrever e/ou prescrever os termos da área.

Fonte: Lara e Lima (2015).

¹¹ Notabilizamos que, independentemente de não ser linguista, Wüster (1998) estava incomodado com a quantidade de termos ambíguos, tornando-se o pai da Terminologia. Isso o fez um pouco idealista, mas seus apontamentos foram essenciais para o campo.

Em face da história da Terminologia, fica claro que era necessário, em um primeiro momento, padronizar a nomeação dos conceitos para que sua disseminação por meio da comunicação entre os especialistas alcançasse seu êxito. Mas essa não é uma regra, uma vez que algumas áreas de especialidade requerem uma sistematização do domínio por intermédio da elaboração de definições, com reconhecimento e registro das variações denominativa e conceitual¹². Também há o caso de ciências e técnicas que carecem de um consenso, haja vista que interessa aos especialistas a informação exata, sem qualquer margem para ambiguidade e dúvida.

Em determinadas situações, a normalização terminológica se dá por questões políticas, cujas autoridades de estados e/ou países entram em acordo sobre quais termos usar. Ademais, são recomendados conjuntos de unidades terminológicas para facilitar a comunicação entre os especialistas da área e evitar ruídos, que podem afetar negativamente a comunidade linguística em geral.

Compete-nos informar que não é obrigatório, em uma pesquisa terminológica, seguir dois enfoques: descritivo e prescritivo. Em certos domínios de especialidade, a prioridade não é padronizar os usos, mas sim descrevê-los, colocando-os em obras terminográficas para registrá-los (glossários, dicionários). Por outro lado, podemos mencionar áreas que se mostram mais suscetíveis à prescrição, dado que a variação dos nomes ou dos significados podem gerar dúvidas ao especialista.

Um mecânico de aeronaves, por exemplo, não pode se deparar com materiais, como manuais e glossários da área, com polissemia, nomes diferentes para o mesmo conceito e conceitos distintos para o mesmo nome. Suponhamos que ele recorra a um manual e precise entender exatamente onde determinada peça deve ser encaixada. Se ele tiver dúvida, principalmente por não compreender muito bem qual é a peça a ser colocada no local correto, o resultado pode ser trágico. Dúvidas, nesses casos, não podem sequer acontecer e têm de ser antecipadas.

No domínio da Aeronáutica, vemos que ruídos na comunicação não podem ocorrer em hipótese alguma. Por esse motivo, o terminólogo deve adotar a prescrição, ou normalização, com o intuito de padronizar os termos e as definições. Averiguamos, desse modo, que não há certo e errado – sobre se pautar em uma ou outra fundamentação teórica, dependendo, dentre

¹² Variação denominativa quer dizer mais de um nome para o mesmo conceito/objeto/processo, enquanto variação conceitual consiste em mais de um significado para o mesmo nome (objeto, processo). Veja os exemplos do domínio da Edição: (i) variação denominativa: pode ser chamado de **preparação** ou copidesque o processo de intervir de forma aprofundada no texto, fazendo correções e melhorias na escrita; e (ii) variação conceitual: **preparação** pode ser tanto uma formatação do arquivo quanto uma revisão aprofundada do texto.

outros fatores, da área delimitada e das necessidades dos especialistas em dado momento. O que o terminólogo faz, na verdade, é facilitar o trabalho dos profissionais daquele domínio, buscando minimizar possíveis problemas que possam atrapalhá-los em seu ofício.

2.1.2 Definir: o que é e como se faz?

Como reportado, a prática de nomear as coisas e de sistematizá-las é bastante antiga. Havia, de início, uma abordagem normativa da língua que fundamentava o registro e a sistematização das palavras, o que mudou com o advento da perspectiva descritiva nos anos 90. Para entender uma palavra, busca-se, normalmente, o seu significado, e é na definição que se encontram suas possibilidades de sentido. Nessa linha de raciocínio, na intenção de registrar os sentidos (de todas, ou quase todas as palavras), são criados dicionários, glossários, vocabulários. Para explicar tais conceitos, apresentamos o Quadro 4:

Quadro 4 – Diferença entre dicionário, glossário e vocabulário

DICIONÁRIO	Conjunto de unidades lexicais organizadas a partir de verbetes, com todas (ou quase todas) as acepções existentes.
GLOSSÁRIO	Conjunto de unidades lexicais de um autor ou de uma obra. Geralmente, contém apenas uma acepção correspondente ao sentido da unidade que se encontra no texto. Também pode ser uma lista de palavras de determinada obra, autor ou área.
VOCABULÁRIO	Conjunto de unidades de um domínio de especialidade.

Fonte: elaborado pela autora com base em Barbosa (2001).

Constatamos, mediante o quadro, que há uma diferenciação entre os termos. No entanto, podemos identificar autores que consideram glossário e vocabulário como sinônimos, e até dicionário e glossário como referentes à mesma coisa. Os termos glossário e vocabulário foram adotados pela ISO 1087-1 (2000) e remetem, comumente, ao repertório terminológico de um determinado domínio. Observemos: “**vocabulário** (termo admitido: **glossário**): dicionário terminológico contendo a terminologia de um campo específico ou de campos de assuntos¹³ relacionados e baseados no trabalho em terminologia” (ISO 1087-1, 2000, p. 12, tradução nossa).

Neste estudo, preferimos usar, no título, o termo dicionário, assumindo ser um conjunto de unidades terminológicas da Edição de Textos. É válido ressaltar, sem embargo, que o termo

¹³ Campo, aqui, é entendido como domínio de especialidade.

glossário pode aparecer em alguns momentos da tese, configurando-se como sinônimo de dicionário.

A prática de definir, tratando-se de um dicionário, glossário ou vocabulário, deriva da Lexicografia, de maneira que, posteriormente, suas contribuições interferiram na prática terminográfica. Nesse raciocínio, definir uma palavra ou um termo tem a mesma importância e os mesmos princípios, visto que a Lexicologia possui fundamentos teórico-metodológicos que se tornaram referências para criar uma definição terminológica. Biderman (1999, 2006), por exemplo, compreende um dos nomes mais conhecidos na área, e suas obras são lidas por todos os pesquisadores das Ciências do Léxico para assimilar a relevância do léxico e saber como definir unidades contidas nele (especializadas ou não).

Sendo a Terminologia uma ciência nova (com seus estudos iniciados na década de 30 por Wüster), precisamos ter conhecimentos da Lexicologia e Lexicografia para realizar trabalhos terminológicos, mesmo que já tenham teorias e metodologias específicos para os termos. Em adição, não podemos deixar de citar as recorrentes contribuições de Porto-Dapena (2002), Rey-Debove (1984), Murakawa (2014), Murakawa e Gonçalves (2015), Welker (2004), Isquardo e Krieger (2004) e Isquardo e Alves (2007).

Sem dúvidas, temos outros autores notáveis na Lexicologia e na Lexicografia, de modo que não seria possível apontar todos os nomes aqui. Alguns, como Murakawa (2014, 2020), também adentraram a Terminologia, e suas colaborações, no tocante aos contextos especializados, são reflexos de grandes estudos no léxico comum/geral. Em síntese, a Terminologia é uma ciência cujo objeto central é o termo.

Vale indicar a enorme influência da Informática nos estudos terminológicos, o que deu origem à Terminótica (Terminologia + Informática). Devido aos avanços da tecnologia, precipuamente da Linguística Computacional e Linguística de Corpus, foi viável tornar os dados e os resultados de pesquisas terminológicas mais precisas e autênticas (Almeida, 2010). A semiautomatização facilita a manipulação dos dados e a geração dos resultados, a análise e a produção das obras terminográficas.

Por que, então, propor definições aos termos da Edição com a finalidade de criar um dicionário? Um domínio de especialidade só é realmente um domínio reconhecido quando tem sua terminologia sistematizada. Nesse seguimento, segundo Peruchi (2014, p. 260), “em geral, buscam-se dicionários por diferentes razões: dúvidas ou lacunas de conhecimento podem recair tanto sobre o significante como sobre o significado ou mesmo sobre o objeto”.

Portanto, ao definir os termos da Edição, estaremos ajudando a (i) minimizar dúvidas e questionamentos de profissionais, pesquisadores e estudantes da Edição, (ii) fortalecer e

aumentar o reconhecimento dos profissionais do texto, (iii) reduzir confusões contratuais e má delegação de serviços, (iv) expandir o conhecimento dos envolvidos do domínio e (v) promover a ampla circulação materiais que documentam o conhecimento da Edição de Textos (cópus, fichas terminológicas, ontologias e verbetes).

Mas, afinal, o que é definir? Definir nada mais é do que expor as características de determinada unidade, a qual pode ser um objeto, um processo, uma técnica, um sentimento etc. Significa registrar as semelhanças de uma unidade com as outras e exibir seus traços distintivos. Em resumo, um termo é aquilo que o outro não é (Saussure, 1995 [1916]). Adicionalmente, a definição de um termo envolve apresentar suas propriedades em um contexto delimitado para usuários específicos em um dado momento.

Para Cabré (1993, p. 312, tradução nossa), a definição terminológica (DT) é descrita como “uma expressão normalmente complexa equivalente semanticamente ao termo que define”. Construí-la, porém, não é trivial e é necessária muita cautela. Como afirmam Balestero, Almeida e Pierozzi Junior (2019, p. 5), a elaboração da DT:

[...] pode ser orientada por várias abordagens teórico-metodológicas, consistindo num trabalho rigoroso e complexo, o qual perpassa diversos conhecimentos: o da área-objeto e de vários ramos da Linguística, tais como Terminologia, Semântica, Morfologia, Sintaxe e Linguística Textual.

Tal prática é permeada por várias áreas da Linguística, pois diferentes informações podem ser suscitadas na hora de formularmos uma definição. Além disso, a prática é diferente quando pensamos na perspectiva teórica aderida. Para Wüster (1998), pai da Teoria Geral da Terminologia, uma definição deve ser clara, objetiva, sem ambiguidade. Como sua pretensão era padronizar os termos de sua área profissional, a Engenharia, não se admitia qualquer tipo de variação. Na ótica do autor e da norma International Organization for Standardization (ISO), o modelo de definição mais adequado seria baseado na lógica, que se chama gênero próximo e diferença específica (GPDE).

Trata-se de um modelo aristotélico, visto como tradicional, que busca recuperar o termo de sentido mais genérico com relação ao termo definido – o hiperônimo. A partir disso, são incorporadas informações que distinguem o termo hiperônimo – sentido mais amplo – do hipônimo, termo mais específico e que pode ser chamado de termo-filho. O esquema abaixo detalha esse modelo:

ESTRUTURA GPDE

termo a ser definido = gênero próximo + diferença específica (traços)

Ex.: **gato** = **mamífero** + da família *felídeos*
cachorro = **mamífero** + da família *canídeos*

Esse modelo possibilita recuperar rapidamente a primeira palavra que será utilizada na definição: o termo hiperônimo (o gênero próximo). Refere-se a uma relação representada por “é um”, quando uma unidade é alguma coisa da outra. O termo Medicina, por exemplo, é o termo-pai, quer dizer, o termo mais genérico com relação à Neurologia. No esquema a seguir, há um recorte de uma árvore de domínio ou uma estrutura conceitual, isto é, as unidades lexicais estão organizadas com base em suas relações hierárquicas:

1. Medicina

1.1. Neurologia

1.2. Ortopedia

1.3. Dermatologia

Nesse caso, Medicina é um hiperônimo. Os outros termos são considerados hipônimos – termos-filhos de Medicina, ou seja, unidades mais específicas do que o primeiro termo. Logo, Neurologia é uma área/subárea da Medicina, bem como Medicina é a área que abarca Neurologia, Ortopedia e Dermatologia. Outra relação existente é a co-hiponímia, quando há termos que estão no mesmo vínculo semântico: Neurologia, Ortopedia e Dermatologia.

Apesar de o modelo tradicional de definição ser aplicado até os dias de hoje, nem sempre ele dá conta de sistematizar uma área. Isso porque, em alguns domínios, não é possível estipular apenas duas relações semânticas: hiperonímia e hiponímia. Há mais tipos de associações na língua que vão muito além do sentido “é um”. Se assim fosse, ficaria fácil elaborar definições, não é mesmo? Em geral, há relações diferentes das que foram expostas – tal qual os termos Biomedicina, Informática, tecnologia, joelho, membro, operação, maca, anestesia, corte e bisturi. Nessas circunstâncias, “é um” torna-se uma relação insuficiente para elaborar definições adequadas e novas relações de sentido podem ser solicitadas: parte de, consiste em, composto por, formado por etc.

Por conta disso, o modelo GPDE, embora facilite muito a sistematização de uma área, não pode ser concebido como infalível. Sublinhamos, dessa maneira, a importância de construir definições mediante descrição do termo, sem propor caminhos certos ou errados. Ademais,

reconhecemos que, a depender da situação comunicativa, do domínio de especialidade, do objetivo da pesquisa e do público-leitor, será necessário usar mais de um modelo definitório.

Um conjunto de modelos tem orientado a elaboração das definições, composto por perspectivas mais ou menos tradicionais. Alguns deles são encontrados com outros nomes a depender do autor:

Quadro 5 – Modelos definitórios

Tipo de definição	O que é	Também chamado de:
GPDE – Definição por gênero próximo e diferença específica (Dubuc, 1999; Wüster, 1970)	Termo superordenado + traço semântico essencial (que o distingue de outro termo).	Intensional (ISO 704.1, 1996), por compreensão (Arntz; Picht, 1995; Wüster, 1998; Vézina <i>et al.</i> , 2009); mediante análise (Sager, 1993); conceptual (Larivière, 1996); genérica (Termcat, 2009); parafrástica intensiva (Termcat, 2009); analítica (Gesché, 1997; Termcat, 2009)
Definição por descrição com ajuda dos componentes (Dubuc, 1999)	Conceito em seu gênero próximo (descriptor) + suas partes constitutivas.	–
Definição extensional (ISO 704.1, 1996)	“Lista dos conceitos subordinados, designando os objetos que compõem a extensão do conceito” (ISO 704.1, 1996, p. 20).	Por extensão (Wüster, 1998; Arntz; Picht, 1995; Vézina <i>et al.</i> , 2009); mediante denotação (Sager, 1993); por conteúdo (Gesché, 1997); definição parafrástica extensiva (Termcat, 2009)
Definição mediante sinônimo (Sager, 1993; Dubuc, 1999)	Sinonímia ou paráfrase.	definição por paráfrase sinonímica (Dubuc, 1999); definição lexical (Larivière, 1996); definição nominal (Larivière, 1996); perífrase sinonímica (Larivière, 1996); definição perifrástica (Gesché, 1997); definição mediante paráfrase
Definição mediante síntese (Sager, 1993)	Características que o representam.	Definição mediante explicitação de características circunstanciais (Dubuc, 1999); descritiva (Gesché, 1997)
Definição mediante implicação (Sager, 1993)	Contexto explicativo.	Definição por implicação (Gesché, 1997)
Definição por meio da descrição de uma ação (Dubuc, 1999)	Descreve uma ação.	–
Definição genética (Arntz; Picht, 1995)	Define processos.	–
Definição operacional (Gesché, 1997)	Indica a função.	–
Definição pelo contexto (Arntz; Picht, 1995)	A partir do significado que o indivíduo tem, do seu conhecimento de mundo.	–

Definição enciclopédica (Gesché, 1997)	Características essenciais + conhecimento que se tem do termo.	—
Definição por comparação (Gesché, 1997)	Noção já conhecida.	—
Definição por contraste (Gesché, 1997)	Apresenta a ideia contrária.	Definição parafrástica antonímica (Termcat, 2009)
Definição ostensiva (Gesché, 1997; Termcat, 2009)	Imagem, desenho, figura.	Definição mediante demonstração (Sager, 1993)
Definição metalinguística (Termcat, 2009):	Equilavência de semântica, geralmente de conjunções e interjeições.	—
Definição parafrástica	Equilavência semântica e sintática, podendo a definição substituir o termo em qualquer contexto.	Definição linguística (Termcat, 2009)
Definição parafrástica partitiva (Termcat, 2009)	Define-se apenas uma parte, um componente.	Definição partitiva (Vézina <i>et al.</i> , 2009)
Definição parafrástica morfossemântica (Termcat, 2009)	Explicitação dos seus componentes morfológicos ou lexicais.	Definição morfossemântica (De Bessé, 1990; Desmet, 2002, Vézina <i>et al.</i> , 2009)
Definição mista	Quando se usa mais de um tipo definatório.	—

Fonte: Balestero, Almeida e Pierozzi Junior (2019).

Em vez de propor um modelo predeterminado, convém adequar o termo conforme a situação linguística e a necessidade do especialista da área. A DT, desse jeito, deve ser descrita sócio-historicamente (Finatto, 2001), considerando os sujeitos e o contexto em questão. Nesta tese, não partimos dos modelos definitórios para criar a definição. O melhor caminho, validado em pesquisas anteriores da autora (Balestero, 2017, 2019), foi construir a estrutura conceitual do domínio de especialidade para, com fundamento nela, redigir as definições. Certamente, nosso conhecimento teórico-metodológico acerca da prática terminológica e terminográfica respalda as atividades realizadas e os dados obtidos.

Antes de finalizar a subseção, interessa salientar que uma forma de minimizar o problema da imprecisão terminológica, além da elaboração de obras terminográficas, é ensinar os leitores, no sentido de conscientizá-los, com a maior brevidade, sobre a pertinência do domínio em questão, tendo em mente que, como diz Santos (2011, p. 2327), “trabalhar a competência lexical é um dos papéis dos dicionários, porém este deve se adequar a quem o utilizará e atender a seus anseios para que tal competência se concretize”.

Por competência lexical, compreendemos a capacidade que um indivíduo tem de usar o vocabulário que possui (que tem conhecimento) (Baralo, 2005). Nesse sentido, compete ao

lexicógrafo ou terminógrafo considerar o usuário da obra – o público final. Santos (2011), por exemplo, frisa a necessidade de considerar o usuário na construção da definição, o que, de acordo com a análise da autora em dicionários escolares, não ocorre – temática que precisaria ser verificada em dicionários terminológicos.

A despeito de não haver um modelo definitório para ser usado, Almeida, Souza e Pino (2007) sugerem critérios para elaborar a DT, apoiando-se na prática do GETerm¹⁴:

- 1) o dicionário terminológico tem a função precípua de facilitar a comunicação, para tanto, o texto definitório deve ser suficientemente claro e completo para que o consulente entenda. Assim, ainda que os tipos de definição sejam utilizados como orientação, eles não devem subjugar o texto. Ao contrário, se tivermos de fazer concessões para que se dê o entendimento do termo-entrada, essas concessões serão feitas;
- 2) há um permanente jogo discursivo, pois há um sujeito que elabora o texto definitório e outro representado pelo leitor. Essa interlocução afeta o texto, gerando marcas linguísticas e discursivas próprias de qualquer situação dialógica. Assim, almejamos sistematizar a redação, mas não é possível apagar o subjetivismo inerente à linguagem, já que a DT, antes de tudo, é um texto;
- 3) embora exista a possibilidade de sistematizar os traços conceituais, cujos termos compõem o mesmo campo nocional, isso tem de ser realizado com certa flexibilidade, de modo que os traços mais pertinentes nos sirvam de direcionamento e não de camisa de força;
- 4) a ordenação dos traços reflete a maneira como se concebe o significado na área-objeto, porém, na DT, isso é mediado pelo terminólogo, que deve considerar os aspectos terminológicos, linguísticos, as peculiaridades do domínio, bem como o público-alvo do dicionário (Almeida, Souza, Pinto, 2007, p. 17).

Nessa direção:

a DT [...] pode ser orientada por várias abordagens teórico-metodológicas, consistindo num trabalho rigoroso e complexo, o qual perpassa diversos conhecimentos: o da área-objeto e de vários ramos da Linguística, tais como Terminologia, Semântica, Morfologia, Sintaxe e Linguística Textual (Balestero, Almeida, Pierozzi Junior, 2019, p. 5).

¹⁴ “O Grupo foi criado em 1999 no Departamento de Letras da UFSCar e conta com uma equipe multidisciplinar, envolvendo linguistas, informatas e especialistas de domínio. O GETerm tem como parceiros o Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC), sediado no Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação (ICMC) da Universidade de São Paulo (USP-São Carlos); a Embrapa Informática Agropecuária, unidade Campinas-SP; o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), sediado em Lisboa, Portugal; e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado na cidade da Praia, em Cabo Verde. Os objetivos do grupo de pesquisa são estudar conteúdos pertinentes à Terminologia/Terminografia e desenvolver pesquisas que gerem produtos terminológicos em língua portuguesa, como glossários, dicionários, enciclopédias e assemelhados, que satisfaçam demandas reais” (Balestero, 2017, p. 13).

Elaborar definições, então, é uma tarefa complexa e que deve ser efetuada com bastante cuidado, pensando sempre no usuário final. Em decorrência disso, terminólogo, com especialista da área, podem dispor de dados mais fiéis às práticas do domínio. Isso porque o especialista, quando participa da pesquisa, avalia o trabalho e o valida, produzindo dados mais assertivos. Esclarecido o embasamento teórico deste estudo, seguimos para a discussão do domínio de especialidade.

2.2 Edição de Textos

“A ‘realidade’ passa a existir de fato somente depois que recebe um nome, antes ela é simplesmente ‘coisa’ [...]”
(Murakawa; Nadin, 2013, p. 7).

Nesta subseção, são levantados questionamentos sobre a Edição de Textos como campo e como domínio de especialidade. Também é exposta a imprecisão terminológica na Edição, exemplificando o impasse com os termos da área. Após debates a respeito dos processos que permeiam o tratamento de um texto, são mencionadas a formação e a atuação dos profissionais do texto no Brasil.

2.2.2. Campo, domínio de especialidade ou entrecampo

Ainda que os termos campo e domínio de especialidade sejam empregados nos estudos em Terminologia como sinônimos, é indispensável discuti-los pela perspectiva da Edição por divergência de sentido. No que tange à perspectiva terminológica, domínio de especialidade tem o mesmo significado de área de especialidade, linguagem de especialidade e campos do saber (ou apenas campo). Por exemplo, se uma área como a Astrologia não tiver a sistematização de sua terminologia, é como se ela não existisse. Afinal, as coisas só existem se elas têm nome, o que engloba contextos mais ou menos especializados.

Relativamente a isso, Sousa (2023) afirma, tendo como referência as leituras de Cabré (1993), que “um campo de pesquisa que ainda não tenha constituído ou formalizado sua terminologia encontra-se num estágio pré-científico em relação à história do próprio campo” (Sousa, 2023, p. 54). Nesse viés, a Edição de Textos requer uma sistematização do campo para seu reconhecimento. Além de Cabré (1993), Benveniste (1989) expõe que a terminologia é a marca de uma área do saber, então, sem ela, não haveria sequer uma ciência. Nas palavras do autor:

a constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência (Benveniste, 1989, p. 252).

Contudo, um impasse surgiu ao longo da pesquisa mediante as observações dos especialistas da Edição: a imprecisão no uso dos termos domínio de especialidade, campo e área. Por se tratar de uma tese em Terminologia, não poderíamos suprimir tal adversidade, posto que debater os conceitos acarretará mais clareza sobre a temática e resultados mais precisos.

Muniz Júnior (2018), no livro *Tinha um editor no meio do caminho*, respaldado na concepção bourdieusiana, defende que campo é um universo em virtude de ser um conjunto de elementos que se estabelece como tal. Em outras palavras, campo é aquilo que se constitui a partir de um conjunto de elementos, de práticas, de valores que dão sustentação a esse universo.

À vista disso, um campo é complexo e não inclui apenas as práticas institucionalizadas, aquelas formalmente designadas, mas uma série de pactos tácitos (não formais), supondo uma correlação de forças historicamente dinâmica. Nessa conjuntura, a Edição se fixa como um campo, como o campo acadêmico, o campo jurídico e o campo publicitário, que seguem práticas – ou *habitus*, segundo a obra de Bourdieu e Wacquant de 1992 (*apud* Setton, 2002).

Em contrapartida, domínio de especialidade configura-se como um operador que organiza o campo, ou seja, um dos elementos constitutivos de um campo. Não obstante, essas coisas variam, já que elas podem estar ligadas ao objeto editorial: poesia, livro¹⁵ de português para estrangeiro, bula de remédio, *folders* de carro, comercial de TV. Assim, há coisas que constituem os campos, tal qual livros, palestras, grupos de estudos, cursos e verbetes – estes serão apresentados nesta tese e farão parte do primeiro dicionário da Edição de Textos.

O domínio é um componente crucial de um campo, sobretudo num campo como a Edição de Textos, que precisa de uma institucionalidade forte para se estabelecer desse modo perante a instabilidade terminológica, a qual é um dos elementos que dificulta a formação de

¹⁵ Acentuamos que o livro não é o que marca o surgimento do campo, porque este existe muito antes do livro e foi se transformando conforme as necessidades das pessoas. Difícil é, na realidade, dizer quando o campo da Edição, assim como tantos outros, emergiu.

um campo, no sentido de ser reconhecido, plenamente reconhecido – problema que talvez não se resolva nunca. Além disso, segundo Salgado (2024), domínio abarca um “espaço social de práticas e produção de materiais aos quais corresponde uma certa terminologia”¹⁶.

Logo, se o campo (no sentido sociológico) não tiver um domínio, ele não se mantém. Salgado (2024) ainda explica que o campo religioso não perdura se não houver práticas, rituais, igrejas, templos, orações, rezas, velas, paramentos dos oficiantes etc. Todas essas coisas – elementos constitutivos – estão ligadas a certos modos de dizer, certos textos que são ditos e certas formas de organização. Falar reza e não oração, por exemplo, são termos importantes no domínio que representa o campo religioso.

Nesse contexto, explicar o que é o campo permite que aqueles que nunca ouviram falar de domínio de especialidade entendam como ele funciona, sem que haja uma instituição efetiva de termos, que podem se alterar historicamente, mas não é esse o caso. É confuso, desde sempre, falar e entender sobre campo e domínio de especialidade, como uma editora mudar o nome do processo editorial ou um profissional do texto autônomo criar um nome para um serviço prestado.

Em síntese, o problema de pesquisa é que a Edição não é identificada como um campo em decorrência de fatores sociais, culturais e históricos. Para aclarar esse tópico, podemos mencionar os trabalhos de Chartier (1998), Yamazaki (2009), Muniz Júnior (2010) e Salgado (2007, 2013, 2016a, 2016b). Alguns declaram que a falta de uma associação de editores e revisores de texto, além de uma lei que delimite melhor o ofício e as condições de trabalho, são motivadores do impasse.

Nesse ângulo, designamos a Edição enquanto um campo, do mesmo modo que a Agricultura, a Literatura, a Engenharia e a Medicina. Arriscamo-nos a dizer que há subdomínios na Edição, como a tradução, a revisão e a diagramação, pois são subprocessos dentro de um processo maior (a edição). Outra maneira de organização é chamar de domínio Edição, tradução, revisão e diagramação. Todavia, para não haver ruídos neste trabalho, a Edição de Textos é considerada a grande área ou o domínio de especialidade que engloba subáreas ou subdomínios, os quais funcionam como processos específicos do tratamento de um texto.

Não há comprovações sobre essa ser a melhor divisão de uma área, entretanto, do ponto de vista da terminologia, cabe averiguar os campos separadamente, dado que existe até mesmo uma disputa entre subdomínios, também é constitutiva de um campo. A título de esclarecimento, é interessante pensar que, no campo da Literatura, não há – formalmente – um

¹⁶ Salgado (2024) se trata de uma referência a registro de conversas via *e-mail* e WhatsApp entre Luciana Salazar Salgado e a autora desta tese.

domínio da literatura digital. Esta, por sua vez, acaba sendo excluída, conforme é possível perceber em estudos, em grades dos cursos de graduação, nas revistas científicas e mais. Bastante tradicional e consolidado, o campo literário se demonstra averso à literatura digital como parte do campo, o que comprova a ausência de financiamento pelas agências públicas para essa área por não seguir as práticas e os termos adequados da Literatura – sem dúvidas, uma questão de domínio.

A literatura digital não consegue ser reconhecida em nenhum campo: artes plásticas, tecnologia, literatura. Com isso, pesquisadores da área precisam elaborar a sua própria terminologia, haja vista que o campo literário – já consolidado – não permite o uso dos termos para investigar as obras digitais. Destarte, essa adversidade é um problema de domínio, cujo elemento é importante para a constituição e manutenção de um campo, ao qual não corresponde a um domínio ou a um conjunto de domínio.

Uma nova concepção é trazida por Muniz Júnior (2018), assumindo que a Edição seja um entrecampo em virtude de o processo ser feito em um objeto que pertence a outro campo. Alguns exemplos são revisar um texto da Engenharia Mecânica, traduzir uma bula de remédio, preparar um livro de suspense ou revisar uma legenda de um filme de ação. A Edição está atravessada pelo jogo desse campo, daquilo que vai ser editado, dito de outra forma, o profissional sempre edita uma coisa que é de um campo. Por isso, editar literatura é diferente de editar livro científico, revista de entretenimento etc. Ser um entrecampo, nessa conjuntura, fortalece o argumento da instabilidade.

A questão é que as características inquietantes do domínio estão conectadas ao fato de a instabilidade terminológica ser constitutiva do campo da Edição, assim, separar o campo do domínio nos ajuda a captar, inclusive, seu funcionamento. E, embora não existam todas as respostas para a falta de sistematização dos termos – chegar a apenas uma causa do problema parece impossível –, cumpre refletir sobre o uso dos nomes e descrevê-los, analisando e sistematizando o campo.

Apesar de concordarmos que a Edição seja realmente um entrecampo, para facilitar a discussão deste trabalho – que consiste em uma pesquisa terminológica –, adotamos os termos campo, domínio de especialidade, área do saber e área de especialidade como sinônimos.

2.2.3 A terminologia da Edição de Textos

Conforme reportado na epígrafe, as coisas – objetos, sentimentos, lugares – são apenas coisas se elas não têm um nome. Graças a isso, é fundamental dar nome ao campo que está sendo estudado para, conseqüentemente, nomear seu universo. Em Terminologia,

diferenciamos a letra maiúscula da letra minúscula, em que àquela representa o domínio de especialidade, a ciência, a disciplina, e esta, um conjunto de processos ou de termos de determinada área.

Nessa perspectiva, a Edição de Textos é nomeada como o domínio de especialidade ou a ciência que estuda processos, profissionais e práticas do tratamento de um texto, enquanto edição de textos é o conjunto de processos que tratam um texto com a finalidade de torná-lo público, como a tradução, a revisão e a própria edição. Editar um texto é, dessa forma, sinônimo de tratar, uma vez que faz intervenções em textos verbais e não verbais para atingir o propósito almejado. É possível editar, por exemplo, um vídeo, uma imagem, um documento, uma dissertação, um livro, um poema, uma gravação de voz etc.

Sob esse ponto de vista, Araújo (2008 [1986], p. 69) verifica que:

os termos ‘edição’, ‘editar’ e ‘editor’ não são usados apenas no universo dos livros. Na fatura de outros produtos simbólicos, estas são palavras muito correntes e designam uma série de funções, atribuições, protocolos, ferramentas e processos de trabalho cujo objetivo primordial é preparar certos materiais ‘brutos’ (nas editoras, os chamados ‘originais’) para circular publicamente. Fala-se em edição (e editor) de texto, de arte, de imagem, de vídeo, de som etc., porque todas essas materialidades, e as infinitas combinações entre elas, são editáveis, ou seja, manipuláveis de acordo com certos critérios (legibilidade, clareza, beleza, equilíbrio, atratividade comercial, fidelidade às ideias do autor etc.).

Para isso, é substancial dar importância ao público-alvo, aos objetivos da obra e ao seu meio de circulação, tendo em mente que os processos que editam um texto podem ter nuances diferentes. No entanto, as manobras de intervenção em um texto – verbal ou não verbal – nem sempre são as mesmas. Elas podem variar de acordo com o tipo de texto, o local em que será publicado/divulgado, o intento do material, o investimento que o autor ou o editor tem disponível, o tema do texto e sua complexidade e o idioma.

Trabalhar com textos vai além de corrigir erros, nessa lógica, a Edição envolve padronizar capas e documentos, modificar fontes e cores da imagem, inserir palavras e trechos, elaborar referências bibliográficas. O texto, no momento em que começa a ser tratado, torna-se um objeto editorial e percorre caminho(s) diverso(s) até que se torne público. Há processos (negociação, aquisição do material, diálogo com o autor, tradução, edição, revisão, diagramação, cotejo) e profissionais (editor, revisor, publicitário, coordenador editorial, professor, autor, preparador, copidesque, *designer*, diagramador) que trabalham no trajeto.

Tudo isso corresponde às práticas editoriais, ou seja, ao conjunto de processos e ações que acontecem entre o texto primeiro (chamado editorialmente de original) e sua publicação,

atentando ao seu tratamento. Em resumo, é o que se realiza em um documento com vistas a se tornar um objeto editorial, posto que, antes desse tratamento, ele não é um objeto editorial. Há também os ritos, os quais são práticas sistemáticas, oficiais ou oficiosas, que se reiteram ao passo que se mostram necessárias ou obrigatórias. O conceito de ritos advém do termo ritos genéticos editoriais – cunhado por Salgado (2016a) por meio da noção de ritos genéticos de Dominique Maingueneau – e diz respeito à produção e à circulação dos textos.

Ritos genéticos editoriais, em consonância com Salgado (2016a), são acordos, gestos, técnicas, contratos explícitos e expectativas que estão ao redor de um texto que se prepara para a vida pública. Para fazer um orçamento de revisão, por exemplo, deve-se levar em conta ritos, instituição discursiva¹⁷ e tipo de texto. Acontece que algumas práticas são diferentes da produção e da edição de livros, o que suscita novos nomes para validar novos espaços.

Nesse âmbito, a tentativa de agentes, como instituições de ensino, agências de publicidade e profissionais autônomos, em alterar aspectos da área refere-se à terminologia, às condições de trabalho e à visão do ofício em razão de lidarem com prazos apertados, funções incoerentes com o contrato, excesso de trabalho, falta de reconhecimento da área como profissão, pagamentos incoerentes e desconhecimento do público em geral para com o ofício.

É evidente que os nomes desses lugares partiriam, em um primeiro momento, do livro. Contudo, se é a partir da necessidade que se criam nomes, segundo os fundamentos dos Estudos do Léxico, eles precisam ser criados para legitimar a existência desses conceitos, desses processos e dessa área. Diante disso, realçamos que é fundamental entendermos melhor o funcionamento da Edição para descrever corretamente a área, fornecendo, no final da tese, dados eficientes.

Devido à natureza terminológica desta pesquisa, a divisão do domínio de especialidade em três etapas foi adequada, porque demonstra, de maneira mais didática, as práticas e os processos da área e os profissionais. Somada a isso, essa classificação se assemelha à estrutura de um texto escrito – livro, TCC, dissertação, tese –, em que há os elementos pré-textuais (capa, contracapa, sumário), elementos textuais (capítulos) e elementos pós-textuais (lista de referências, anexos, notas).

É assim que Martins Filho (2016) organiza um dos capítulos do Manual de editoração de estilo (elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais), baseando-se em um original, como demonstra a figura abaixo:

¹⁷ O sujeito é determinado pelo espaço onde está, com regras sobre o que se pode ou não dizer, o que se pode ou não fazer (Maingueneau, 2006; Salgado, 2007).

Figura 2 – Sumário do Manual de Editoração de Estilo

Parte II. ESTRUTURAÇÃO DO ORIGINAL, 33

2. Pré-textuais, 37

3. Textuais, 91

4. Pós-textuais, 99

5. Elementos de Apoio ao Texto, 115

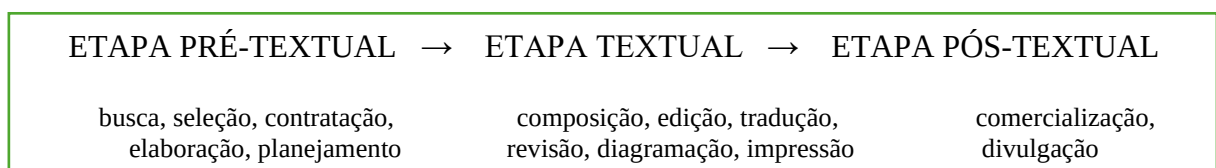
Fonte: Martins Filho (2016).

A separação da edição em três etapas, pré-industrial (pré-textual), industrial (textual) e pós-industrial (pós-textual), também é uma proposta de Pinto (1993) e deriva das práticas das casas editoriais. Nos dizeres do autor:

o pré-industrial consiste na busca, seleção, contratação e nas adequações dos originais para publicação; o industrial é a fase de composição, impressão e acabamento; e o pós-industrial diz respeito a todos os aspectos relacionados à comercialização do livro Pinto (Pinto, 1993, p. 9).

Nesse caminho, a Edição pode ser dividida em (i) etapa pré-textual, em que o texto é pensado, encomendado, produzido; (ii) etapa textual, em que o texto, pronto, é editado – corrigido, traduzido, revisado, formatado; e (iii) etapa pós-textual, momento em que o texto segue o seu objetivo, que pode ser a venda, a publicação em uma revista e a circulação gratuita.

A título de exemplificação, construímos um esquema do passo a passo, apoiado em Pinto (1993), de quem trabalha com o texto escrito. É importante notar que esse fluxo é mais comum para a produção e a circulação de livros, mas nada impede que outros objetos sigam essa mesma ordem (pensar, fazer, rever e divulgar). Confirmamos:



Pontuamos que a Edição de Textos é um campo complexo e nem sempre as coisas funcionam como apresentamos – em etapas, ontologias e diagramas – por não haver uma única

via na Edição. Não é possível, na maioria das vezes, esperar um processo terminar para que outro comece, pois eles podem acontecer simultaneamente, como a tradução de um livro e o *marketing* da obra. Em contrapartida, alguns processos precisam terminar para dar sequência na Edição: a revisão de um *post* para o Instagram só é possível quando o *copy* (o texto verbal) está pronto; um livro em inglês só pode ser revisado depois de traduzido; para traduzir, preparar, revisar e diagramar um texto, é preciso existir um texto.

Em vista do objetivo deste Doutorado, demos ênfase, em nossas discussões, à etapa textual, momento em que o texto é editado, mexido, corrigido. Legitimado o campo como uma área da ciência que trabalha com textos, vale elucidar os nomes, embora não seja algo fácil, considerando a imprecisão terminológica – instabilidade dos termos de uma ciência, os quais não estão sistematizados e geram confusão no ofício –, problemática que interfere na clareza das tarefas, na remuneração dos profissionais e no reconhecimento da área.

Isso afeta, principalmente, os processos de tratamento do texto: algumas casas editoriais fazem apenas a preparação textual, enquanto outras fazem preparação e revisão. No mercado digital, por exemplo, há revisores de conteúdo, revisores textuais e revisores *web*. Percebemos, nesse contexto, a multiplicidade de termos, o que implica a terminologia dos profissionais da Edição e o que é função de cada um em decorrência da falta de consenso.

Outrossim, os profissionais que intervêm em um texto são muitos e podem receber nomes distintos dependendo do lugar onde trabalham, a saber: editor, tradutor, preparador, revisor, revisor de provas, copidesque, revisor de tradução e tradutor. Diferente desses, há os profissionais que fazem parte da Edição, apesar de não trabalharem diretamente na intervenção da massa textual, tais como *designer*, vendedor, livreiro, diagramador, secretário, assistente, impressor etc.

Em alguns lugares, o diagramador “mexe” no texto, em outros, apenas se ocupam da parte gráfica. De todo modo, se esse profissional dominar as práticas editoriais, sua incumbência será efetuada de forma mais eficiente, impactando a revisão de provas – no caso do Mercado de Livros¹⁸. Isso porque os processos gráficos (arte, capista, *designer*, diagramação, impressão) são mais bem-executados quando os profissionais possuem domínio da cadeia editorial. Nessa conjuntura, para ilustrar, o diagramador empreende a sua intervenção no arquivo (com mais eficácia) com base no que o revisor indicou, e o contrário também é verídico.

¹⁸ Sinônimo de Mercado Editorial – nicho das editoras, as quais publicam livros. Envolve processos, profissionais, decisões, contratos, entre questões que estejam relacionadas com a publicação e a venda de livros.

A instabilidade dos termos é perceptível nos periódicos com relação à revisão por pares. Conforme Salgado e Clares (2015, p. 678):

o que chama especialmente a atenção nesses coletivos de trabalho é a variação dos termos utilizados para designar quem avalia artigos submetidos à publicação – ora **revisor**, **revisor *ad hoc***, ora **parecerista**, **avaliador** – e a própria atividade de avaliação – **revisão**, **revisão por pares**, **parecer** ou **peer review** –, instabilidade constatável em diversos casos específicos, como nos ambientes de edição de materiais didáticos, particularmente nos casos em que há transmediações e adaptações, como nas interfaces entre material impresso e áudio, nas quais denominações e funções dos profissionais que dão tratamento ao texto se multiplicam e opacificam [...].

Mesmo que a revisão feita nos periódicos compreenda a avaliação técnico-científica, e não linguístico-discursiva, voltada para o conteúdo da obra e os desvios de escrita (gramaticais), o problema terminológico persiste. Um agravante para isso, reconhecido por Yamazaki (2007, p. 3), é “a tendência de uma única pessoa acumular funções que deveriam corresponder a diferentes profissionais do texto”. Tal fato é verificado, frequentemente, nas editoras e atinge as condições de trabalho e o salário dos profissionais. À face disso, “percebe-se a necessidade de definir nomes e funções para quem trabalha com edição de textos” (Yamazaki, 2007, p. 3).

Sobre o tratamento de textos verbais, podemos condensar o percurso de um texto na seguinte estrutura:

Livros, apostilas, textos acadêmicos

elaboração do texto → tradução (se ele estiver em outra língua) → revisão → envio ao objetivo final (venda, publicação, banca, submissão em revista, leitura)

Em geral, o material será elaborado, traduzido e/ou revisado e publicado. Agora, para especificar os processos de tratamento de texto, tomamos como ponto de referência o processo ideal de produção de um livro, adaptado de Moraes (2019):

elaboração do texto pelo autor (ou aquisição de uma obra estrangeira) → edição → tradução ou preparação de originais ou copidesque → diagramação → revisão de provas (primeira prova) → retorno à diagramação → revisão de segunda prova → retorno à diagramação → revisão de terceira prova → impressão → divulgação

Observando esse caminho de referência, podemos reconhecer termos que são regularmente usados pelas editoras. Porém, há fatores que divergem do que ocorre:

terminologia diferente, quantidade menor ou maior de processos, profissionais realizando (ou não) a mesma tarefa e conceito de cada denominação que varia.

Outro cenário em que a edição acontece é no meio publicitário. Nesse nicho, não é comum o uso do termo original, e sim *insight*, ideia, criativo, anúncio. A seguir, expomos o processo de edição que melhor representa o tratamento de um *post* para sites, *blogs* e redes sociais:

insight → *copy* do anúncio → elaboração do criativo → revisão → publicação/postagem

No caso de textos não verbais, o tratamento de edição pode mudar. Vejamos alguns exemplos:

Entrevistas orais

Realização da entrevista → transcrição do áudio → revisão → envio ao objetivo final
(divulgação, publicação, inserção na pesquisa)

Cursos gravados

Planejamento da aula → elaboração do *script*/roteiro → revisão → gravação da aula →
revisão → edição de vídeo → publicação/venda

Peça publicitária (verbal ou não verbal)

análise da marca e delimitação dos objetivos e da meta da peça → definição do público →
elaboração do *briefing* → elaboração do criativo → revisão → desenvolvimento da peça no
meio de circulação → divulgação/circulação

Averiguamos, nessa orientação, um caos terminológico, que, em concordância com Muniz Júnior (2010), alude ao caráter complexo da prática de edição e às transformações que se dão na Edição. Nas palavras do autor, esse impasse “[...] se justifica pelas mudanças estruturais do mercado, que acontecem quando empresas juntam seus interesses financeiros e administrativos” (Muniz Júnior, 2010, p. 21). O que o estudioso está tentando dizer é que as editoras, ao longo dos anos, passam por processos de compra, fusão, aquisição, venda e mudança de quem comanda a instituição, e essas movimentações condicionam, direta ou indiretamente, a prática de edição.

Quanto ao financeiro, notamos que não são somente editoras ou empresas de pequeno porte que fazem pouco investimento na equipe de edição, contratando profissionais para efetuarem mais atribuições do que o ideal e ficando sem receber adequadamente por isso. Em vez disso, são as grandes instituições que economizam no corpo de profissionais de texto e motivam o surgimento de imprecisão terminológica, a sobrecarga de função e a incoerência no pagamento.

Mas a instabilidade do campo não se limita a esses motivos. Há fatores históricos, culturais e sociais. Na história, vemos que impressores eram revisores, tipógrafos eram corretores e os próprios editores revisavam textos. Alguns conceitos se mantêm até hoje, como correção, que ainda se mostra um processo muito simplista em comparação com o que fazemos na prática de editar e de revisar. Sobre a questão, Salgado (2007, p. 146) revela que tratar/editar um texto:

não se trata apenas de correção, mas de **aperfeiçoamento** e **adequação** de um texto escrito, o que significa dizer que há regras de construção previstas e ditames a serem respeitados, mas também que esse “respeito” será guiado por noções menos precisas, ainda que igualmente importantes e constitutivas das diretrizes de correção de um texto; **aperfeiçoar** e **adequar** envolvem conhecimentos relativos ao objeto sobre o qual versa o texto, às características que o autor lhe atribui, ao estilo desse autor e ao público a que se destina o material – elementos que se complexificam, uma vez que estabelecem entre si relações variadas, implicando-se dinamicamente.

Sob essa ótica, a falta de consenso na terminologia do domínio, presente no século XXI, contribui para a desvalorização do profissional, o que, para Martins Filho e Rollemberg (2001, p. 26):

[...] vai ao encontro do aviltamento do profissional do texto, bem como de suas implicações no mercado de trabalho – falta de reconhecimento, atribuição incorreta de funções, cargos incoerentes com a função etc. É muito comum que, nesse esquema, um profissional seja pago como revisor ou preparador de originais quando na verdade a tarefa que lhe é exigida é de copidesque, de adaptação e mesmo de redação.

Uma das implicações se liga à comunicação, haja vista que o problema pode gerar falhas de comunicação entre cliente e profissional e interferir em como os serviços de edição são vendidos, divulgados e realizados. Além da relação profissional-cliente, é crucial que os profissionais do texto estejam alinhados entre si, pois, conhecendo a função de cada um, o

resultado será melhor. Nos dizeres de Cândido *et al.* (2011, p. 110), “no trabalho de revisão é importante que haja interações entre revisor-cliente ou revisor-editor e revisor-diagramador para um trabalho qualitativo e padronizado, já que é uma tarefa árdua, repetitiva”.

É importante mencionar que, com o decorrer dos anos, os profissionais do texto foram percebendo inadequações no que tange à terminologia e afirmaram não se reconhecer nos nomes existentes: nem todo revisor é preparador, nem todo preparador se identifica como um copidesque. Assim sendo, não é plausível aceitar aquilo que foi imposto, em algum momento, por casas editoriais tradicionais ou pela história da Edição.

2.2.3.1 Processos e profissionais da edição textual

Edição e editor vêm do latim *editio* e *editoris*, respectivamente. Como editar concerne a produzir, editar e fazer, editor se aplica ao profissional que edita um texto no intuito de publicá-lo (Filho; Rollemberg, 2001). Faz parte da tarefa do editor, nesse ângulo, avaliar o que o texto precisa – reescrita, tradução, revisão. Há outro sentido no termo editor, que equivale ao profissional que faz intervenção em um texto.

Araújo (2008 [1986]), após análise em diversas línguas e baseado nas discussões de Houaiss (1967), aponta os correspondentes de editor de textos:

ao que, em inglês, significa *publisher* (proprietário ou responsável de uma empresa organizada para a publicação de livros), corresponde *éditeur* em francês, *editor* em espanhol, *editore* em italiano, *editor* em português, tal como Antônio Houaiss definiu, no sentido corrente de pessoa sob cuja responsabilidade, geralmente comercial, corre o lançamento, distribuição e venda em grosso do livro, ou instituição, oficial ou não, que, com objetivos comerciais ou sem eles, arca com a responsabilidade do lançamento, distribuição e, eventualmente, venda do livro (Araújo, 2008 [1986], p. 43).

A fim de apreendermos melhor essa parte, podemos nos questionar: os termos derivam do inglês e isso justifica a confusão dos nomes? Sim e não. Araújo (2008 [1986]) adota o conceito derivado do latim (*editor*, *editoris*), mantido no inglês. Todavia, para ele, o editor seria chamado também de preparador de originais, sendo responsável pela intervenção na massa textual. Já para Houaiss (1967), editor é simplesmente o editor, profissional responsável pelo comercial da empresa e pela distribuição e venda da obra. O termo, na visão desse autor, deriva de *publisher*, que se refere à pessoa que publica um material no inglês.

A despeito da complexidade associada a separar a edição em três termos vindos do inglês, objeto (*edition*), práticas de edição (*editing*) e práticas comerciais (*publishing*), “[...] essa separação é um exercício analítico importante para o adequado estudo desse universo”,

como colocam Ribeiro e Cabral (2020, p. 69). Em harmonia com a influência do inglês (Araújo, 2008 [1986]), nos termos da Edição, fizemos uma pesquisa aprofundada em dicionários bilíngues na direção português-inglês.

Como pesquisadora dos Estudos do Léxico, a escolha pelos dicionários Linguee (DeepL SE, [2023]), Reverso (Hoffenberg, [2023]), Cambridge (Cambridge University, [2023]) e WordReference (Kellogg, 1999) se deu pelos seguintes motivos: (i) trata-se de dicionários *online* e gratuitos, (ii) são obras bastante conhecidas e renomadas, (iii) por trás de cada obra, há profissionais especializados na área, (iii) há seriedade nas informações e (iv) a forma como as informações são dispostas (nos verbetes) é clara.

Buscamos, nos supracitados dicionários, as palavras edição, edição de textos, editor e editor de textos, reunindo os termos correlatos no Quadro 6.

Quadro 6 – Termos equivalentes português-inglês

Termo em português	Termo em inglês (mais frequente)	Dicionário consultado
edição	<i>edition</i>	Linguee
	<i>publication edition, editing</i>	Reverso
	<i>edition</i>	Cambridge
	<i>edition, release, editing</i>	Wordreference
edição de textos	<i>text editing</i>	Linguee
	<i>text editing</i>	Reverso
	não encontrado	Cambridge
	não encontrado	Wordreference
editor	<i>editor, publisher, bookmaker, text editor</i>	Linguee
	<i>publishing, publisher, editor publishing company</i>	Reverso
	<i>editor</i>	Cambridge
	<i>editing, editor</i>	Wordreference
editor de textos	<i>text editor</i>	Linguee
	<i>text editor</i>	Reverso
	não encontrado	Cambridge
	não encontrado	Wordreference

Fonte: elaborado pela autora.

Com as informações dispostas no quadro, depreendemos que o termo edição pode receber alguns significados: (i) ato de editar um material (que pode ser um texto escrito, uma imagem, um vídeo, uma música) em conjunto com processos que envolvem essa tarefa, (ii) atividade responsável por escolher as obras em uma editora e delegar funções aos outros profissionais do texto e (iii) atividade ou etapa da Edição que se encarrega de editar uma obra. No mesmo caminho, editor pode ser (i) o dono da editora, (ii) o profissional responsável por

corrigir e revisar o texto, (iii) aquele que seleciona os textos que serão publicados e delega funções e (iv) o programa que edita textos, como o Word.

Nesses casos, os termos variam dependendo do dicionário consultado. Em adição, o significado pode diferir ao olhar a definição completa e/ou os exemplos, o que seria interessante explorar, contudo, devido ao tempo, optamos por investigar esse aspecto em trabalhos futuros. O que podemos constatar é que, em língua portuguesa, não há três usos diferentes para os conceitos de edição e editor. Por isso, fica tão difícil interpretar o que significa cada nome.

Chamamos a atenção para o fato de que, em algumas regiões do Brasil, determinados termos são mais usados que outros. Essa prática pode ser cultural, histórica ou até financeira, representando uma discussão relevante. Ao participar de um minicurso sobre práticas de revisão no 2º Fórum do Revisor de Textos, que aconteceu em São Carlos, a questão foi amplamente discutida por revisores de vários estados.

Em linhas gerais, editor é o profissional que, normalmente, “age como um facilitador na tensão entre o significado intencional e o significado recebido e tem que reduzir essa tensão ao máximo para que o significado possa ser transmitido da forma mais eficaz possível” (Yamazaki, 2007, p. 7). Nesse enfoque, a mensagem seria passada de modo mais adequado diante de manobras, correções, apontamentos e aperfeiçoamento da escrita, o que caracteriza editar o original a partir da revisão de textos.

Yamazaki (2007), em *Editor de textos: quem é e o que faz*, versa sobre o profissional que faz a intervenção no texto de outra pessoa. Nesse artigo, são reportados problemas da época, que influenciavam negativamente o profissional: poucas obras de referências bibliográficas e divergência na opinião dos autores quanto ao ofício. Vejamos bem: que temos poucos estudos sobre a Edição e sobre a grande área – a Edição – nós já sabemos, mas o impasse se acentua quando observamos autores de obras renomadas da Edição discutindo abordagens distintas.

Como não possuem o mesmo ponto de vista, Araújo (2008 [1986]), em *A construção do livro*, e Houaiss (1966), em *Elementos de bibliologia*, deixam os leitores mais confusos do que antes. Em quem acreditar? Que decisão tomar? É o que Bragança (2005) analisa em seu texto, pois, para ele, “essa diferença de perspectiva entre Houaiss e Araújo faz com que as duas mais importantes obras sobre o tema, em nosso idioma, acentuem diversamente os dois aspectos do conteúdo semântico do conceito de editor” (Bragança, 2005, p. 221).

Além de Bragança (2005), com sua aproximação inicial da problemática, é indispensável citar Plínio Martins Filho, que foi um marco na área por ter coordenado a Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e publicado o *Manual de editoração e estilo* (Martins Filho, 2016). Essa obra simboliza a experiência consolidada de Martins Filho ao longo de mais

de 45 anos dedicados à arte da edição. Nela, o autor avalia que “editar é ordenar o caos” (Martins Filho, 2016, p. 13), especificamente as questões de estética e de escrita de um livro ou de um texto acadêmico, como paginação, organização das informações, gramática, coesão, coerência e outras.

Martins Filho (2016) se vale, em seu Manual, do termo edição em alusão: (i) ao procedimento feito com o texto, que chega pronto na editora (o original) e ainda precisa ser editado, e (ii) a normas e critérios estabelecidos por alguma instituição para organizar coerência e coesão e fazer adequações gramaticais. Nessa segunda interpretação, o responsável pelo processo (chamado de normalização ou preparação) é o preparador de textos.

Assentando-nos nas ideias de Chartier (2002), em Os desafios da escrita, editar um texto é tornar explícita a mensagem pretendida da melhor maneira possível. Assim, é importante que o revisor, na função de editar o material, experimente o lugar de leitor, conforme advoga Clares (2013, p. 46), com a pretensão de “perceber em cada palavra e construção características que identifiquem ou não algumas das possibilidades de leitura do público ao qual o texto se destina, adequando esse texto ao meio em que se pretende que circule”. É expressivo também que o profissional do texto se coloque no lugar de autor, uma vez que existe uma “pluralidade indefinida de significações” (Certeau, 1994, p. 262) e, dependendo da finalidade, o revisor irá escolher os caminhos mais ou menos “autorizados”.

Acerca da produção e edição de textos verbais, como o livro, há formas diferentes de tratamento, posto que o original pode estar na língua de origem ou numa língua estrangeira. Se a obra for estrangeira, é necessário traduzi-la, e o tradutor irá procurar o meio mais apropriado para transcrever a mensagem que o autor quis passar. Saindo um pouco do contexto das editoras, o texto que resultará em uma apostila, um guia, um manual, uma tese, um artigo ou uma campanha pode ser chamado de original, sendo o primeiro arquivo que o profissional do texto recebe.

Ao estudar Edição, são estudados processos, o que, consoante à Salgado (2007, 2016a), não tem fim – um texto pode ser “mexido” quantas vezes for preciso. Seu caráter de inacabado se justifica pelo texto ser vivo, tal como a língua, e cada profissional fará uma intervenção individual (o profissional pode até revisar a mesma obra em outro momento e, mesmo assim, querer fazer modificações), escolhendo os melhores caminhos para isso.

Seguindo essa linha de raciocínio, cabe dizer que editar um texto é uma atividade na qual os profissionais do texto adaptam a informação para atingir as expectativas dos leitores, atendendo às necessidades do mercado (Chartier, 1998). Já editor, para Yamazaki (2007, p. 15), é “[...] o mediador dos dois esquemas comunicativos envolvidos na edição de um livro e é o

profissional responsável pelo texto a ser publicado”. Em suma, ela sustenta que “o editor¹⁹ busca criar condições mais favoráveis para o esquema comunicativo. Sem a interferência do editor de texto, a compreensão da mensagem pode ficar comprometida” (Yamazaki, 2007, p. 7).

Em continuidade à exposição de significados de edição, retomamos o que Araújo (2008 [1986], p. 59-60) aponta sobre uma possível divisão entre editor de arte e editor de texto:

no Brasil já se tornou corrente, por exemplo, designar profissionais de certos setores da editoração como ‘editor de arte’ (responsável pela programação visual de uma publicação), ‘editor de texto’ (encarregado do preparo e revisão literária dos originais) e assim por diante. Introduziu-se até o termo **editoria** para nomear seções de uma empresa publicadora ou a organização colegiada de **editores** que individualmente respondem por essas seções: editoria de esportes, editoria econômica, editoria de história etc.

O texto de Ribeiro (2016) vai ao encontro da ideia de Araújo (2008 [1986]), separando o tratamento de textos em duas fases: cuidado com o texto e com o espaço gráfico. Na percepção da autora, é imprescindível olhar para o texto não verbal, que faz parte da língua. Trata-se de buscar a legibilidade: da imagem (na parte gráfica) e da língua (na parte textual). Em sintonia com Ribeiro (2016, p. 18), “considerando que o autor tenha escrito textos avaliados como publicáveis, passaremos a tratar das operações que ocorrem no âmbito da casa editorial para tornarem o texto aprovado em mídia, livro, objeto de ler”.

Uma excelente definição para os especialistas do campo foi formulada por Muniz Júnior (2020, p. 60):

Editar (v.t.d.): 1. Interferir em textos, sons, imagens estáticas, imagens em movimento etc. 2. Trabalhar para que uma materialidade discursiva ganhe adequada circulação. 3. Atribuição profissional do editor e daqueles/as que trabalham sob sua supervisão. 4. Publicar. (Muniz Júnior, 2020, p. 68).

Mediante o verbete, no qual editar configura-se como a intervenção que pode ser feita em diferentes tipos de material, texto, imagem, vídeo, de forma que ele fique adequado para circulação e publicação, a ideia posta em nossa dissertação (Balestero, 2019) é reforçada. Perante o exposto, Araújo (2008 [1986], p. 26) chega à conclusão de que a regra da edição “é quebrar qualquer regra que prejudique a fluência da leitura”. Logo, importa muito mais se a

¹⁹ Também podemos dizer que o revisor de textos tem essa função.

mensagem está fazendo sentido e se o texto está atingindo o seu objetivo do que nomear o editor como o responsável por catar²⁰ erros.

Sucintamente, como o editor é esse mediador no processo de tratamento de um texto, mesmo que o original passe por outras pessoas, ele continuará sendo:

responsável pelo material, na medida em que deve avaliar as intervenções realizadas pelo profissional contratado e decidir se as alterações serão mantidas e o que eventualmente pode melhorar o original. Também é ele quem estabelece o diálogo com o autor, caso este seja nacional e vivo (Yamazaki, 2007, p. 15).

Por fim, ressaltamos que o editor pode ser um revisor, o que eventualmente acontece na Edição, visto que ambos mexem no texto alheio. Em algumas circunstâncias, o revisor é o próprio editor, cujo papel é, além de revisar o texto, delegar funções, falar com o autor, tomar decisões. (Yamazaki, 2007). Por seu turno, o revisor pode desempenhar diversas posições, como a de diagramador, ficando responsável pela produção gráfica da obra – ainda que seja raro. Na próxima subseção, a discussão abarca a prática de revisão.

2.2.3.2 *Revisão de textos*

Entre os processos da edição de texto estão a tradução, a revisão e a própria edição, as quais intervêm, cada um à sua maneira, na massa textual a fim de tornar o material adequado ao público-alvo. A edição pode ocorrer em diversos momentos do tratamento do texto. Em editoras, o editor verificará se o texto, pronto, será aceito e, se sim, passará para outros profissionais do texto, tal qual o tradutor (se o texto estiver em outro idioma) ou o preparador (também denominado revisor). Interessa destacar que o texto pode ser encomendado pelo editor ou adquirido por ele em eventos, como feiras, quando há obras sendo oferecidas.

Nas casas editoriais, quem direciona o texto para a tradução é o editor-assistente ou o editor-chefe. O processo de edição, em congruência com Anderson (2015), começa quando o editor escolhe a(s) obra(s), nacionais ou internacionais, que serão publicadas. Essa decisão é realizada a partir de encomendas, feiras, agências, materiais recebidos, sugestões de leitores, *best-sellers*, pesquisa.

É como se a tarefa do editor se resumisse a um vai e vem do texto, algo que se conserva no processo de revisão, que é, segundo Rugoni (2015, p. 26), “caracterizado por ‘idas e vindas’”. Em outros cenários, como instituições EaD, pesquisadores de Mestrado e Doutorado

²⁰ Termo que se refere à identificação e correção de desvios gramaticais, levando em consideração a norma padrão.

e agências de publicidade, a função de editor pode não existir, ficando a cargo de um profissional (ou do próprio cliente) enviar o original ao tradutor. Escolhida a obra:

o editor ou o coordenador responsável por ela escolherá o tradutor com base em uma série de motivos: sua familiaridade com o assunto, qualificação, experiência, disponibilidade, remuneração etc. Nessa fase inicial de produção o editor pode exigir que o tradutor adapte a obra a um determinado propósito de sua publicação na cultura-alvo (Anderson, 2015, p. 37-38).

Precisamente, a tradução trabalha diretamente com o texto, passando-o de um idioma a outro atendendo a alguns critérios: linguísticos e extralinguísticos. Linguístico porque os aspectos morfosintáticos, lexicais e semânticos não são os mesmos em cada língua, e extralinguísticos porque, como o nome já diz, são elementos externos à língua, por exemplo, cultura, sociedade e história.

Uma característica do tradutor é a fidelidade na tradução. “Para o senso comum, o bom tradutor, fiel, é aquele que se mantém neutro, que não interfere na mensagem e nos originais” (Frota, 2000, p. 26), vistos como transparentes e transportáveis. Não queremos sugerir que ser fiel implique traduzir literalmente as palavras. Na verdade, o propósito dessa etapa é adequar a mensagem da língua de partida (inglês) com base nos elementos linguísticos da língua de chegada (português), preservando a essência da obra original.

Há um receio de que cada tradutor interprete o texto do seu modo, modificando perigosamente o conteúdo. Ademais, um mesmo profissional pode fazer leituras diferentes de uma mesma obra. Isso, porém, “não quer dizer que todas as suas interpretações serão válidas, principalmente se ele não respeitar certos limites impostos pelo texto” (Carvalho, 2005, p. 16). Não podemos esquecer que a tradução caminha com a revisão, haja vista a necessidade de comunicação e de transmitir informações para outras línguas, bem como de corrigir o que está sendo passado de um idioma a outro.

Não é o tradutor que corrige os próprios desvios – e sim, eles inevitavelmente surgem. Esse fato não tem nada a ver com a tradução ter sido ruim, pois, tal como o autor, os especialistas da linguagem e os profissionais do texto cometem deslizos durante a escrita (como vícios de linguagem e erros de digitação ou até gramaticais) por estarem com a visão “viciada” naquele texto. Finalizada a tradução (ou se a obra foi produzida na nossa própria língua, o português), o texto precisa ser tratado, ou seja, revisado.

É válido sinalizar que a prática de revisão abrange diversos processos, a saber: formatação, normalização, preparação, copidesque, revisão de provas e revisão. São especificações da revisão que podem ser solicitadas conforme o lugar onde o material está sendo

editado, da finalidade do texto, do meio de circulação, do público-alvo, do nicho, entre outros fatores. A revisão corresponde, nesse panorama, ao processo que mais faz intervenções no texto, identificando e corrigindo erros do texto original – traduzido ou não – e aperfeiçoando a escrita para que a mensagem chegue ao público com o intento a que se propôs.

Rugoni (2015) adota o termo revisão de textos para designar as etapas de tratamento de textos, consistindo no processo central no tratamento de um texto e na tarefa mais complexa na hora de intervir em uma obra, já que envolve identificar e corrigir erros gramaticais, erros de formatação, inadequações vocabulares, problemas de coesão e coerência e tantas questões linguísticas. A revisão, portanto, é o coração do processo de edição (Salgado, 2021).

Corroborando a ideia de Salgado (2007, 2016a), assumimos a revisão como o principal processo num tratamento de textos, isto é, o processo (ou conjunto de processos) que adequarão o texto para atingir seu objetivo. Esse mesmo objetivo pode determinar as manobras feitas no material, as quais recebem nomes variados, mais ou menos consagrados na história. É nessa etapa que vemos uma maior instabilidade nos nomes dos processos, que podem variar pelo tipo de texto, meio de circulação e público-alvo. Em compensação, há um padrão em todas as revisões: precisa haver uma ideia e, em seguida, um texto a ser revisado para um fim (quase sempre ir a público). Aliás, não é comum revisarmos textos que não serão lidos por ninguém.

A prática de revisão pode variar por algumas razões – pelos diferentes nomes empregados e pela compreensão particular de cada conceito. Um mesmo processo pode receber nomes divergentes e suscitar manobras específicas a depender do meio de vinculação, do objetivo, do nicho e do público-leitor. Como resultado disso, a denominação revisão de textos torna-se muito ampla, genérica, dificultando o entendimento do trabalho: a revisão de textos, ou revisão textual, ou simplesmente revisão, é o nome que incorpora diversos processos, chamados aqui de tipos de revisão. É a falta de clareza com relação a essa hierarquia que intensifica a instabilidade terminológica.

Na sequência, expomos um fluxograma da revisão com os nomes mais frequentes dados ao tratamento de um texto:

Figura 3 – Fluxograma da revisão

Fonte: elaborada pela autora.

À luz da figura, visualizamos que intitular um processo de revisão (revisão textual ou revisão de textos) pode ter muitos sentidos, gerando falhas na comunicação entre profissionais e entre profissional do texto e cliente. Por conseguinte, a principal causa para essa confusão é a escolha inapropriada do nome do processo e/ou a ausência de explicação sobre o significado que está sendo atribuído a cada nome.

A preparação (de textos ou de originais) inclui tanto a padronização de aspectos gráficos do texto, pautada na ABNT, por exemplo, quanto a intervenção na massa textual (identificação e correção de desvios e reformulação de trechos). Acerca do primeiro sentido, preparação pode ser aplicado como sinônimo de normalização e formatação. Ao passo que, em referência à segunda definição, o termo preparação pode ser substituído por copidesque e revisão.

As confusões começam aqui, muito embora reconheçamos a sinonímia como algo inerente à língua. Em razão de haver muitos nomes para muitos conceitos, e vice-versa, sem uma organização prévia, cada um usa da forma como acha que deve, ocorrendo a variação conceitual – um mesmo termo com mais de um significado – e a denominativa – mais de um nome para o mesmo conceito. Nesse quadro, estudantes, clientes e profissionais da área acabam sendo afetados negativamente pela imprecisão terminológica.

Já a normalização, também chamada de padronização ou formatação, é a “aplicação de normas linguísticas e editoriais ao texto” (Coelho Neto, 2013, p. 58). Trata-se, e isso é um consenso, da identificação e adequação de desvios ligados à forma, como paginação, margem, fonte, recuo, cor. Nessa esfera, as correções são feitas de acordo com as normas gráficas da

instituição, como ABNT, APA e Vancouver, mas são admitidas, com menos ocorrência, adequações quanto à norma padrão da língua portuguesa na escrita.

O processo de adequar um texto às normas de uma revista ou à ABNT pode ainda ser denominado como formatação, o que não deixa de ser uma normalização – posto que segue uma convenção concernente à estrutura do arquivo – e uma padronização, porque, ao obedecer a critérios, aspectos visuais do texto são uniformizados para facilitar a mensagem. O profissional dessa etapa é nomeado, mais comumente, de preparador, sendo, para Anderson (2015, p. 39), “aquele que lida apenas com os elementos gráficos do texto”.

Sobre o termo preparação, este pode ser entendido como sinônimo de normalização e formatação ou de copidesque. No que tange ao último, a intervenção – textual – seria mais aprofundada, com correções de erros gramaticais, de coesão, de coerência, de escolha vocabular, com o intuito de aprimorar o texto. Vale a pena retomar Malta (2000), que utiliza copidesque em seus estudos ao defender uma concepção de revisor moderno, dado que a prática de edição se alterou em comparação com os séculos anteriores. Para ele, o termo compreende reformular e reescrever trechos, atentando-se com a coesão e a coerência do texto, diferente do que era feito pelos copistas, os quais apenas copiavam os manuscritos sem se importarem com o aperfeiçoamento da mensagem.

O termo copidesque se origina do inglês *copy desk*. No entanto, evidenciamos que, à semelhança das práticas realizadas por profissionais do texto, as decisões necessitam do aval do autor. Assim, o ideal é haver uma negociação amigável entre editor e autor em todo o percurso, considerando que reescrever trechos de uma obra pode implicar mudança do estilo de quem escreveu, do conteúdo da obra e da intenção da mensagem do autor. É um processo usado majoritariamente em algumas editoras e dificilmente é visto em outros cenários da Edição. Além disso, o termo vem do Jornalismo, apesar de a profissão ter sofrido, tal como a produção de livros, uma fusão nas funções, nos profissionais e, conseqüentemente, nos nomes.

Alguns autores tentaram definir essa palavra. O material EDUSP, por exemplo, aborda copidesque como uma “leitura crítica que corrige erros gramaticais e uniformiza/melhora a linguagem” (Filho; Rollemberg, 2001, p. 21). O termo, consoante aos autores, pode ser usado como sinônimo de revisão. Com respeito a isso, Anderson (2015, p. 39) afirma que esse profissional é:

aquele que se encarrega de fazer o cotejo da tradução com o original a fim de verificar eventuais erros de interpretação, redação, saltos etc. Ele busca também manter a consistência e o estilo, além de adequar o texto a glossários e linhas editoriais. (Cabe acrescentar que o termo **copidesque** também pode designar o processo de revisão realizado por esse profissional, mas nesse caso optamos por utilizar a forma menos comum **copidescagem**).

Em conformidade com o estudioso, podemos diferenciar as nuances do processo da seguinte maneira: **copidesque** para indicar o cotejo da tradução com o original e **copidescagem** como sinônimo de revisão. Já na opinião de Malta (2000), o **copidesque** teria uma função mais complexa do que o próprio revisor, pois aquele reescreve e retrabalha um original e, em contrapartida, este apenas daria uma “olhadinha” final para a conferência de possíveis erros que passaram.

A última tarefa da revisão é, nas casas editoriais, a revisão de provas. A prática de provas é mais consensual nas editoras do que os outros processos, sendo realizada depois da diagramação, quase sempre no PDF diagramado. As correções são pontuais e visam identificar falhas que podem ter passado em etapas anteriores, como erro de digitação, erros gramaticais, inadequação de diagramação etc. Apesar da quantidade de revisão de provas não ser um consenso, o ideal é que sejam efetuadas quantas provas forem necessárias para sanar os problemas do texto.

Complementamos que é interessante termos revisores diferentes para as revisões de provas (o revisor da segunda prova seria diferente da primeira e assim por diante). Todavia, sabemos que isso nem sempre acontece, tendo em mente que as casas editoriais, em geral, economizam nesse investimento ou não têm condições para fazê-lo.

Podemos falar em um processo finalizador chamado de revisão. Ele pode gerar dúvidas por não expressar claramente se é uma revisão de provas ou uma revisão mais aprofundada, o que corresponderia ao **copidesque**. Sob esse olhar, os termos do mapa mental (cf. Figura 3) estão vinculados, em sua maioria, ao contexto das editoras.

A confusão terminológica é notada em mais cenários: (i) vagas de revisão para profissionais em regime de CLT, autônomos e *freelancers*, (ii) estudos de especialistas da área, (iii) cursos superiores e profissionalizantes, (iv) artigos científicos, (v) palestras realizadas presencialmente por profissionais do mercado, (vi) materiais disponibilizados na *web*. Isso se deve ao fato de que a preparação pode ser entendida como uma intervenção profunda no texto – com a feitura de correções gramaticais e adequações linguísticas, tal qual coesão e coerência –, mas também pode ser sinonimizada com **copidesque**. Há lugares, entretanto, em que

preparação abarca somente a formatação do texto e a revisão gramatical, enquanto o copidesque caracteriza-se como a intervenção mais detalhada na obra.

A título de esclarecimento, selecionamos dois livros para analisar a folha de rosto e verificar como as informações relacionadas ao tratamento do texto aparecem. O primeiro foi *Cinco minutos por dia: um diário para uma vida melhor* (Ikonn; Randas, 2018), que registra os nomes dos profissionais responsáveis pelas seguintes atividades: tradução, preparação de originais, revisão, adaptação de capa e diagramação, além de impressão e acabamento.

Constatamos, com isso, a forma como a editora Sextante trabalhou nessa obra (e geralmente trabalha): há a divisão de preparação e revisão (tratados como dois processos distintos, mesmo que não saibamos como ela define cada parte) e a ausência de copidesque. Nessa empresa, a revisão se refere, provavelmente, à revisão de provas, intervenção finalizadora, apenas conferindo (e corrigindo) desvios que podem ter passado nas etapas anteriores.

Em seguida, analisamos o livro *Fundamentos históricos do direito*, de Jankovic, Ciciliato e Fernandes (2016). Nessa obra, há um campo denominado Editoração – que pode ser assimilado como o conjunto de processos que tratam o texto – com cinco nomes, o que nos impede de identificar os processos executados no texto e, por consequência, seus nomes. Tal decisão nos faz pensar sobre como a edição é feita naquele lugar, quantos são os profissionais do texto que lá trabalham e quais suas funções.

É importante mencionar o caso da Sagah²¹, que não se considera uma editora, independentemente de contar com editor-chefe, editor-assistente, coordenador de revisão e equipe de revisores. Ao contrário das casas editoriais tradicionais, instituições que elaboram materiais didáticos no EaD podem não incluir o copidesque em sua produção editorial, como no caso da Sagah²². Nesse ambiente, os nomes são bem parecidos com “chão de fábrica” (termos industriais que medem qualidade) em vez de terminologia sobre o que eles realmente fazem.

Percebemos, então, que a prática de edição se mostra bastante diferente de outras áreas, sobretudo pela escolha dos nomes, que ainda é, para os profissionais da área, insuficiente e pouco clara. Desse modo, não temos noção do que está sendo contemplado no processo de revisão – se há uma equipe de revisores, o que cada um faz? Há especificidades diferentes? Há preparador, copidesque, revisor de provas? Ou todos fazem (i) conferência de gramática,

²¹ Cf. <https://sagah.maisaedu.com.br/>.

²² Sagah é uma empresa que busca soluções educacionais baseadas em metodologias ativas. O grupo planeja e desenvolve conteúdos para o EAD.

ortografia, desvios linguísticos, desvios de coesão, coerência, em outras palavras, adequação à norma padrão, (ii) adequação às normas da editora, (iii) aperfeiçoamento da escrita e (iv) revisão final, inspecionando o que passou?

No nicho acadêmico, por seu turno, a prática de revisão costuma ser subdividida em formatação e revisão. O que pode variar são os nomes vendidos pelos profissionais do texto autônomos quanto ao tipo de revisão feita, ou seja, à manobra feita, a saber: revisão gramatical, revisão ortográfica, revisão textual, revisão de estilo e, naturalmente, formatação (ou padronização, ou normalização).

Além das obras clássicas da revisão, tais como Manual do revisor (Malta, 2000), Além da revisão: critérios para a revisão textual (Coelho Neto, 2013), O livro: manual de preparação e revisão (Pinto, 1993) e A construção do livro: princípios da técnica de editoração (Araújo, 2008 [1986]), temos um número expressivo de profissionais do texto que se tornaram referência na área.

Sites, blogs e redes sociais, especialmente o Instagram, funcionam como uma vitrine para os clientes, uma vez que apresentam conteúdos educativos, de conscientização, e promovem cursos e aulas sobre textos. Outrossim, os serviços de revisão são ofertados nesses locais, possibilitando uma experiência de tratamento de texto profissional ao público e, como efeito, colaborando para a autoridade do revisor. Há figuras conceituadas que se tornaram autoridade no assunto, são elas: Carolina Machado, do Revisão ParaQuê²³, e Hariele Quara, da Mestre da Revisão²⁴.

Em primeiro lugar, é possível pontuar que Machado (2019a) admite os termos copidesque, preparação, revisão (ou revisão de provas), leitura crítica e revisão técnica para o tratamento de um livro. Há, segundo ela, uma diferença categórica para cada termo, não obstante, em alguns nichos, como revisão empresarial, revisão publicitária e revisão acadêmica, essa terminologia pode mudar, sendo adaptada à necessidade do campo. Logo, não é comum falarmos em copidesque na revisão acadêmica ou em formatação para textos publicitários.

Em segundo lugar, Quara ([2023]) faz a seguinte divisão da revisão acadêmica: formatação e revisão textual. Verificamos, nesse caminhar, que não há uso de outros termos para aludir à revisão gramatical e/ou à adequação de desvios linguísticos. Em oposição, há uma simplificação da terminologia, pois Quara ([2023]) atribui à revisão textual a responsabilidade de “ajuste do texto quanto aos aspectos ortográficos, gramaticais e linguístico-textuais; intervenções mais profundas, que ensejem reescrita, são consultadas junto ao cliente”.

²³ Cf. Machado ([2024])

²⁴ Cf. Quara ([2023], [2024]).

Em textos acadêmicos, é comum o pacote de formatação e revisão, justamente pela demanda do cliente em adequar o texto às normas da faculdade ou da revista e da língua portuguesa. Nessa conjuntura, temos apenas um profissional (um revisor) que faz intervenções no texto para que ele esteja adequado ao seu objetivo.

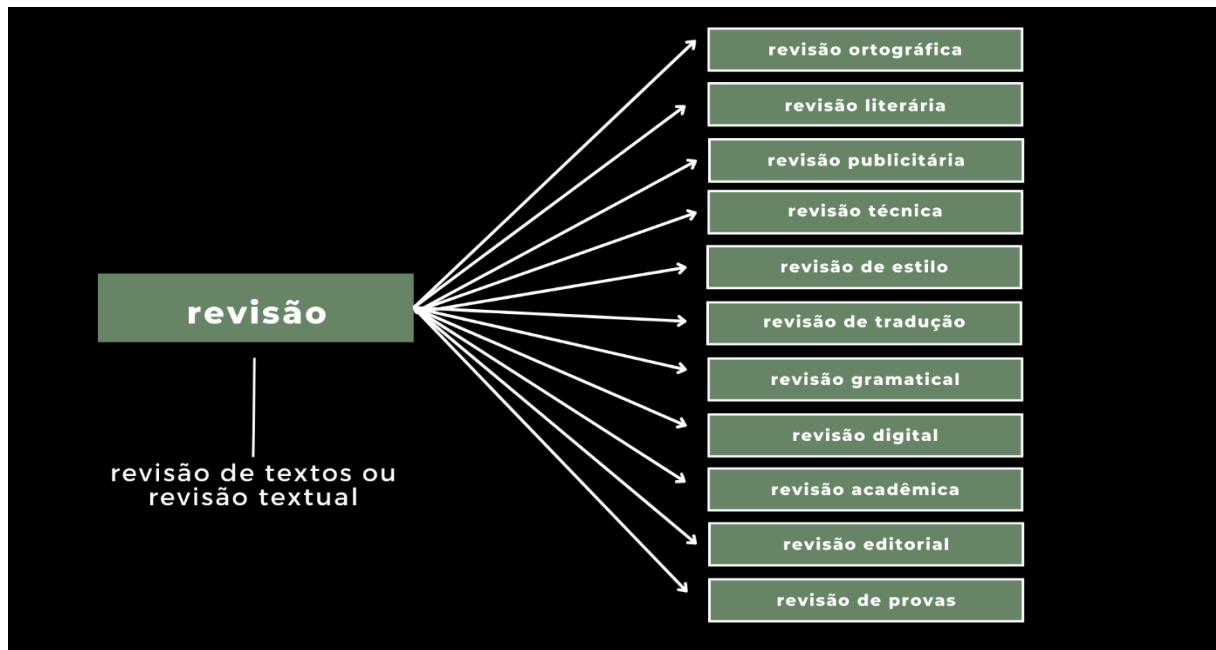
Partindo para as agências de publicidade, a prática de revisão pode ser separada em revisão das normas gráficas (padronização, formatação) da agência e revisão de português – o que conhecemos como revisão textual, revisão gramatical, revisão ortográfica. Porém, nesse campo, a intenção das empresas é outra: conscientizar o público sobre algo ou vender algum produto. Devido a isso, a revisão gramatical nem sempre é suficiente, pois a mensagem precisa ser persuasiva e clara, e o revisor, muito mais que em outros meios ou suportes, requer entendimentos de léxico e de mundo.

Nesse nicho, o texto pode ser verbal e não verbal, cabendo ao revisor corrigir qualquer inadequação referente à escrita e à imagem. Para isso, o profissional precisa familiarizado com o *briefing* a fim de efetuar as alterações e as correções indispensáveis para que a informação seja transmitida da maneira correta. Nos textos publicitários, portanto, a revisão engloba a conferência de texto, cor, imagem, assinatura, impressão, títulos, tamanho da fonte, normas da empresa e normas do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR).

Nesse momento, revelamos mais nomes associados à prática de revisão extraídos do *cópus EdiTe*²⁵ com a finalidade de esclarecer o que cada um pode significar:

²⁵ *Cópus da Edição de Textos* formulado para atingir os objetivos desta pesquisa.

Figura 4 – Tipos de revisão



Fonte: elaborada pela autora.

Alguns nomes consistem em revisões que acontecem em nichos específicos, como a revisão publicitária – relacionada às agências de publicidade – e a revisão acadêmica – que corresponde aos textos acadêmicos, artigos, dissertações e teses. A questão é, se são contextos distintos, a revisão de textos pode manifestar técnicas e manobras distintas, mas também pode compor o mesmo processo, mudando o suporte de veiculação e o público-alvo. Revisões acadêmicas, por exemplo, são executadas geralmente por um só profissional – o revisor contratado prepara o texto, no sentido de formatá-lo, corrige os erros gramaticais, adequa a linguagem ao registro formal, averigua questões de coesão e coerência, aponta problemas de clareza e pode, se for um acordo entre profissional-cliente, reescrever trechos. Em outros dizeres, a revisão acadêmica se mostra restrita a uma pessoa, diferente do que acontece nas casas editoriais.

Por outro lado, uma revisão digital – também denominada de revisão de conteúdo para *web* –, embora moderna, opera com os mesmos procedimentos de uma revisão acadêmica, pois é um texto, muitas vezes escrito, que se tornará público. O que muda, nesse caso, é (i) o meio de circulação (das bibliotecas, dos repositórios da universidade e das revistas para redes sociais e *sites*), (ii) o público-alvo (de universitários, professores e pesquisadores para pessoas da área, curiosos, alunos e empresas) e, por último, (iii) o objetivo (à medida que um divulga exclusivamente conhecimento, o outro pode, somado a isso, conscientizar sobre algum assunto ou vender produtos e serviços).

Já quando nos voltamos à revisão ortográfica e à revisão gramatical, estamos lidando com processos semelhantes, haja vista que a ortografia faz parte da língua, tal como a gramática. No primeiro processo, o profissional tem como objetivo identificar e corrigir erros de grafia, seguindo o acordo ortográfico de 1990²⁶. No segundo processo, a pretensão é corrigir erros variados conforme uma norma, regularmente a norma padrão: desvio de grafia, de regência, de concordância, de pontuação etc.

Apoiando-nos na revisão literária como um dos nichos possíveis da área, é crucial sinalizar que algumas manobras podem ser diferentes de outros tipos de revisão, posto que o texto literário possui características específicas se comparado a um texto acadêmico, por exemplo. Tal diferença pode suscitar processos que nem sempre são necessários.

A revisão de estilo e a revisão técnica, ademais, são bem precisas. A primeira diz respeito a adequações que não modificam o jeito de escrever do autor, a sua personalidade. Essa atividade é bastante polêmica em virtude da complexidade da escrita de alguém. Há uma discussão se o estilo do autor da obra deve ser mantido por todo revisor, em qualquer etapa, nicho, material, pois, dessa forma, não se estabeleceria uma revisão específica para isso. Na segunda revisão, o intuito é, na condição de especialista de uma área de especialidade, avaliar se os termos estão apropriados e, caso não estejam, corrigi-los (Anderson, 2015).

Não poderíamos deixar de mencionar Eliana Moura, criadora do perfil Vagas de Revisão²⁷, que disponibiliza vagas de trabalho na área e conteúdos de revisão de materiais didáticos, de audiovisual e de texto publicitário. Como Eliana, Amanda Moura²⁸ começou a ser a inspiração de muitos estudantes e profissionais da Edição, em especial do ambiente editorial. Atualmente, ela oferece serviços de tradução, preparação e revisão de livros, além de cursos para profissionais do texto.

Junto a esses nomes está Miriã Lira²⁹, revisora de textos publicitários e formadora de revisores. Provavelmente existem mais profissionais do que os citados, bem como algumas instituições, tal qual a RockContent³⁰, sem embargo, é perceptível que a internet modificou e intensificou a relação entre os profissionais do texto e a profissão. Não podemos afirmar que faltam obras de referência quando vemos diferentes pessoas, boas ou não, que se comprometeram a passar conhecimento sobre a Edição de Textos. Elas, ainda que de maneira

²⁶ No Brasil, entrou em vigor em 2016. Em cada país, a oficialização aconteceu em um momento.

²⁷ Cf. E. Moura ([2024]).

²⁸ Cf. A. Moura ([2024a], [2024b]).

²⁹ Cf. Lira ([2024]).

³⁰ Cf. <https://rockcontent.com/br/>.

inconsciente, ajudam a ditar as regras e, nessa via, os nomes das coisas – processos, objetos, etapas, profissionais.

Mas o que dizem os dicionários? A influência do inglês afetaria não só os termos edição e editor, mas também revisão de textos. Para compreender como os termos dessa prática são encontrados em dicionários bilíngues, fizemos a busca pelos correspondentes de revisor de textos, preparação de textos e preparação de originais, formatação, normalização, copidesque e revisão de provas nos dicionários usados neste trabalho: Linguee (Deepl SE, [2023]), Reverso (Hoffenberg, [2023]), Cambridge (Cambridge University, [2023]) e WordReference (Kellogg, 1999), conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Termos da revisão de textos em dicionários bilíngues

Termo em português	Termo em inglês (mais frequente)	Dicionário consultado
revisor/revisor de textos	<i>reviewer, proofreader, copy editor</i>	Linguee
	<i>reviewer, proofreader</i>	Reverso
	<i>reviewer, proofreader</i>	Cambridge
	<i>reviewer, reviser, proofreader, copy editor</i>	WordReference
preparação de textos ou de originais	<i>text preparation, preparation of originals, manuscript preparation</i>	Linguee
	<i>preparation of text</i>	Reverso
	não encontrado	Cambridge
	não encontrado	WordReference
formatação	<i>text formatting</i>	Linguee
	<i>text formatting</i>	Reverso
	não encontrado	Cambridge
	não encontrado	WordReference
normalização	<i>standardisation, standard text, text normalisation</i>	Linguee
	<i>standardisation, normalization, text normalization</i>	Reverso
	não encontrado	Cambridge
	<i>normalization</i>	WordReference
copidesque	<i>copydesk</i>	Linguee
	<i>copyediting</i>	Reverso
	não encontrado	Cambridge
	<i>copydesk, copyediting</i>	WordReference
revisão de provas	<i>proofreading</i>	Linguee
	<i>proofreading</i>	Reverso
	não encontrado	Cambridge
	não encontrado	WordReference

Fonte: elaborado pela autora.

A escolha por esses termos se justifica, como exposto no quadro acima, pelo conceito de revisão estar no centro da prática de edição e, a partir dele, alguns processos serem admitidos. Isso porque uma revisão de dissertações e teses não é completamente discrepante de uma revisão de artigo científico; o que muda, aqui, são os tipos de textos, embora ambos sejam acadêmicos. Nesse sentido, as manobras de tratamento do texto seriam praticamente iguais. Por outro prisma, a revisão de textos publicitários e a revisão gramatical são exemplos de atividades parecidas, podendo ser feita a correção de erros gramaticais em qualquer material, principalmente em textos publicitários. É como se uma revisão fosse uma manobra comum a vários tipos de textos.

Observamos, nessa orientação, a existência de tipos de revisão que não se mostram tão diferentes como imaginávamos, e essa diversificação de termos – aliada à falta de organização terminológica – confunde, cada vez mais, as pessoas. Em razão disso, o quadro foi construído com base em seis unidades, sendo consideradas, em nosso ponto de vista, as que mais suscitam sistematização. Apesar de haver imprecisão em outras denominações, seria impossível, durante a pesquisa de Doutorado, conseguirmos reunir as informações lexicográficas de todas as ocorrências de revisão de textos, o que ficaria exaustivo e, muito provavelmente, não nos auxiliaria no cumprimento do objetivo do trabalho.

Mediante o Quadro 7, captamos que os termos correspondentes na língua inglesa parecem iguais em todas as obras lexicográficas. É um dado bastante interessante, levando em conta que, em um primeiro momento, podemos pensar que não há variação terminológica. Contudo, ao examinarmos os exemplos, as frases de contexto de cada dicionário, podemos identificar que as palavras são entendidas de forma semelhante: o sentido de *proofreader* se choca com o de *proofreading*, e *preparation of originals* parece ter o mesmo significado de *proofreader*.

Cada um dos termos apresenta, normalmente, mais de um termo equivalente, segundo critérios determinados pelo próprio lexicógrafo do material. Ainda que a busca tenha sido realizada em poucos dicionários, é possível perceber o que Clares (2017) registrou: revisão vem de *proofreading* ou *copydesk*, que, usualmente, correspondem à leitura ou à edição de provas para impressão. Nessa lógica, quando nos deparamos, em um texto, com o emprego de *proofreading*, fica-nos o questionamento: Devemos entender a revisão de textos em um sentido genérico ou como revisão de provas? O que estaria contemplada nessa revisão? Seria uma revisão técnica, estilística, gramatical, completa? E o que é revisar de forma completa?

Copydesk, por exemplo, é um termo oriundo do jornalismo que remete tanto ao profissional de edição de provas quanto à etapa de leitura feita por ele. Conquanto, os usos em

inglês causem confusão para nós, brasileiros. Copidesque é um termo que gera pouca ou nenhuma dúvida no mercado editorial e sua definição é mais consensual, sendo a intervenção mais aprofundada em um texto: aperfeiçoamento da escrita, reescrita de trechos, adequação de coesão e coerência. Importa destacar que esse termo, no entanto, é mais visto em edição de livros nas casas editoriais.

Em geral, vimos que o inglês influenciou o surgimento dos termos da prática de revisão, assim como os da edição. Todavia, essa análise não colabora, como prevíamos, para apreendermos o sentido de cada unidade em língua portuguesa. Reforçamos, em face do exposto, a necessidade de organizar os termos da área em uma obra terminográfica – dicionário específico do domínio –, com o intento de elucidar o que cada termo significa (ou poderia significar).

Nesse ângulo, a revisão é o processo central da prática de edição, além de ser um nome genérico que incorpora diversos subprocessos que revisam o texto. Em qualquer tipo de texto, a revisão é imprescindível, mesmo que o senso comum pressuponha que essa atividade não precise ser feita, sobretudo quando o autor é formado em algum curso de linguagem, domina as regras gramaticais ou é um autor consagrado na área. Entretanto, não importa quem faça o texto, “qualquer autor, por melhor que seja, comete erros, emite conceitos incoerentes, repetitivo, fica cego às vezes a coisas absurdas que o seu texto contém. Essa incapacidade de ‘enxergar’ é fruto comumente do seu contato diuturno e exaustivo com a criação” (Coelho Neto, 2013, p. 58).

Sobre isso, Muniz Júnior (2010, p. 21) salienta que:

é comum que se usem os termos revisão, preparação, copidesque, edição, edição de texto, refação... Do mesmo modo, podemos chamar de revisor, preparador, copidesque, editor ou editor de texto o profissional que presta esse serviço. Embora sejam aplicáveis ao dia a dia das editoras, esses termos correspondem a diferentes categorias semânticas nas diversas situações em que são empregados. Revisão e edição podem tanto designar a função específica de um sujeito na cadeia de produção quanto uma das tarefas às quais se dedica o trabalhador. Alguém que revisa pode, também, fazer as correções no computador e conversar com os autores, e isso pode ser ou pode não ser tido como parte do ‘revisar’. Além disso, uma função ou tarefa recebe nomes diferentes nos diversos contextos de produção midiática: em alguns coletivos de trabalho, é chamado de revisão o que em outros corresponde a edição, copidesque, preparação, checagem etc.

A despeito das concepções inadequadas ao revisor, o propósito, na verdade, é divulgar uma obra clara, tornando-a acessível e adequada ao público-alvo. Nesse caso, corrigir desvios de escrita pode e deve ser uma das funções do revisor, porém não podemos nos limitar a isso.

O ofício vai muito além da gramática, buscando a legibilidade, a compreensibilidade e a clareza (Yamazaki, 2007).

Como salientam Bezerra, Queiroz e Tabosa (2004 *apud* Cândido *et al.*, 2011, p. 107), revisar “não é apenas um exercício mecânico de apontar falhas gramaticais, mas o de tornar claro em que sentido essas falhas podem interferir na coesão e na coerência, comprometendo a clareza do texto”. Nesse viés, a revisão transcende a gramática, até porque determinados desvios – na ótica tradicional da língua – podem não interferir na clareza da mensagem.

Tendo em consideração que o texto é o objeto de trabalho do revisor, para que ele faça uma boa tarefa, é preciso dominar o código – a língua portuguesa –, mas não só, pois corrigir erros nem sempre é a melhor decisão em um trabalho (Coelho Neto, 2013). Um bom revisor não apenas conhece as regras da língua e sabe trabalhar com elas em suas diversas nuances, como extrapola esse código, aplicando seus conhecimentos linguísticos para executar seu papel de forma eficiente. Para Malta (2000, p. 30), às vezes, “mais vale a prática do que a gramática”.

Salgado (2016a, p. 172) expressa sua perspectiva ao apresentar uma proposta de terminologia:

talvez **preparação de textos** pudesse referir tudo o que se faz para que um original vá a público, isto é, todos os ritos genéticos editoriais. Nesse caso, como uma expressão abarcante. **Revisão de textos** poderia referir especificamente a revisão de algo que, estando pronto (já foi preparado), pede ainda um olhar rigoroso, que garanta o que foi feito na preparação. Se assim mantivéssemos os usos desses dois termos, talvez se pudesse fixar **copidesque** para etapa em que mais se mexe na costura textual, nos meandros do enunciado e da enunciação.

Acerca das definições exibidas, é notório que algumas delas vão de encontro ao que defendemos nesta pesquisa. A Edição de Textos seria o termo abrangente, englobando todos os processos responsáveis por tornar um texto público. Depois disso, a revisão de textos corresponderia ao processo-chave sobre as correções e adequações que precisam ser feitas em uma obra. Nesse contexto, a preparação consistiria na adequação gráfica do texto, sinônimo de formatação. Vale indicar que, em algumas situações, uma primeira revisão é requerida – e realizada na preparação – para deixar o texto mais limpo em questão de erros de convenção de escrita. Em seguida, o copidesque estaria relacionado à etapa que intervém na massa textual. Por fim, a revisão final (ou revisão de provas nas casas editoriais) representaria a última revisão do texto, conferindo o que passou e se tudo foi alterado.

Em resumo, a prática de revisão tem a função de “abrir um caminho” de possibilidades de interpretação, segundo Salgado (2017). A autora afirma que não há somente uma forma de

revisão, visto que um caminho pode ser mais adequado que outro. Em suas palavras, “nunca se estabelecerá um só caminho. Todo dizer posto em circulação ganha mundo amarrando-se à teia interdiscursiva e, assim, engrossa certos coros e desdenha outros, mete-se em certas fileiras e rejeita outras” (Salgado, 2017, p. 123).

Ao tomar como base as práticas de tratamento de um texto (práticas editoriais), estamos contemplando “tanto as práticas generalizadas nas casas editoriais quanto outras, menos oficiais embora igualmente generalizadas” (Salgado, 2017, p. 14), além do revisor, que é o profissional, de acordo com Salgado (2017), que faz uma leitura profissional e dá, ao texto, o tratamento necessário para torná-lo publicável.

É oportuno sublinhar que esse tratamento não pode ser feito de qualquer modo. Há limites nessa intervenção, o que provoca muita dúvida nos profissionais do texto. Impõem-se certas restrições na intervenção, “em particular quando se trata de texto literário, onde o autor é soberano para realizar fraturas na linguagem e na ortodoxia das regras gramaticais” (Araújo, 2008 [1986], p. 41). Uma “mexida” inapropriada na prática de revisão pode prejudicar a mensagem pretendida.

A pergunta mais difícil de responder, no entanto, é: quais são esses limites? Como defini-los? Onde encontrá-los? O que sabemos é que “[...] o grau de interferência no original por parte do preparador depende do tipo de material que ele tem pela frente e é praticamente impossível chegar-se a um consenso que fixe critérios ideais e universais de normatização” (Filho; Rollemberg, 2001, p. 86). Além disso, o estilo do autor deve ser mantido. Em conformidade com Martins Filho e Rollemberg (2001, p. 87):

o grau de interferência do revisor de textos, principalmente quando envolver a questão de estilo, deve ser proporcional à finalidade intrínseca de cada texto. Sua tarefa principal é facilitar a vida do leitor, dando unidade e clareza não só às ideias, mas ao livro como um todo, dando-lhe, enfim, consistência.

Em outros termos, “[...] os variados níveis de intervenção devem se limitar ao necessário à inteligibilidade do texto, de modo que o revisor evite alterar o estilo ou mesmo deturpar as intenções comunicativas do autor” (Santos, 2020, p. 21).

Antes de encerrar a subseção, é importante levantar duas indagações. Primeiro, quem é o autor nisso tudo? Para Salgado (2016b, p. 197):

[...] um autor não é só um escritor – aquele que escreve –, é também aquele que é lido – em diferentes etapas por diferentes estatutos de leitor – e aquele que estabelece relações institucionais variadas, viabilizando processos de escrita e de leitura. Frise-se: **processos**, uma vez que não se trata de pensar em ponto de partida e ponto de chegada, mas em rebatimentos dinâmicos de constituição recíproca de lugares discursivos, lugares delimitados pelas coerções de um tempo-espço definido numa certa relação de técnicas e normas, que condiciona imaginários, sendo ela própria por eles condicionada. A autoria é um complexo entrelaçamento que é preciso gerir.

Em segundo lugar, o editor, o tradutor e o revisor também são autores do texto? Salgado (2007, 2016b) faz esse questionamento em boa parte de suas publicações. A estudiosa considera que os profissionais do texto são responsáveis, de certa forma, por uma obra através das manobras feitas. Nessa direção, a autoria, à luz de Possenti (2002, p. 128 *apud* Salgado, 2007, p. 178), supõe sempre **sujeitos trabalhando**, enunciadorees que “deixam suas marcas nos objetos que produzem”.

O autor é a figura central, ainda que não seja o soberano por construir um texto. Ele também segue uma leitura orientada do profissional do texto, que atua como “participante da autoria” (Salgado, 2007, p. 178). Destarte, o tratamento de textos é “uma possível confirmação da autoria, na medida em que é um exercício de alteridade explicitado pelo trabalho do co-enunciador, que se põe como um outro ainda no processo autoral; lê antes da publicação, “ensaia” interlocuções futuras” (Salgado, 2007, p. 173-174).

Quanto a isso, reconhecemos o profissional do texto como um co-enunciador, já que ele não cria, mas edita, traduz, revisa. Contudo, o profissional não se limita a efetuar correções, ele desempenha um papel mais amplo – realiza uma leitura qualificada e adequa o texto para torná-lo público. Trata-se, como argumenta Anderson (2015, p. 37-38), de “uma sequência de trabalhos no texto em que cada um vai retrabalhando o texto anterior”.

Em alinhamento com Moraes (2019), “[...] quanto mais todos os envolvidos souberem sobre como um livro é feito, os processos podem se tornar melhores e mais qualidade final tem o livro”. É relevante, portanto, que os profissionais da área, redatores, editores, revisores, diagramadores, preparadores, copidesques, chefes de arte, assistentes de arte, fotógrafos, desenhistas, diretores ou editores de arte (Gomes, 1988) e os autores estejam a par do fluxo editorial, fazendo com que produção, edição e divulgação do texto (não só livros) sejam mais eficientes.

Na subseção à frente, abordamos a formação e a atuação do profissional do texto, revelando qual é o melhor caminho para ser um editor, um tradutor, um revisor. É nesse

momento que vamos levantar as polêmicas da área em relação a quem realmente pode tratar um texto e como está o mercado de trabalho para esse ofício.

2.2.4 Formação e atuação dos profissionais do texto no Brasil

Embora a prática de edição seja antiga, a formação na área ainda é falha, tendo em vista a baixa oferta de cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil. Aliás, as faculdades de Letras, Linguística e Comunicação (habilitação em Jornalismo), que se propõem a estudar e trabalhar com a língua, não disponibilizam, em sua maioria, conteúdos referentes à edição, tradução ou revisão de textos. A esse respeito, Salgado e Penteado (2018, p. 9) declaram que:

a revisão de textos, ofício tão antigo quanto pouco conhecido, segue sendo necessária, exigente de uma fina formação (que mal começa a ser assumida nas universidades, nas quais algumas iniciativas pioneiras estão em pleno processo de invenção) e se afigura como um supertema de pesquisa e uma profissão carente de delimitação formal. Neste caso, porque as condições de trabalho, de remuneração e as próprias atribuições de um revisor são sempre opacas demais... No caso da pesquisa, porque ela tem chance de oferecer alguma desopacificação e, de quebra, avivar temas correlatos na linguística, na comunicação, na sociologia, na literatura...

Consoante a uma pesquisa de Bessa (2014), os profissionais do texto do Rio de Janeiro, por exemplo, não têm a formação que deveriam ter no Brasil: 56,4% dos entrevistados têm formação em Letras e 40,4% em Comunicação Social, enquanto somente um quarto deles tiveram alguma disciplina referente à área. Isso demonstra que, mesmo que o número de cursos de Letras, Linguística, Comunicação e Jornalismo seja grande, a Edição não é um tema versado. Quando o aluno tem acesso a conteúdos de Edição de Textos, normalmente é em apenas uma matéria.

Nesta pesquisa, foi feita uma busca por cursos superiores na área de Letras, Linguística, Comunicação e Jornalismo para verificar se constam, nas grades, a oferta de disciplinas relacionadas à Edição. Para isso, selecionamos cursos (i) de graduação e pós-graduação de instituições brasileiras, (ii) conhecidos pela terminologia, (iii) indicados por profissionais do texto e (iv) resultantes da busca automática do Google – por meio de palavras-chave, ou seja, o nome dos cursos. Essa etapa contemplou os três primeiros resultados a fim de não tornar exaustiva a análise de cada grade.

No Quadro 8, são listados, a título de exemplificação, alguns cursos de Letras e Linguística, uma vez que uma filtragem mais extensa, além de demandar tempo, não faz parte do objetivo da tese.

Quadro 8 – Cursos de Letras e Linguística

CURSO	INSITUIÇÃO	HÁ DISCIPLINA DE EDIÇÃO NA GRADE?
Letras: Linguística Bacharelado	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Não
Bacharelado em Linguística	Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/UNICAMP)	Não
Bacharelado em Linguística	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) ³¹	Não
Linguística	Universidade de São Paulo (USP)	Não
Letras	Universidade de São Paulo (USP)	Não
Letras-Tradução	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – São José do Rio preto	Sim (referentes à tradução)
Letras	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Assis	Não
Letras	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Araraquara	Não

Fonte: elaborado pela autora.

Atualmente, são poucos os cursos direcionados exclusivamente à Linguística. Por essa razão, o quadro acima apresenta mais exemplos do curso de Letras. De todo jeito, em ambas as formações, não há disciplinas da Edição na grade curricular.

Outra graduação comumente feita pelos profissionais do texto é a Comunicação. Nesse curso, há diversas habilitações, como Publicidade, Marketing e Jornalismo, o que suscitaria um aprofundamento nas grades das instituições para investigar se a Edição é realmente abordada e de que maneira. Exibimos, neste trabalho, apenas algumas faculdades que oferecem a formação em Comunicação:

Quadro 9 – Cursos de Comunicação

PUC-SP
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)
FGV
Estácio
PUC-Minas
UNB

Fonte: elaborado pela autora.

³¹ Trata-se da instituição na qual a autora estudou. Há, na UFSCar, uma disciplina optativa de Revisão de Textos ministrada pela Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado. Esta oferece, inclusive, disciplinas de Edição na pós-graduação e está à frente de diversos cursos, grupos de pesquisa e eventos da área, como o LABEPE e o COMUNICA. Para saber mais informações, cf. <https://grupopesquisacomunica.wordpress.com/glotopoliticas-da-edicao/>.

Já no tocante ao curso de Jornalismo, o Vai de Bolsa fez, em 2023, uma identificação, fundamentando-se no Ranking Universitário da Folha (RUF)³², dos melhores cursos na área, os quais estão dispostos a seguir:

Quadro 10 – Cursos de Jornalismo

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Faculdade Cásper Líbero (FCL)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Universidade Federal do Paraná
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)
Estácio

Fonte: Pereira (2023).

É importante lembrar que a grade dos cursos de Jornalismo, assim como os de Comunicação, não foram analisados em virtude da finalidade da pesquisa e do tempo de Doutorado. Em contrapartida, convém apontar que os primeiros cursos de Ensino Superior estiveram vinculados às escolas de Comunicação, adotando, usualmente, os nomes Produção Editorial e Editoração. Além desses cursos específicos em Edição, há outros parecidos, apesar da terminologia diferente:

Quadro 11 – Cursos de Edição

CURSO	INSTITUIÇÃO
Produção Editorial	Universidade Anhembi Morumbi
Editoração	Escola de Comunicações e Artes da USP
Bacharelado em Letras - em Redação e Revisão de Textos	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Comunicação Social - Produção Editorial	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Editoração e Design de Informação	Anhanguera
Pós-Graduação em Edição de Textos	Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro

Fonte: elaborado pela autora.

Junto aos cursos de Letras que oferecem, na maioria das vezes, formação para tradutor, apontamos cursos voltados para a tradução:

³² Refere-se a um ranqueamento com 196 instituições de ensino do país.

Quadro 12 – Cursos de Tradução

CURSO	INSTITUIÇÃO
Letras – Tradução	UNESP (IBILCE)
Letras (Bacharelado) Tradutor e Intérprete	Universidade Paulista (UNIP)
Tradutor e Intérprete	Universidade Nove de Julho (UNINOVE)
Graduação em Tradução	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Bacharelado em Tradução	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Fonte: elaborado pela autora.

Machado (2021) também fez uma pequena lista de especializações/pós-graduações específicas sobre revisão de textos:

Quadro 13 – Pós-Graduações em revisão (Revisão Para Quê)

Unyleya (a distância)
PUC Minas (presencial em Belo Horizonte e a distância)
Uniceub (Brasília)
UFPel (bacharelado em Pelotas/RS)
FAE (presencial em Curitiba)
Universidade Nova de Lisboa (presencial em Portugal - área: Consultoria e Revisão Linguística)
PUC Rio (Rio de Janeiro)

Fonte: Machado (2021).

Embora a Universidade Nova de Lisboa seja referência com sua especialização em revisão, nesta tese, ela não é considerada, dado que focalizamos nos cursos do Brasil. Em vista disso, indicamos, no Quadro 14, mais opções de pós-graduação que não foram mencionadas por Machado (2021):

Quadro 14 – Pós-Graduações em revisão

Produção Editorial <i>Lato sensu</i>	Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM)
Produção Editorial	Claretiano
Produção Editorial	LABPUB
Edição e Gestão Editorial	NESP
Design Editorial	NESP
Edição de Textos	NESP

Fonte: elaborado pela autora.

O cenário fica pior ao analisarmos os cursos que oferecem alguma matéria ligada à Edição. Na maioria dos casos, há uma visão distorcida do que é editar um texto, especialmente quando se fala em revisão. O que averiguamos, por meio dos quadros, é que a carência na formação dos profissionais do texto – sobretudo bons cursos – afeta a terminologia da área, de

forma que a instabilidade pode surgir e se intensificar no ambiente de ensino e aprendizagem do profissional.

Muitos cursos de Letras, segundo Ribeiro (2016, p. 16), “relacionam o revisor a uma espécie de ‘inspetor da língua’”, demonstrando uma visão inapropriada do ofício. Tal perspectiva se origina de uma crença sobre o que é língua, texto e revisão de texto. Dessa maneira, a falta de compreensão do que é a língua, antes mesmo de qualquer reflexão sobre texto, torna ainda mais complexa a problemática da área.

Não obstante, a discussão sobre língua, linguagem e texto deve estar presente na formação do revisor. Isso vai ao encontro do que Bessa (2014) defende ser uma formação ideal para o profissional do texto. Diante disso, vemos uma deficiência na formação dos profissionais do texto, o que poderia ser melhorado com (i) maior oferta de cursos de graduação na área de Edição, (ii) mais cursos de pós-graduação específicos da área, (iii) professores mais bem preparados para capacitar profissionais que vão editar um texto, (iv) prática da Edição a partir dos conhecimentos adquiridos na formação, entre outras possibilidades.

Não há, nesse sentido, uma formação melhor do que a outra, mas formações mais ou menos adequadas a depender do propósito do profissional, isto é, do nicho, do serviço. O que realmente importa é o conhecimento acerca dos aspectos da língua e do texto, pois este será o objeto de trabalho de editores, tradutores e revisores. A atuação do revisor, então, pode ser aperfeiçoada à proporção que o profissional se especializa, em outras palavras, quanto mais o indivíduo estudar e investir na sua formação, melhor serão suas manobras. Conforme Coelho Neto (2013, p. 23), a “revisão exige, como temos frisado, formação e habilidade específicas. Deixá-la de lado significa abdicar da qualidade”.

Antes de finalizar, é pertinente evidenciar que o revisor de textos, como um profissional que não se encaixa em uma categoria regulamentada, nem reconhecida, não tem piso salarial definido e parâmetros de atuação a serem seguidos. Muniz Júnior (2018, p. 11-12) alega que:

via de regra, editores, preparadores e revisores pertencem à classe média ou média alta (e à sua fração com mais capital simbólico, embora nem sempre a mais dotada de capital econômico); possuem acesso aos serviços e produtos fundamentais à sua sobrevivência; têm ou tiveram acesso pleno à escolarização. Fazem parte, portanto, de um grupo que, pelo menos no Brasil, constitui (infelizmente) uma minoria privilegiada. Não obstante, dentro do universo de que fazem parte – e que poderíamos chamar, precariamente, de mundo intelectual ou mundo letrado –, sua existência é pouco compreendida, quando não simplesmente ignorada. Dedicam-se a atividades frequentemente consideradas secundárias ou mesmo irrelevantes.

Um agravante para essa situação é a falta de regulamentação da profissão por órgãos capacitados, como o Ministério do Trabalho, que se estendeu por muitos anos. Em 2011, um passo importante foi dado por professores e alunos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que criaram a Associação Brasileira de Revisores de Textos (ABRT) a fim de assegurar a regulamentação do trabalho do revisor de textos, proteger o ofício e divulgar a profissão. Infelizmente, a Associação não conseguiu dar continuidade aos trabalhos, apesar de conter, em seu grupo no Facebook, mais de 2,4 mil membros.

Em 2020, foi criado o Coletivo de Revisores de Textos (CRT), com profissionais do texto para incitar a luta por direitos na profissão. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, mobilizada pelo grupo Revisão: trocas e *jobs* (do WhatsApp e do Telegram). Essa foi uma alternativa rápida para defender a revisão de textos, já que a ABRT não teve sucesso e qualquer formação de Associação ou de Sindicato exigiria um maior envolvimento de pessoas envolvidas e muita burocracia.

Com base na primeira reunião do CRT, os administradores sustentam que a meta é “[...] unir os profissionais da área e mobilizar a luta por direitos. É por meio dessa união que pretendemos nos manifestar contra práticas abusivas, estabelecer valores mínimos pelo nosso trabalho, a fim de garantir nossa sobrevivência e constante capacitação” (Coletivo [...], 2020, p. 4). No que tange às práticas abusivas, o CRT contata as empresas que fazem tais propostas e procura conscientizar tanto os contratantes quanto os contratados sobre a remuneração justa aos revisores e as condições de trabalho.

Vale citar que Mayara Lemos, Rodrigo Bittencourt e Rodrigo Simões entregaram um texto à deputada do PSOL-RS, Talíria Petrone, em apoio ao Projeto de Lei que visa regulamentar a profissão de revisor de textos, o PL 5084/2020. Nesse projeto, a deputada busca registrar a revisão como um ofício, tornando-o (re)conhecido e valorizado, com a formação e as habilidades particulares. O Coletivo, ainda, elaborou um texto substitutivo ao PL 5084/2020. Observemos uma parte do projeto:

o presente projeto em análise procura regulamentar a profissão de revisor de textos. O parlamento é a Casa na qual a palavra escrita e oralizada é usada como instrumento para a promoção da justiça. É natural nosso interesse em defender que as ideias sejam verbalizadas ou escritas da forma que melhor possibilite que elas alcancem de forma plena seu potencial. Neste sentido, regulamentar a profissão de revisor de textos é permitir que essa função seja valorizada e que seus profissionais possam desempenhar seus papéis com mais dignidade (Brasil, 2020).

A situação do processo pode ser acompanhada no *site* da Câmara dos Deputados. A última atualização do Projeto de Lei n.º 5084/2020 data de março de 2023:

Figura 5 – PL 5084/2020

Despacho atual:

Data	Despacho
28/03/2023	Decisão da Presidência de 28/03/2023, conforme o seguinte teor: "Tendo em vista a edição da Resolução da Câmara dos Deputados n. 1/2023 [...], criando a Comissão de Trabalho e a Comissão de Administração e Serviço Público, revejo o despacho de distribuição aposto..."..."para o fim de determinar sua redistribuição à Comissão de Trabalho, em substituição à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, extinta pela mesma Resolução". Inteiro teor 

Fonte: Câmara dos Deputados (2023).

De acordo com a figura acima, o projeto está aguardando designação de relator na Comissão de Trabalho (CTRAB). Enquanto isso não acontece, cabe a nós levarmos o projeto a mais pessoas, ajudando-o a ganhar visibilidade na sociedade. Isso porque o trabalho do revisor, muitas vezes, somente é notado quando um erro passa, afinal, textos nos quais o público não percebe nada – inadequação, erro, estranheza – é um texto bem revisado e, por conta disso, o papel do profissional não é facilmente reconhecido.

Logo, continuamos seguindo as práticas da área e, quando necessário, desenvolvemos práticas que atendam às demandas da profissão – como processos, preços, manobras e termos, além do que for requerido para um bom tratamento de texto (que se tornará público).

3 MATERIAIS, MÉTODOS E RESULTADOS

Nesta parte, são apresentados os materiais e os métodos adotados para a realização da pesquisa, bem como os resultados das tarefas. Baseamo-nos nos princípios da Linguística de Corpus, que, de acordo com Sardinha (2000, p. 325):

[...] ocupa-se da coleta e exploração de *corpora*, ou conjunto de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador.

Os critérios utilizados para montar esse corpus são abordados na subseção seguinte. Nesse momento, importa dizer que uma sequência de tarefas guia nosso trabalho, a saber:

Quadro 15 – Tarefas terminológicas

delimitação do domínio de especialidade
busca por textos da área
seleção de fontes para compilação do corpus
nomeação dos textos
compilação do corpus (conversão e limpeza dos textos)
extração automática dos candidatos a termos da área
limpeza e seleção dos termos da área
elaboração da estrutura conceitual
criação do protocolo da ficha terminológica
incremento da base definicional
preenchimento da ficha terminológica
redação das definições terminológicas
análise das definições a partir de uma descrição linguística
apresentação e divulgação dos verbetes do campo

Fonte: Almeida, Oliveira e Aluísio (2006).

Em resumo, as tarefas vão desde a delimitação da área de especialidade e elaboração do corpus até a construção e divulgação de dicionários. É oportuno destacar que, embora haja etapas terminológicas, os dados gerados em cada uma delas são indissociáveis e considerados resultados, sendo, desse modo, analisados. Cada atividade permite uma maior compreensão do Tratamento de Textos e se estabelece como material linguístico ou produto terminológico/terminográfico. Nesse caso, não convém estudar separadamente as tarefas terminológicas e apenas posteriormente explorar os resultados. Em razão disso, um mesmo capítulo traz todas essas informações.

Em nosso ponto de vista, essa foi a melhor forma de expor o que foi feito, como foi feito e o que se constitui como resultado. As atividades terminológicas se complementam e todas

elas se configuram como resultados e possíveis objetos de estudo para trabalhos futuros. À medida que as etapas são executadas, os resultados obtidos dão prosseguimento às próximas tarefas.

Para desenvolver esta pesquisa, fundamentamo-nos na Linguística de Corpus, na TCT e na Linguística Computacional, pois, com o advento da Informática, foi possível otimizar as tarefas, visando tornar as pesquisas terminológicas e terminográficas mais eficazes e eficientes. Algumas ferramentas utilizadas foram o ambiente colaborativo e-Termos³³, o *kit* AntConc³⁴ e o EditPad Pro³⁵, as quais serão explicitadas mais à frente.

Nesse sentido, Kasama, Zavaglia e Almeida (2010, p. 53) afirmam que trabalhar com os dados:

[...] linguísticos por meio de um processador de *cópus* ressalta a importância desse tipo de ferramenta e a necessidade de automatização das pesquisas em Linguística, de um modo geral. O alto nível de conhecimento do uso dessas ferramentas, por parte do pesquisador, aprimora os resultados da pesquisa e permite uma adaptação dessas ferramentas às necessidades particulares de cada investigação científica.

As atividades foram efetuadas de forma semiautomática, já que, conforme Almeida, Oliveira e Aluísio (2006), essa metodologia divide as tarefas em humana (manual) e automática (ferramentas computacionais). Para eles, fazer Terminologia na era da Informática é necessário e viabiliza resultados mais eficazes, com obras mais precisas e autênticas, sem deixar de reconhecer a importância do indivíduo para manipular, corrigir e analisar o que a tecnologia nos fornece.

Apesar do auxílio das ferramentas computacionais, “a observação cautelosa e criteriosa dos dados por parte do pesquisador”, como apontam Kasama, Zavaglia e Almeida (2010, p. 53), é o elemento-chave para chegarmos a resultados eficientes. Diante disso, ressaltamos a análise feita pela pesquisadora desta tese (linguista, revisora e terminóloga), além da colaboração de especialistas na área (seja professor-pesquisador, seja profissional de texto) para acompanhar o desenvolvimento do trabalho e validar os dados, de forma que os resultados sejam mais fiéis às práticas do mercado. Essa medida ambiciosa a correção de possíveis falhas cometidas pelas ferramentas computacionais e ao aprimoramento da análise dos resultados.

³³ Cf. <https://www.etermos.cnptia.embrapa.br/index.php>.

³⁴ Cf. <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>.

³⁵ Cf. <https://www.editpadpro.com/>.

As análises, as reflexões e os resultados de cada tarefa são postos, como mencionado, ao longo das subseções. Em nossa perspectiva, os dados tencionam o amadurecimento da pesquisa, então, cada tarefa (com seu resultado) contribui para a problemática central da área. Se isolássemos os dados das reflexões, a discussão ficaria com ruídos, podendo causar, no leitor, uma quebra no que estava sendo apresentado.

Após a delimitação do domínio de especialidade, conceito que na Terminologia é usado para se referir a um domínio do saber ou a uma área do conhecimento, começamos a entender melhor o que precisava ser investigado, o que era mais urgente de ser resolvido e o que não poderíamos mudar na Edição de Textos. Sendo assim, compreender o funcionamento da Edição como um todo foi imprescindível para identificar, descrever, analisar e sistematizar a terminologia da área.

Tal pesquisa passou por uma revisão bibliográfica a fim de ampliar o conhecimento a respeito do domínio e compilar o corpus da Edição. Dessa maneira, os dados quantitativos servem de base para uma análise qualitativa. Depois da compilação do corpus, iniciamos a extração automática dos candidatos a termos do EdiTe no Brasil e, em seguida, a seleção dos candidatos que o especialista deveria validar.

Para organizar e sistematizar a Edição, criamos uma estrutura conceitual, ou seja, uma árvore de domínio que contém as relações semânticas entre cada termo, determinando suas relações por meio de nós³⁶. Posterior a isso, realizamos o incremento da base definicional de cada termo e a construção e o preenchimento das fichas terminológicas, etapas que consistem, respectivamente, no registro de textos definitórios e de informações referentes a termo.

Por último, elaboramos definições terminológicas para os termos da subárea, além de analisá-las terminologicamente. Cabe mencionar que, por análise terminológica, entendemos toda reflexão sobre os termos da área, sobre os produtos terminográficos gerados e sobre o modelo de verbete mais adequado, interpretando os resultados e dando-lhes o melhor tratamento. Com isso, apresentamos verbetes, principiando a feitura de um dicionário do Tratamento de Textos em língua portuguesa do Brasil.

Antes de encerrar a apresentação dos materiais e dos métodos empregados, vale ressaltar que nem sempre a ordem da investigação é, como exposto no título, descrição, análise e sistematização. Analisamos, em alguns momentos, para, mais tarde, descrever, sistematizar e analisar. Em outras palavras, buscamos, na maioria das vezes, descrever, analisar e sistematizar

³⁶ Um nó implica uma relação semântica entre dois ou mais termos e é explicitada em uma estrutura conceitual.

os dados em forma de dicionário, mas essas tarefas podem ser feitas de modo diferente a depender da necessidade da pesquisa.

Para clarificar a discussão, subdividimos esta seção em sete partes, que estão relacionadas com as etapas terminológicas: 3.1 Compilação e tratamento do *corpus*; 3.2 Extração e seleção dos termos; 3.3 Estrutura conceitual; 3.4 Base definicional; 3.5 Ficha terminológica; 3.6 Definições terminológicas; e 3.7 Verbetes.

3.1 Compilação e tratamento do *corpus*

Primeiramente, precisamos entender que *corpus* é um conjunto de textos, orais ou escritos, com especificidades semelhantes, pré-estabelecidas pelo pesquisador para atender às necessidades da pesquisa. A respeito disso, Sardinha (2004, p. 17) salienta que *corpus* é “uma coletânea de porções de linguagem que são selecionadas e organizadas de acordo com critérios linguísticos explícitos, a fim de serem usadas como uma amostra da linguagem”.

Para construir um *corpus*, devemos definir critérios de busca e seleção de textos, que podem ser originados de fontes variadas e não somente *online*. Segundo os fundamentos da Linguística de Corpus, o objetivo é reunir um:

[...] conjunto de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador (Sardinha, 2000, p. 325).

Nesta tese, partimos do *corpus* elaborado no Mestrado (Balestero, 2019), em que:

para coletar automaticamente os textos, selecionamos algumas palavras de busca, como, por exemplo, **revisão de textos**, **revisar**, **revisor**, **copidesque**, **preparação**, **normalização**, **edição**, **mediação editorial**, **mercado editorial**, **lauda**, **batida de emendas**, **processo editorial**, entre outros termos que, a princípio, pareciam ser os mais frequentes do domínio, facilitando a procura por obras de referência. Devido à escassez de fontes do domínio, também nos valem de redes sociais para enriquecer o *corpus*, acessando, por exemplo, grupos de revisores do Facebook, que reúnem um material bastante recente e são atualizados constantemente (Balestero, 2019, p. 65).

Como na dissertação, a busca por fontes na World Wide Web (WEB) se mostrou relevante porque, segundo Sardinha (2003, p. 195), trata-se de “uma coleção de arquivos de computador em rede, que faz parte da Internet”, e tem como vantagem um amplo acesso a

materiais gratuitos e em formato eletrônico. Seu rápido acesso e armazenamento também impactam o uso frequente por especialistas da linguagem.

Não obstante às vantagens, alguns fatores necessitam de atenção na hora de selecionar os textos da internet: autenticidade, representatividade, balanceamento, amostragem, diversidade e tamanho (Sardinha, 2000; Biber, 1993; Biber; Conrad; Reppen, 1998; Kennedy, 1998; Renouf, 1998; Sinclair, 2005; Aluísio; Almeida, 2006). Em consonância com esses autores, os textos devem ser (i) diversos, (ii) autênticos, no sentido de serem escritos em língua natural (e não artificialmente por meio de algum programa), (iii) representativos da língua ou da variedade linguística que está sendo utilizada, (iv) balanceados em relação ao equilíbrio de gêneros, (v) uma amostra suficiente da língua sobre o que está sendo pesquisado e (vi) com possibilidade de variar em suporte, gênero, tipos de textos.

De início, estávamos em dúvida entre as principais ferramentas do momento: Instagram, YouTube, Facebook³⁷, WhatsApp, Telegram e LinkedIn. No entanto, percebemos que acompanhar os grupos de WhatsApp e Telegram, por exemplo, seria dificultoso, posto que as redes abarcam um número alto de interação entre os participantes e possui a intenção maior de provocar debates e conversas sobre um assunto específico. Usar todos esses ambientes, então, consumiria muito tempo de pesquisa e nem sempre conseguiríamos dados adequados para nosso objetivo. Em caráter de exceção, coletamos publicações sobre a Edição no LinkedIn de Amanda Moura³⁸, dada a fácil identificação do conteúdo, levando em consideração que o Instagram e o *site* da pesquisadora, renomada na área, nos direcionava para textos escritos por ela nessa plataforma.

Uma observação importante a ser feita é que o Facebook não foi contemplado para a obtenção de textos graças ao seu uso reduzido em comparação com outras plataformas, como Instagram e YouTube. Encontramos poucos grupos nos quais os profissionais de texto circulam materiais que fossem apropriados à investigação, isto é, discorrendo sobre o que significa editar, corrigir, traduzir, revisar e como são denominados os profissionais do texto. O foco maior, nesse ambiente, é a divulgação de vagas de trabalho disponíveis e dúvidas relativas à língua portuguesa, como aspectos gramaticais e usuais.

A busca por textos em ambientes *online*, como Instagram, YouTube, *blogs* e *sites* diversos, já era possível. Nos últimos dois anos, sobretudo com o advento da pandemia da covid-19, alguns profissionais do texto passaram a colaborar – pela primeira vez ou de forma

³⁷ Os canais mais importantes a respeito do Mercado de Textos do Facebook são: Revisores from hell (Revisores [...], 2013), Vagas para Revisores (Vagas [...], 2014), Coletivo de Revisores de Textos (Coletivo [...], 2020).

³⁸ Cf. A. Moura ([2024b]).

mais acentuada – com discussões acerca do tratamento de um texto. Nesse passo, observamos uma interação maior entre pesquisadores, estudantes e profissionais da Edição.

Além de *sites* diversos, as redes que se mostravam mais pertinentes foram Instagram e YouTube. Na primeira, era frequente acontecer *lives* de diversos assuntos em função do isolamento social. Dessa forma, os profissionais da Edição começaram a movimentar suas páginas constantemente e, por *lives*, *stories* e *posts*, tivemos acesso aos diferentes debates. Com relação ao YouTube, pudemos acessar materiais no formato de vídeos, que, muitas vezes, são mais longos e incluem entrevistas, videoaulas e até congressos. Estes, que não podiam acontecer de forma presencial, fizeram a informação chegar às pessoas. Comumente gratuitos, os encontros virtuais precisaram se adequar ao isolamento para manter a troca do conhecimento que as pesquisas proporcionam.

Nesse cenário, selecionamos conteúdos do Instagram e do YouTube associados ao tratamento de textos que nos ajudassem a identificar e compreender a terminologia da área e, no final, redigir as definições dos termos. Para exemplificar, alguns perfis do Instagram usados na compilação do *cópus* foram: @mestredarevisao³⁹, @sophiaeditorial⁴⁰, @tradutorinicianteoficial⁴¹, @assessoria.textual⁴² e @amandamouraeditorial⁴³. Estes se configuram como profissionais que estão nas redes sociais para divulgação de seus trabalhos e produção de conteúdos sobre a área.

À proporção que os conteúdos eram publicados, usuários das redes (seguidores e outros perfis de profissionais) estabeleciam discussões sobre o ofício. Já no YouTube, procuramos canais dos perfis citados, como também vídeos do Grupo de Pesquisa Comunica no quadro Conversas sobre edição e revisão (Conversas [...], 2020), de Gleice Couto (Couto, 2007), do canal Escreva seu Livro (Bacellar; Guerra, 2014), do Canal USP (USP, 2007).

Interessou-nos conteúdos que, direta ou indiretamente, definissem o trabalho do revisor, do tradutor e do editor, suas práticas e os processos envolvidos, ao invés de eleger textos que somente abordassem questões de língua e do trabalho de intervenção textual. Por essa razão, a busca por meio de palavras-chave foi eficiente, tendo em conta que estipulamos critérios: (i) busca de termos baseada na intuição da terminóloga, (ii) palavras apontadas por especialistas da área, (iii) candidatos a termos identificados nas leituras da área, (iv) termos reconhecidos do

³⁹ Cf. Quara ([2024]).

⁴⁰ Cf. Lima ([2024]).

⁴¹ Cf. Compan ([2024]).

⁴² Cf. Maia ([2024]).

⁴³ Cf. A. Moura ([2024a]).

domínio de acordo com a experiência da autora como revisora e (v) palavras baseadas na indicação de professores e pesquisadores em eventos acadêmicos, disciplinas e cursos.

Logo, alguns exemplos de palavras-chave são: revisão de texto, revisão textual, revisão, editoração, tratamento editorial de textos, tratamento editorial, produção editorial, mercado editorial, mediação editorial, revisão de provas, tradução, diagramação, editor, revisor de texto, revisor, preparação de texto, preparação textual, copidesque, intervenção textual e processo editorial. Como o resultado da busca geralmente é grande e ainda muito genérico, fizemos, em seguida, a leitura breve do título e do resumo dos trabalhos. Mesmo que eles não fossem especificamente ligados ao tratamento de textos, escolhemos as obras que mencionaram termos da área e que poderiam ser relevantes para este estudo.

No PublishNews⁴⁴, portal especializado em informações sobre o mercado de textos, deparamo-nos com vagas de trabalho, entrevistas, lançamentos, textos de opinião a respeito de aspectos que envolvem o livro e discussões sobre o ofício dos profissionais do texto. Apesar de, no *site*, haver muita coisa interessante, surgiu um impasse quanto à forma de pesquisar os textos da área: clicar em cada aba do portal ou procurar textos por meio de palavras-chave da área? A primeira opção seria humanamente impossível pelo tamanho do portal, enquanto a segunda poderia não abranger todos os conteúdos adequados da área, haja vista que algumas palavras poderiam ser desconhecidas para nós. Ademais, consultar cada texto encontrado e “passar os olhos” a fim de verificar se a informação era relevante para nossa pesquisa levaria um tempo considerável, assim como outros critérios.

Todavia, o portal é importante por oferecer uma visão mais mercadológica do texto e, de algum modo, as questões trazidas ali tocam à valorização do profissional do texto e sua remuneração. Vale frisar que nosso trabalho não tem o intento de abordar o tratamento de texto apenas por uma das perspectivas – mercadológica, acadêmica, teórica – e por um dos nichos – publicitário, literário, editorial, empresarial, digital.

Há, portanto, um impacto do tipo de texto escolhido para compor o *cópus*: os conteúdos elegidos variam em relação ao gênero, que não foi categorizado por ora. Separar as fontes em categorias de gênero, local de acesso, esfera correspondente é, nesse viés, tarefa complexa e morosa, considerando o período de realização da pesquisa. Sob esse ângulo, destacamos que os textos impressos foram descartados do nosso *cópus* devido à complexidade da tarefa de escaneá-los e, posteriormente, transcrevê-los. Esse processo demandaria um tempo

⁴⁴ Cf. <https://www.publishnews.com.br/>.

considerável e, talvez, não forneceria fontes expressivas para nossa análise, diferente das obras *online*, as quais são mais recentes e de ampla circulação.

Selecionados 953 textos, passamos para a compilação do *cópus*. No entanto, antes disso, é necessário tratar os arquivos escolhidos. O objetivo é que todos os textos, sem contar o formato, estejam na extensão *.txt*, formato puro e legível para a maioria das ferramentas computacionais. Conteúdos do Instagram ou de *sites* que estavam em *.jpg* ou *.pdf* também foram convertidos. Para isso, buscamos os programas mais apropriados, tendo em mente a fidelidade da informação, a acessibilidade do programa e a velocidade da atividade.

Algumas ferramentas são pagas, outras convertem gratuitamente, mas são limitadas a uma pequena quantidade de arquivos. Há programas que não respeitam as informações do original, que fazem a conversão de forma lenta e assim por diante. O NewOCR⁴⁵, por exemplo, é um dos serviços de reconhecimento óptico de caracteres – Optical Character Recognition (OCR) que adotamos. Ele analisa o arquivo disponível e o converte em arquivo editável no computador. Porém, a ferramenta nem sempre foi vantajosa, já que permitia converter uma página de cada vez (em um arquivo de até 100 páginas) e não conservava as mesmas informações do original no arquivo convertido.

Por outro lado, o NewOCR mantinha o texto todo junto, sem a necessidade de retirar os espaços de recuo de parágrafo. Em adição, usamos o Convertio⁴⁶, dado que a ferramenta preserva na conversão as informações e a estrutura do texto original e transforma um arquivo de uma única vez, independentemente da quantidade de páginas. O único obstáculo que enfrentamos foi a restrição⁴⁷ de tempo, pois a versão gratuita permitia a conversão de textos por apenas dez minutos por dia.

Tivemos ainda o auxílio de outro conversor, o Cloudconvert⁴⁸, que mostrou a vantagem de transformar o texto em *.txt* com as mesmas informações do original, além de ser possível identificar rapidamente as notas de rodapé. Entretanto, foi preciso tirar os espaços entre palavras e frases, juntando as partes em forma de texto. Em alguns casos, o texto original estava em colunas, o que afetava a conversão. No mais, adversidades fazem parte do trabalho com ferramentas computacionais, uma vez que elas nem sempre dão conta de tudo – e nunca vão

⁴⁵ Cf. <https://www.newocr.com/>.

⁴⁶ Cf. <https://convertio.co/pt/>.

⁴⁷ Não foi possível converter alguns textos, como *Os intelectuais na idade média*, de Le Goff (1995), porque o material não aparecia quando abríamos o arquivo em *.txt*. O mesmo erro aconteceu com o texto *Manual do Revisor*, de Malta (2000).

⁴⁸ Cf. <https://cloudconvert.com/pdf-to-txt>.

dar. O que fizemos, destarte, foi testar alguns programas e utilizar os mais adequados para cada situação a fim de otimizar as tarefas terminológicas e torná-las mais autênticas.

Quando nos referimos aos conteúdos da legenda do Instagram, é importante dizer que eles foram transferidos para o bloco de notas, principalmente as legendas dos *posts*. Já as informações que estavam em forma de imagem foram recuperadas a partir da conversão de imagem para *txt*. *Stories* que continham termos da área passaram pela transcrição, na medida em que se mostram relevantes para este estudo. Por último, transcrevemos os vídeos do IGTV para um arquivo editável. É pertinente mencionar que, embora reconheçamos a riqueza de informação nos comentários dos *posts*, não seria viável recolhê-los nesse momento, inclusive sem critérios bem-delimitados.

No que tange aos conteúdos do YouTube, fizemos uma busca por palavras-chave, como citado, e, somado a isso, encontramos vídeos sugeridos pela própria plataforma. Para esses vídeos se tornarem textos, usufruímos da tecnologia visando transcrevê-los de forma mais rápida. Isso foi feito por meio de código – criado por Edresson, pesquisador da USP – que recupera as legendas automaticamente quando elas existiam. Se o vídeo não possuía a funcionalidade de colocar legenda automática, não era possível gerar a transcrição do conteúdo a partir desse código, sendo necessário fazê-la manualmente. Alguns vídeos excediam uma hora de duração, o que exigiria um tempo significativo para efetuar tal atividade, podendo atrasar a pesquisa. Por isso, os conteúdos sem legenda não foram explorados nesta tese.

Em síntese, elaboramos uma lista, no bloco de notas, com as urls, ou seja, os *links* dos vídeos do YouTube relacionados à prática de edição. Dentro dos colchetes, colocávamos as urls entre aspas, separadas de vírgula. Vejamos:

[“ur1”, “ur2”, “ur3”]

Esse arquivo, com o conjunto de *links*, foi colocado em um comando do código que tem a informação “coloque aqui todos os links” (destacado em verde na Figura 6). Trata-se de um código *python* em que as transcrições dos vídeos do YouTube são obtidas por intermédio da biblioteca Python `youtube_transcript_api`⁴⁹. Após rodar todas as células do código, as legendas dos vídeos são baixadas e transcritas em um documento puro (*.txt*).

⁴⁹ Cf. <https://github.com/jdepoix/youtube-transcript-api>.

Figura 6 – Código de *download* de legendas

```

[ ] file.write(json.dumps(trans_dict))

[ ] # Definições

# coloque aqui todas os links
urls = ["https://www.youtube.com/watch?v=2AfFPn5FR5A",
        "https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=_Vsmwy4-48g",
        ""]

# coloque a linguagem
language = 'pt'

# local para salvar as legendas
output_dir = 'subtitles/'

os.makedirs(output_dir, exist_ok=True)

[ ] # salvando as legendas ... a legenda 0.json é referente a primeira URL da lista e assim por diante
for i in range(0, len(urls)):
    export_name = os.path.join(output_dir, str(i+1)+'.docx')
    try:
        save_subtitle(urls[i], export_name=export_name, language=language, format='.docx')

```

Fonte: acervo pessoal da autora.

Depois de reunir os textos, nomeamos cada um deles. Esse nome foi criado da seguinte forma: as duas ou três letras correspondem ao nome da pasta na qual o texto se encontrava, seguidas de um número em ordem crescente. Nessa conjuntura, se o texto estava na pasta de textos da Amanda Moura e consistia no primeiro arquivo, seu nome era AM + 01 = AM01. Outro exemplo de nomeação é CRI05, que indicava o quinto arquivo da pasta Critério Revisão. À título de ilustração:

Quadro 16 – Padrão de nomeação dos textos

Duas ou três primeiras letras + número com dois dígitos
XX + 00
XXX + 00
CRI03

Fonte: elaborado pela autora.

A partir disso, juntamos todos os arquivos em apenas um documento zipado, compilando o *cópus* da Edição. A Figura 7 mostra a organização dos textos deste trabalho:

Figura 7 – Recorte da planilha com textos do corpus

	A	B	C	D	E	F
1	QTD	NOME DO TEXTO	AUTOR	GÊNERO	PASTA	CÓDIGO
79	78	Segunda ou terceira Revisão de Tex	Anderson Hander	POST	CRITÉRIO R CRI55	
80	79	Serendipidade e textos acadêmicos	Anderson Hander	POST	CRITÉRIO R CRI56	
81	80	Sinais de revisão estão ultrapassad	Anderson Hander	POST	CRITÉRIO R CRI57	
82	81	Tabelas e quadros para ABNT	Anderson Hander	POST	CRITÉRIO R CRI58	
83	82	Tempo: um determinante para Revis	Anderson Hander	POST	CRITÉRIO R CRI59	
84	83	Vale a pena enviar texto para Revis	Anderson Hander	POST	CRITÉRIO R CRI60	
85	84	Verificação de plágio	Anderson Hander	POST	CRITÉRIO R CRI61	
86	85	Autoria e tratamento editorial de tex	Andifes	POST	Andifes	AND01
87	86	EDITOR, EDITAR: ALGUMAS REFLEXÕES	Bruno Guimarães M	ARTIGO	Animus	AN01
88	87	O trabalho do tradutor: em busca d	Celso Donizete Cruz	TESE	USP	USP01
89	88	Um encontro com Anna Seghers: tro	José Rodrigo da Silv	DISSERTAÇÃO	USP	USP02
90	89	A linguagem gráfica de Aloisio Mag	Marcos Corrêa de M	TESE	USP	USP03
91	90	Intersecção entre mercado editoria	Tatiana Lima Faria	DISSERTAÇÃO	USP	USP04
92	91	O conhecimento do outro por meio	Sabrina Moura Araç	TESE	USP	USP05

Fonte: elaborada pela autora.

Na imagem acima, revelamos uma parte da planilha com os textos presentes no corpus da Edição. Na primeira coluna, está a numeração do texto; na segunda, o título do arquivo; na terceira, o(s) autor(es) da obra; na quarta, o gênero (artigo, notícia, reportagem, *post*); na quinta e penúltima coluna, estão registradas as pastas nas quais foram colocados cada arquivo; e, por último, o código do texto (nomeação que demos para cada arquivo).

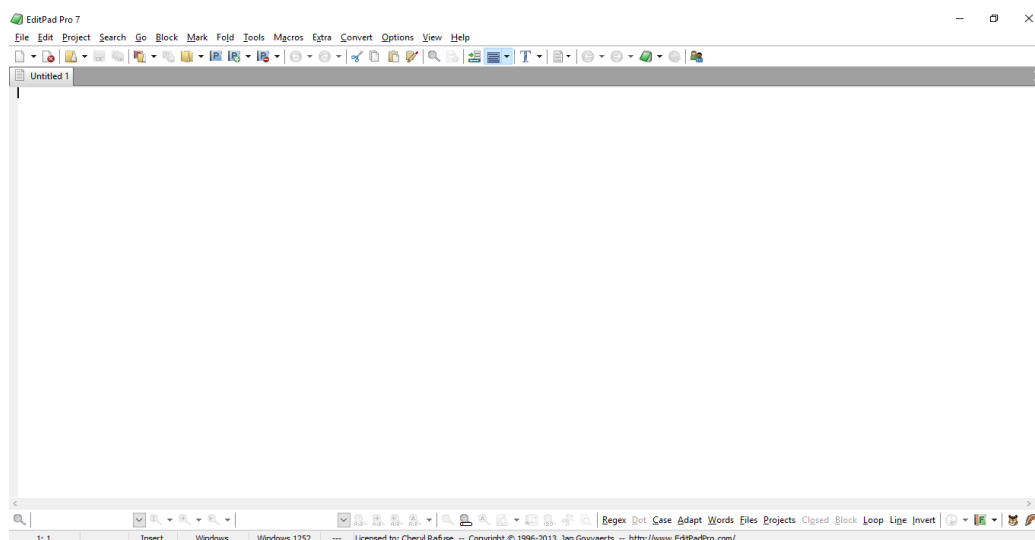
Adorne (2012), em seu texto Terminologia e textos de especialidade na área de políticas culturais no Brasil, apresenta um quadro com a organização do corpus referente à pesquisa feita, o que pode ser aproveitado aqui. Foram selecionados textos de diferentes esferas (Adorne, 2012): (i) acadêmica (textos científicos, como artigos, dissertações e teses), (ii) institucional/profissional (textos de congressos, comunicação, anais e *sites* de venda de serviços de edição) e (iii) midiática (textos de *blogs*, redes sociais e *sites* diversos). Esses textos, conforme apontado por Adorne (2012), contêm informações mais ou menos especializadas sobre a prática de edição: com a presença de terminologia da área, definições, valores do serviço, significado dos processos e discussões reflexivas a respeito da prática.

Ante o exposto, compilamos um corpus com 953 textos, uma quantidade considerada satisfatória nesta tese. Contudo, como era de se esperar, a tarefa automatizada de conversão de corpus ocasionou erros, o que exigiu uma revisão. Tal etapa envolve o tratamento do corpus – limpar/tirar as informações (ou os trechos) que não condizem com o objetivo da pesquisa, tais

como números, referência bibliográfica e quaisquer informações irrelevantes. Essa tarefa também pode ser feita semiautomaticamente, determinando critérios do que pode e não pode ficar, de modo que não haja equívoco nos próximos passos.

Para otimizar a limpeza, valemo-nos do EditPad Pro 7, exibido na Figura 8, e do Regex⁵⁰, expressões regulares que identificam padrões de caracteres nos textos e os removem automaticamente.

Figura 8 – EditPad Pro



Fonte: elaborada pela autora a partir do EditPad Pro.

Não há um padrão sobre o que precisa ser limpo, isto é, retirado dos textos. Em certos domínios de especialidade, as notas de rodapé compoem parte do corpus, comportando informações ricas sobre a área de estudo. Neste trabalho, notamos a relevância de alguns números, já que eles podem representar os valores (preços) dos serviços. Além disso, mantemos notas de rodapé, quadros, títulos e subtítulos. Em contrapartida, referências bibliográficas, códigos, paginação, figuras, gráficos, capa e contracapa, dados dos autores, ficha catalográfica e outros detalhes foram suprimidos.

Após a limpeza, adequamos a codificação do corpus para subi-lo no e-Termos (que requer o formato ISSO-8859-1 ou ASCII, ANSI). Diferentemente de outros programas, o e-Termos é pensado para pesquisas em terminologia, possibilitando tarefas mais autênticas, como extração de termos, elaboração de ontologias e de fichas terminológicas e redação de definições. A tela inicial do ambiente é ilustrada na Figura 9:

⁵⁰ Cf. <https://regexr.com/>.

Figura 9 – Programa e-Termos

e-Termos Ambiente Colaborativo Web de Gestão Terminológica.

O e-Termos

- :: Principal
- :: O Projeto e-Termos
- :: Objetivos
- :: Etapas de Trabalho
- :: Funcionalidades
- :: Usuários
- :: Acesso aos Produtos
- :: Equipe
- :: Fale Conosco
- :: Cadastre-se!

Acesso Livre

e-mail:

Senha:

[Esqueci minha senha!](#)

Principal

O **e-Termos**, acrônimo de Termos Eletrônicos, é um ambiente computacional colaborativo web de acesso livre e gratuito dedicado à gestão terminológica. Seu principal objetivo é viabilizar a criação de produtos terminológicos, sejam eles para os fins de pesquisa acadêmica ou de divulgação, por meio da (semi)automação das etapas do trabalho terminológico.

Apoiado nos pressupostos teóricos de uma teoria descritiva de base linguística, o **e-Termos** implementa 6 etapas de trabalho que representam as fases de criação dos produtos terminológicos. Cada etapa de trabalho abriga tarefas específicas e inerentes ao processo de confecção desses produtos, sendo atrelados a eles diferentes ferramentas de análise linguística, que terão a função de dar suporte às tarefas de Processamento de Língua Natural (PLN) envolvidas neste processo.

O **e-Termos** foi desenvolvido para atender às necessidades dos diferentes perfis de usuários constantes neste processo, de maneira que o fluxo de dados entre as etapas de trabalho seja garantido e aconteça de forma transparente.

Para começar a utilizar o **e-Termos**, efetue seu cadastro no link Cadastre-se.

Links Relacionados

- ▶ AIT
- ▶ Bureau De La Traduction
- ▶ CITRAT
- ▶ Corpógrafo
- ▶ EAFT
- ▶ GT - Lexicologia, Lexicografia e Terminologia
- ▶ ILTEC
- ▶ IULA
- ▶ LEXTERM
- ▶ Office québécois de la langue française
- ▶ Realiter
- ▶ RITERM
- ▶ TERMCAT
- ▶ TermiLex
- ▶ Terminology Forum
- ▶ Terminometro
- ▶ TERMIP
- ▶ TERMISUL
- ▶ União Latina

EMBRAPA/CNPTIA - NILC/USP - GETerm/UFSCar - Condições de Uso

Fonte: elaborada pela autora a partir do e-Termos.

O e-Termos, acrônimo de termos eletrônicos, é um ambiente colaborativo gratuito que se baseia em pressupostos teórico-metodológicos da Terminologia, sobretudo de base descritiva e linguística. Desenvolvido pela Embrapa Informática Agropecuária (CNPTIA), em parceria com a Universidade de São Paulo (USP-São Carlos) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-São Carlos), tem o objetivo de descrever um domínio semiautomaticamente (Almeida; Oliveira; Aluísio, 2006). Os autores apontam as principais vantagens do e-Termos⁵¹:

1. a possibilidade de análise qualitativa do corpus;
2. a categorização e visualização dos termos em uma ontologia;
3. a criação customizada das fichas terminológicas;
4. o gerenciamento da base definicional;
5. a redação assistida da definição terminológica; e, finalmente,
6. a edição de verbetes a partir dos campos previamente selecionados nas fichas terminológicas (Almeida; Oliveira; Aluísio, 2006, p. 44).

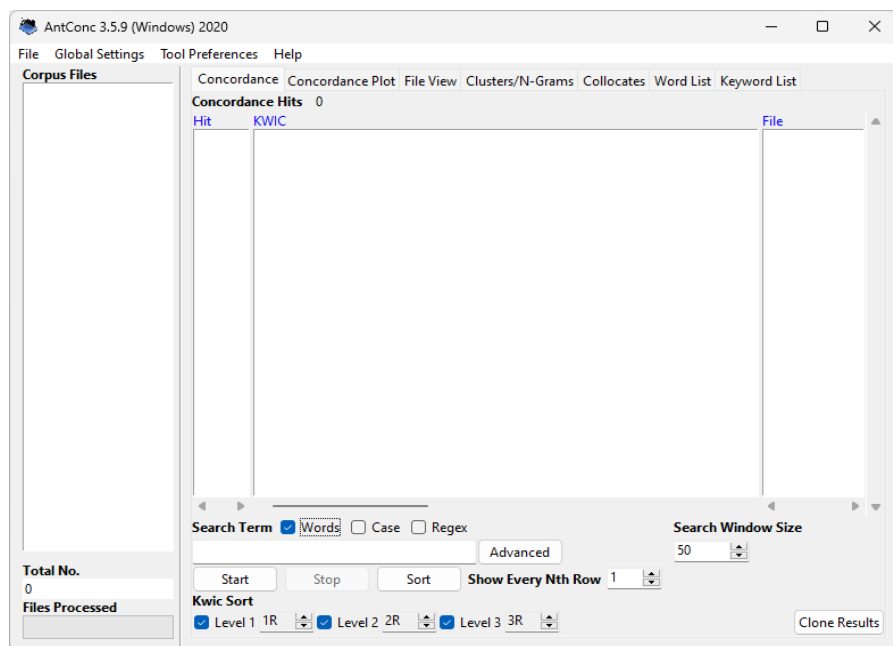
Com o arquivo no e-Termos, é possível gerar e analisar alguns dados. Primeiramente, ao olharmos para a ocorrência de unidades do corpus, consideradas, por programas computacionais, elementos separados por espaço em branco, temos 5.662.613 palavras. O ambiente ainda disponibiliza o número 128.764 palavras diferentes no corpus. Dito de outra forma, obtivemos mais de 5 milhões de ocorrências das unidades nos textos, mesmo que elas

⁵¹ Cabe ressaltar que a ferramenta e-Termos precisa de atualização para aperfeiçoar as pesquisas terminológicas. Uma atualização está sendo pensada, no momento, pelos idealizadores do ambiente.

se repitam (*token*⁵²), incluídas 128 mil unidades que não se repetem (*type*⁵³). Para gerar a quantidade de palavras do *corpus* e a lista de frequências, há uma *stoplist*⁵⁴ padrão do sistema, que engloba artigos, preposições e advérbios.

Esclarecemos que a quantidade de palavras de um *corpus* pode variar de acordo com o programa adotado, posto que o conceito de “palavra” pode ser diferente para cada ferramenta. No AntConc (Figura 10), por exemplo, que requer a codificação UTF-8, os dados foram: 58.734 *types* e 162.988 *tokens*.

Figura 10 – Tela inicial AntConc



Fonte: elaborada pela autora a partir do Antconc.

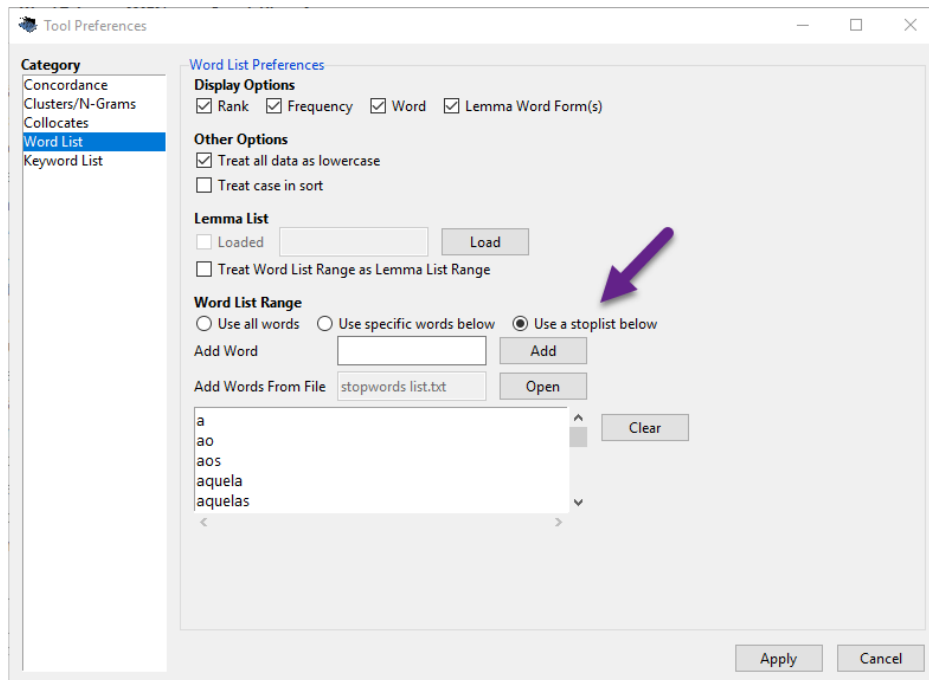
Nesse programa, inserimos uma lista de *stopwords* – palavras, em geral, gramaticais ou que, por algum motivo, são ignoradas pelos motores de busca –, com a finalidade de detectar palavras lexicais mais adequadas para o trabalho.

⁵² “*Token*: uma única unidade linguística, na maioria das vezes, uma palavra, embora, dependendo do sistema de codificação que está sendo utilizado, uma única palavra pode ser dividida em mais de um *token*, por exemplo, *he’s* (*he*+’*s*)” (Baker; Hardie; McEnery, 2006, p. 159, tradução nossa).

⁵³ “*Type*: enquanto o número de *tokens* em um *corpus* se refere ao número total de palavras, o número de *types* se refere ao número total de palavras únicas. Por exemplo, a palavra *ship* pode ocorrer 177 vezes em um *corpus*, mas é contada apenas como um tipo de palavra. Tipos são usados no cálculo da razão *type/token* (uma medida de repetição lexical) de um texto ou *corpus*” (Baker; Hardie; McEnery, 2006, p. 162, tradução nossa).

⁵⁴ Também denominado de *stopword*, a *stoplist* consiste numa lista de palavras mais comuns da língua, como palavras gramaticais – de, a, para, com, em – que serão desconsideradas nas ferramentas computacionais, economizando espaço e tempo no processamento de dados.

Figura 11 – Stoplist



Fonte: elaborada pela autora a partir do Antconc.

Cabe aludir em que momentos usamos o e-Termos e o AntConc. O primeiro programa organiza muito bem as tarefas, separando-as didaticamente. Diante disso, subimos o *córpus* EdiTe, geramos as listas de candidatos a termos, elaboramos a estrutura conceitual, criamos a ficha catalográfica de cada termo e preenchemos cada uma delas. No e-Termos, tudo o que fazemos fica salvo.

Já o AntConc, frequentemente atualizado, não permite que as atividades fiquem salvas ali, sendo preciso fazer *download* dos resultados. Em vista da atualização do programa, tomamos como referência a quantidade de palavras que ele gerou, pois conseguimos manipular melhor a *stoplist*. Também o utilizamos para trabalhar com o mecanismo *concordance* e verificar o contexto de uso de cada unidade e em qual texto ela aparece. Essa etapa é essencial para o incremento da base definicional, sendo os dados do AntConc mais didáticos e mais claros do que o e-Termos.

Em linhas resumidas, as tecnologias ajudam, mas só elas não são suficientes. Outrossim, ter o respaldo de uma ferramenta exclusivamente não é a melhor opção, dado que cada programa é feito para um propósito e sempre teremos funções mais ou menos apropriadas para cada projeto. Por esse motivo, devemos nos apropriar das ferramentas computacionais com inteligência, retirando delas o que cada uma tem de melhor. Com o *córpus* convertido,

compilado e tratado, damos sequência à pesquisa, extraindo semiautomaticamente os candidatos a termos da Edição.

3.2 Extração e seleção de termos

A partir do *cópus*, que se encontra no ambiente e-Termos, geramos automaticamente os dados que são relevantes para atingirmos o objetivo da pesquisa, como a lista de palavras mais frequentes. Entretanto, percebemos que alguns candidatos a termos não apareceram e, por isso, optamos por gerar uma lista no AntConc, ferramenta bastante usada em estudos com terminologia e que se mostrou eficaz em outros momentos para a terminologia.

Importa explicar, antes de exibir os termos, como funciona a extração de unidades em cada programa. No e-Termos, a extração é baseada em estatística e os candidatos a termos são gerados por meio da frequência de cada unidade no *cópus*. Para reproduzir apenas palavras lexicais (unidades que têm sentido no texto, como substantivos, verbos e adjetivos), o próprio e-Termos roda uma *stoplist* – lista de palavras que devem ser ignoradas durante o processamento, a saber: preposição, artigo, conjunção e advérbio, tendo em conta que não apresentam valor semântico e terminológico –, que está incrementada no *site*, diferente do AntConc, no qual é necessário inserir uma.

A extração comporta a etapa 3 do e-Termos, sendo possível selecionar o *n*-grama, ou seja, o tamanho do termo: um elemento, dois elementos, três elementos, nomeados, respectivamente, como unigrama, bigrama, trigrama e assim por diante. O sistema permite selecionar unidades de 1 a 7 *n*-gramas (Figura 10).

Figura 12 – Extração automática dos candidatos a termos

Extração Automática de Termos - Frequência Simples*

Defina as opções abaixo conforme desejado e clique em **Extrair Termos**.

Opções do Extrator Automático - Frequência Simples

Cópus: TETFINAL - Em Análise ▼

Tamanho do Termo (*n-gram*): 1 ▼ Saiba mais...

StopList: Padrão do Sistema ▼ Saiba mais...

Valor do Corte Inferior: 0 Sugerir Valor Saiba mais...

Identificação do Resultado: Saiba mais...

Extrair Termos Limpar

Fonte: elaborada pela autora a partir do e-Termos.

Nessa imagem, o nome do *cópus* era TET (Tratamento Editorial de Textos), pois pensávamos, na época, que se tratava do nome mais pertinente. Essa escolha foi repensada

posteriormente devido às implicações que, num primeiro momento, o domínio poderia ter. Editorial, *a priori*, remete à editora, dando a entender que os processos que editam um texto são vinculados apenas a essas instituições. Embora Edição de Textos ou Tratamento Editorial de Textos, nesta tese, sejam sinônimos, para evitar qualquer tipo de equívoco dos leitores, tomamos como ponto de partida chamar o domínio pela segunda opção, Edição de Textos, e o cópulus, consequentemente, de EdiTe. Logo, ainda que tenhamos decidido alterar o nome, no programa, essa mudança não é permitida.

Voltando à Figura 12, além de escolher o cópulus a ser trabalhado, são preenchidos o tamanho do termo (n-grama), a *stoplist* (padrão do sistema), o valor do corte (clicamos sempre em “sugerir valor”, porque é algo do próprio sistema) e criamos a identificação do resultado, que é basicamente o nome da lista a ser gerada. Essa extração automática remonta à quantidade de vezes que um *token* ocorreu no cópulus. Diante do exposto, foram geradas listas uni, bi, tri, tetra, penta e hexagramas – a lista heptagrama não foi considerada relevante para registrar termos da área. Obtivemos, assim, mais de 104 mil candidatos a termos.

Perante esse número, começamos a limpar as listas, tirando aquilo que, por meio da intuição da terminóloga e do seu conhecimento como revisora, não fazia parte do domínio. No entanto, em decorrência da variação que pode acontecer com relação aos programas computacionais, reforçamos que foram geradas listas de candidatos a termos no AntConc, também de 1 a 6 n-gramas. Podemos confirmar, nessa direção, que algumas unidades que não apareceram no e-Termos constam na extração desse programa. Assim, analisamos essas listas de candidatos a termos e as limpamos de acordo com nosso objetivo de pesquisa. Uma informação importante é acerca das listas de ambos os programas – e-Termos e AntConc: depois de geradas e limpas de forma separada, fizemos um único arquivo com os candidatos a termos de cada n-grama.

Com a limpeza das listas, chegamos a um pouco mais de 7.500 unidades ou candidatos a termos (apenas 7,2% do total extraído). Enviamos, então, as listas para validação da especialista⁵⁵ e, a partir disso, elegemos novas listas: agora com termos da Edição de Textos. Essa etapa representa uma mineração, o que, segundo Biderman (1999), consiste em pedir ao usuário do domínio de especialidade que valide os dados e realmente selecione aquilo que é termo. Os números de cada lista após essa validação constam na Tabela 1:

⁵⁵ Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado.

Tabela 1 – Listas de candidatos a termos extraídos automaticamente

n-grama	quantidade de termos
uni	387
bi	253
tri	514
tetra	209
penta	71
hexa	20

Fonte: elaborada pela autora.

Chegamos, portanto, a 940 termos da Edição de Textos. Todavia, dada a grande quantidade de termos validados pela especialista, foi necessário minerar as listas. Fizemos uma análise criteriosa a fim de excluir aqueles que não necessariamente seriam adequados para a sistematização, especialmente os que não eram específicos da prática de edição e revisão. Desse modo, mantemos os termos mais conhecidos e mais frequentes, que são mais usados no campo e causam mais confusão terminológica, além dos termos mais relacionados à prática de revisão.

A seguir, exibimos os 194 termos que foram mantidos e selecionados para a elaboração da estrutura conceitual, separados em n-gramas⁵⁶:

- **UNIGRAMA:** 106 termos

acabamento	comentários
acadêmico	contratante
ajustes	contrato
apontamentos	copidesque
apostila	<i>copyright</i>
assistente-editorial	correção
atas	cotejo
audiovisual	<i>designer</i>
autor	diagramação
autorrevisão	diagramador
<i>blog</i>	didáticos
bula	digital
calibragem	dissertação
capista	divulgação
cartaz	dublagem
catalogação	editora
catálogo	editoração
<i>checklist</i>	editor-assistente
clientes	editorial
coautor	<i>e-mail</i>

⁵⁶ Vale ressaltar que não foram selecionados termos hexagramas para nosso trabalho, pois percebemos que eles contêm seis elementos por apresentarem as unidades Brasil, brasileiro, português ou a junção de dois processos, como edição e copidesque de textos brasileiros.

emendas
 empresarial
 escritor
 expediente
feedback
 fluxo
folder
 formatação
freelancer
ghostwriter
 gráfica
 impressão
 indexação
 internet
 intervenção
 jargão
 jurídico
 lauda
 legendagem
 livraria
 livreiro
 lucro
 manobras
 mexida
 minuto
 nichos
 normalização
 normatização
 orçamento
 original
outdoor
 padronização
 página

palavra
 panfleto
 pastel
 periódico
 piolho
 prazo
 preparação
 preparador
 projeto
 prova
 publicação
 publicidade
 rádio
 redator
 reescrita
 repositório
 retextualização
 revisão
 revisor
 revista
 rubrica
 salto
 segundo
 selo
site
story
 televisão
 tese
 tradução
 tradutor
 venda
 versão
web

• **BIGRAMA:** 45 termos

anúncio publicitário
 artigo científico
 casas editoriais
 conselho editorial
 direitos autorais
 edição comentada
 edição revisada
 edição textual
 etapa pós-textual
 etapa pré-textual
 etapa textual
 gato gralha
 lauda jornalística
 materiais audiovisuais

material didático
 mercado editorial
 mercado infanto-juvenil
 mercado livreiro
ok final
 produção editorial
 produtor editorial
 projeto gráfico
 redes sociais
 revisão acadêmica
 revisão bilíngue
 revisão comentada
 revisão crítica
 revisão documental

revisão editorial
 revisão final
 revisão gramatical
 revisão juramentada
 revisão linguística
 revisão literária
 revisão monolíngue
 revisão ortográfica
 revisão primária

revisão publicitária
 revisão secundária
 revisão técnica
 revisão textual
 revisão tipográfica
 texto empresarial
 tradução comentada
 tradução juramentada

• **TRIGRAMA:** 35 termos

agentes do texto
 auxiliar de revisão
 batida de emendas
 comercial de TV
 controle de alterações
 edição de arte
 Edição de Textos
 editor de texto
 equipe de revisão
 erros de composição
 lauda de preparação
 lauda de revisão
 lauda de tradução
 mercado de autopublicação
 mercado de fascículos
 mercado de revisões
 mercado de traduções
 mercado editorial independente
post de instagram
 preparação de originais
 processos de edição
 produção da obra
 profissionais do texto
 revisão de HQs
 revisão de português
 revisão de provas
 revisão em tela
 revisão por pares
 seleção do original
 sobra de copi
 sobra de revisão
 texto de ficção
 tipos de textos
 tratamento de Textos
 unidade de medida

TETRAGRAMA: 7 termos

editor de livros impressos
 editor de texto colaborativo
 revisão de periódicos científicos
 revisão de primeira prova
 revisão de segunda prova
 revisão de terceira prova
 revisão *open peer review*

- **PENTAGRAMA: 1 termo**

revisão de conteúdo para *web*

Importa aludir que levamos em consideração a relevância das unidades terminológicas e o prazo da pesquisa, que funciona como um limitador da execução das tarefas, para a seleção dos termos que compõem os verbetes. Porém, nem sempre o critério “frequência das palavras” é suficiente, visto que, na Terminologia, termos pouco frequentes também são pertinentes ao domínio.

Por fim, após a seleção dos termos para compor a estrutura conceitual, foi necessária mais uma análise de um especialista da área a fim de rever se a escolha dos termos e a organização de cada um deles expressa adequadamente a forma como eles se relacionam de acordo com a semântica.

3.3 Estrutura conceitual

Compreendido o funcionamento do domínio de especialidade e identificados seus termos, começamos a sistematizá-los/categorizá-los, organizando-os com base na relação semântica entre eles. Essa sistematização é feita mediante elaboração de uma estrutura conceitual (ou ontologia), a qual é uma representação e visualização dos termos e de seus conceitos (Oliveira; Aluísio; Almeida, 2007). A respeito do conceito de ontologia⁵⁷, Pierozzi Junior, Oliveira e Souza (2010, p. 4) apontam se tratar de:

um modelo comum ou estrutura conceitual sistematizada e de consenso que permite não só armazenar, mas também buscar e recuperar a informação sobre um determinado domínio do conhecimento. Mais especificamente, uma ontologia define os termos e as relações básicas para a compreensão de uma área do conhecimento.

⁵⁷ Nesta tese, estrutura conceitual, mapa conceitual, ontologia e árvore de domínio são usados como sinônimos.

Em uma apresentação de PowerPoint elaborada por Almeida (2020) para uma disciplina, a estrutura conceitual foi considerada uma “diretriz”, guiando o leitor a verificar as relações que cada termo possui. Outrossim, a ontologia é fundamental para:

- 1) circunscrever a pesquisa, já que todas as ramificações do domínio, com seus campos, são previamente consideradas, assim, somente os termos que correspondem a esses campos são classificados e considerados
- 2) elaborar uma terminologia mais controlada e coerente, já que possibilita uma abordagem mais sistemática de um campo de especialidade
- 3) determinar a pertinência e a relevância dos termos, pois separando cada grupo de termos pertencente a um determinado campo, poder-se-á apontar quais termos devem ser considerados na pesquisa (Almeida, 2020).

Na mesma esteira, Berners-Lee, Hendler e Lassila (2001, p. 36) defendem que “o uso de ontologias no processo de criação de produtos terminológicos não é uma etapa necessariamente nova, mas imprescindível [...]”, já que sua função, segundo Almeida (2000a, p. 120), é:

- 1) possibilitar um mapeamento mais sistemático de um campo de especialidade; 2) circunscrever a pesquisa, já que todas as ramificações da área-objeto, com seus campos, são previamente mapeadas; 3) delimitar o conjunto terminológico; 4) determinar a pertinência dos termos, pois separando cada grupo de termos pertencentes a um determinado campo, poder-se-á apontar quais termos são relevantes para o trabalho e quais não são; 5) prever os grupos de termos pertencentes à área-objeto, como também os que fazem parte de matérias conexas; 6) definir as unidades terminológicas de maneira sistemática e, finalmente, 7) controlar a rede de remissivas.

Sob esse aspecto, destacamos que não há ontologia certa ou errada, mas estruturas mais ou menos adequadas para a pesquisa. Isso porque “os termos mantêm relações (não necessariamente hierárquicas) entre si, compondo, dessa forma, um mapa conceitual” (Cabré, 1999, p. 144) que será construído a partir do funcionamento do domínio.

Para sistematizar a Edição em uma ontologia, devemos entender o funcionamento do domínio muito além da prática de editar um texto, o que justifica a inserção de termos que não são vinculados apenas ao tratamento de textos. Esses termos se referem às etapas pré e pós-textuais, como orçamento, contratante, selo editorial, impressão, venda, publicação etc. Essa é, então, uma forma de organização da Edição, apesar de não ser a única.

Portanto, estruturar o domínio em três etapas, por exemplo, facilita a discussão nesta pesquisa. Isso não significa, contudo, que a Edição funcione exatamente assim, na medida em

que as práticas, muito antes de existir um texto, acontecem quando ele é editado e continuam acontecendo após o texto se tornar público.

A estrutura conceitual da Edição de Textos foi elaborada no e-Termos, que oferece ao terminólogo uma interface para sistematizar os termos conforme sua hierarquia. Há duas formas de visualização da ontologia: *folder tree* e grafos. Enquanto a primeira consiste em uma “visualização arbórea (como o padrão de controle de árvore do Windows)” (Oliveira, 2009, p. 125), a segunda representa o “real comportamento dos termos no âmbito da teoria da TCT, quando considera a possibilidade polissêmica do termo, contendo vários significados” (Oliveira, 2009, p. 128).

Vejamos a organização dos termos feita, primeiramente, num editor de textos, levando em consideração a hierarquia:

1. DED⁵⁸

1.1 Edição de Textos

1.1.1. etapa pré-textual

1.1.1.1. orçamento

1.1.1.2. contrato

1.1.1.3. selo

1.1.1.4. direitos autorais

1.1.1.5. *copyright*

1.1.1.6. clientes

1.1.1.7. contratante

1.1.2. etapa textual

1.1.2.1. tipos de textos

1.1.2.1.1. anúncio publicitário

1.1.2.1.2. *folder*

1.1.2.1.3. cartaz

1.1.2.1.4. panfleto

1.1.2.1.5. expediente

1.1.2.1.6. apostila

1.1.2.1.7. artigo científico

1.1.2.1.8. dissertação

1.1.2.1.9. tese

1.1.2.1.10. projeto

1.1.2.1.11. texto de ficção

1.1.2.1.12. texto empresarial

1.1.2.1.13. *story*

1.1.2.1.14. *blog*

1.1.2.1.15. *post* de instagram

1.1.2.1.16. *web*

⁵⁸ DED significa Dicionário da Edição de Textos, um nó-pai (raiz) criado apenas para o e-Termos assimilar que todos os outros serão nós-filhos deste.

- 1.1.2.1.17. periódico
- 1.1.2.1.18. *e-mail*
- 1.1.2.1.19. atas
- 1.1.2.1.20. material didático
- 1.1.2.1.21. bula
- 1.1.2.1.22. comercial de TV
- 1.1.2.1.23. materiais audiovisuais
- 1.1.2.2. nichos
 - 1.1.2.2.1. acadêmico
 - 1.1.2.2.2. digital
 - 1.1.2.2.3. didáticos
 - 1.1.2.2.4. editorial
 - 1.1.2.2.5. audiovisual
 - 1.1.2.2.6. jurídico
 - 1.1.2.2.7. publicidade
 - 1.1.2.2.8. empresarial
- 1.1.2.3. processos de edição
 - 1.1.2.3.1. edição textual
 - 1.1.2.3.2. produção da obra
 - 1.1.2.3.3. seleção do original
 - 1.1.2.3.4. reescrita
 - 1.1.2.3.5. produção editorial
 - 1.1.2.3.6. edição comentada
 - 1.1.2.3.7. edição revisada
 - 1.1.2.3.8. editoração
 - 1.1.2.3.9. edição de arte
 - 1.1.2.3.10. catalogação
 - 1.1.2.3.11. projeto gráfico
 - 1.1.2.3.12. tradução
 - 1.1.2.3.13. tradução juramentada
 - 1.1.2.3.14. legendagem
 - 1.1.2.3.15. dublagem
 - 1.1.2.3.16. tradução comentada
 - 1.1.2.3.17. revisão
 - 1.1.2.3.17.1. autorrevisão
 - 1.1.2.3.17.2. formatação
 - 1.1.2.3.17.3. padronização
 - 1.1.2.3.17.4. normalização
 - 1.1.2.3.17.5. normatização
 - 1.1.2.3.17.6. preparação
 - 1.1.2.3.17.7. preparação de originais
 - 1.1.2.3.17.8. cotejo
 - 1.1.2.3.17.9. correção
 - 1.1.2.3.17.10. revisão textual
 - 1.1.2.3.17.11. revisão técnica
 - 1.1.2.3.17.12. revisão juramentada
 - 1.1.2.3.17.13. revisão acadêmica

- 1.1.2.3.17.14. revisão ortográfica
- 1.1.2.3.17.15. revisão por pares
- 1.1.2.3.17.16. revisão publicitária
- 1.1.2.3.17.17. revisão literária
- 1.1.2.3.17.18. revisão crítica
- 1.1.2.3.17.19. revisão documental
- 1.1.2.3.17.20. revisão editorial
- 1.1.2.3.17.21. revisão em tela
- 1.1.2.3.17.22. revisão *open peer review*
- 1.1.2.3.17.23. revisão final
- 1.1.2.3.17.24. revisão de conteúdo para *web*
- 1.1.2.3.17.25. revisão de HQs
- 1.1.2.3.17.26. revisão de periódicos científicos
- 1.1.2.3.17.27. revisão de português
- 1.1.2.3.17.28. revisão tipográfica
- 1.1.2.3.17.29. revisão linguística
- 1.1.2.3.17.30. revisão comentada
- 1.1.2.3.17.31. revisão bilíngue
- 1.1.2.3.17.32. revisão monolíngue
- 1.1.2.3.17.33. revisão primária
- 1.1.2.3.17.34. revisão secundária
- 1.1.2.3.17.35. revisão gramatical
- 1.1.2.3.17.36. revisão de provas
 - 1.1.2.3.17.36.1. revisão de primeira prova
 - 1.1.2.3.17.36.2. revisão de segunda prova
 - 1.1.2.3.17.36.3. revisão de terceira prova
- 1.1.2.3.18. diagramação
 - 1.1.2.3.18.1. sobra de copi
 - 1.1.2.3.18.2. sobra de revisão
 - 1.1.2.3.18.3. salto
 - 1.1.2.3.18.4. piolho
 - 1.1.2.3.18.5. pastel
 - 1.1.2.3.18.6. gato gralha
 - 1.1.2.3.18.7. erros de composição
- 1.1.2.4. agentes do texto
 - 1.1.2.4.1. autor
 - 1.1.2.4.2. coautor
 - 1.1.2.4.3. escritor
 - 1.1.2.4.4. *ghostwriter*
- 1.1.2.5. profissionais do texto
 - 1.1.2.5.1. redator
 - 1.1.2.5.2. tradutor
 - 1.1.2.5.3. produtor editorial
 - 1.1.2.5.4. preparador
 - 1.1.2.5.5. conselho editorial
 - 1.1.2.5.6. revisor
 - 1.1.2.5.7. auxiliar de revisão

- 1.1.2.5.8. equipe de revisão
- 1.1.2.5.9. diagramador
- 1.1.2.5.10. *designer*
- 1.1.2.5.11. copidesque
- 1.1.2.5.12. capista
- 1.1.2.5.13. editor de texto
- 1.1.2.5.14. editor de livros impressos
- 1.1.2.5.15. editor de texto colaborativo
- 1.1.2.5.16. assistente-editorial
- 1.1.2.5.17. *freelancer*
- 1.1.2.5.18. editor-assistente
- 1.1.2.6. unidade de medida
 - 1.1.2.6.1. lauda
 - 1.1.2.6.1.1. lauda jornalística
 - 1.1.2.6.1.2. lauda de preparação
 - 1.1.2.6.1.3. lauda de revisão
 - 1.1.2.6.1.4. lauda de tradução
 - 1.1.2.6.2. página
 - 1.1.2.6.3. minuto
 - 1.1.2.6.4. segundo
 - 1.1.2.6.5. palavra
- 1.1.2.7. jargão
 - 1.1.2.7.1. prazo
 - 1.1.2.7.2. versão
 - 1.1.2.7.3. original
 - 1.1.2.7.4. fluxo
 - 1.1.2.7.5. prova
 - 1.1.2.7.6. emendas
- 1.1.2.8. manobras
 - 1.1.2.8.1. *ok* final
 - 1.1.2.8.2. mexida
 - 1.1.2.8.3. acabamento
 - 1.1.2.8.4. intervenção
 - 1.1.2.8.5. ajustes
 - 1.1.2.8.6. apontamentos
 - 1.1.2.8.7. controle de alterações
 - 1.1.2.8.8. comentários
 - 1.1.2.8.9. *checklist*
 - 1.1.2.8.10. calibragem
 - 1.1.2.8.11. retextualização
 - 1.1.2.8.12. rubrica
 - 1.1.2.8.13. *feedback*
 - 1.1.2.8.14. batida de emendas

1.2. etapa pós-textual

- 1.2.1. venda
- 1.2.2. impressão
- 1.2.3. publicação

- 1.2.3.1.revista
- 1.2.3.2.redes sociais
- 1.2.3.3.site
- 1.2.3.4.repositório
- 1.2.3.5.periódicos
- 1.2.4. divulgação
 - 1.2.4.1.televisão
 - 1.2.4.2.outdoor
 - 1.2.4.3.internet
 - 1.2.4.4.rádio
 - 1.2.4.5.catálogo
- 1.2.5. indexação
- 1.2.6. lucro
- 1.2.7. livraria
- 1.2.8. editora
- 1.2.9. casas editoriais
- 1.2.10. livreiro
- 1.2.11. gráfica
- 1.2.12. mercado livreiro
- 1.2.13. mercado infanto-juvenil
- 1.2.14. mercado editorial
- 1.2.15. mercado editorial independente
- 1.2.16. mercado de traduções
- 1.2.17. mercado de revisões
- 1.2.18. mercado de fascículos
- 1.2.19. mercado de autopublicação

Essa ontologia é a última versão que elaboramos atendendo à visualização em árvore de domínio, que pode ser produzida no e-Termos. Nesse cenário, cada nó possui uma relação hierárquica com o outro nó: em sua maioria, um termo é um nó-pai ou um nó-filho. À proporção que compreendíamos a relação de um termo com o outro, os nós se modificaram e, com isso, os termos e/ou o lugar em que eles estão alocados foram alterados diante dos traços semânticos de cada um.

Dessa maneira, fomos alocando, em forma de nós, cada um deles em seu lugar específico conforme os traços semânticos (ou traços conceituais) dos termos escolhidos para compor o conjunto da área. Nesse esquema, recuperamos, em primeiro lugar, a grande área de estudos, ou o domínio, chamada Edição.

A ordem dos termos se justifica⁵⁹ pela relação semântica que eles possuem: os termos que estão mais ao alto expressam uma relação de hiperonímia e os campos menores, hiponímia com os anteriores. Em vista disso, dividimos o mercado que estuda e trabalha com objetos editoriais em três etapas: pré-textual, textual e pós-textual, sendo na parte textual que o tratamento de textos ocorre. É oportuno salientar que não nos atemos à descrição dos termos das etapas pré e pós-textual em virtude do tempo de pesquisa e da urgência em sistematizar as informações dos processos que tratam o texto.

Após delimitar a versão da ontologia da Edição em um arquivo *.doc*, o modelo foi inserido no e-Termos na quarta etapa. Para tal, as relações semânticas dos termos eram construídas por meio de triplas: a partir de um arquivo no EditPad, construímos as relações entre cada unidade. No exemplo abaixo, é possível ver como o esquema é montado:

raiz	relação r1	primeiro nó
raiz	relação r2	segundo nó
primeiro nó	relação r3	nó11
segundo nó	relação r1	nó11

O elemento raiz é o primeiro termo na nossa ontologia (na primeira coluna) e corresponde ao domínio de especialidade. Posteriormente, colocamos um *tab* (tecla responsável por dar um espaçamento entre uma palavra e outra) e, em seguida, descrevemos a relação entre um termo e outro: colocamos relação rn (r1, r2, r3), pois não foi objetivo desta pesquisa descrever cada relação. Depois de mais um *tab*, criamos a terceira coluna, que contempla outro termo e diz respeito à informação sobre qual é a relação entre dois termos. Essa sequência se repete até o final da ontologia. Substituindo as informações pelos termos do domínio que estamos estudando, temos:

DED	r	Edição de Textos
Edição de Textos	r1	etapa pré-textual
Edição de Textos	r1	etapa textual
Edição de Textos	r1	etapa pós-textual
etapa pré-textual	r2	orçamento
etapa pré-textual	r2	contrato

⁵⁹ Exceto os termos co-hipônimos, que não foram organizados a partir de um critério de relação semântica ou ordem alfabética. Fomos alocando as unidades à medida que a pesquisa foi realizada.

etapa pré-textual	r2	selo
etapa pré-textual	r2	direitos autorais
etapa pré-textual	r2	<i>copyright</i>
etapa pré-textual	r2	clientes
etapa pré-textual	r2	contratante
etapa textual	r3	tipos de texto
tipos de texto	r4	anúncio publicitário
tipos de texto	r4	<i>folder</i>
tipos de texto	r4	cartaz
tipos de texto	r4	panfleto
tipos de texto	r4	expediente
tipos de texto	r4	apostila
tipos de texto	r4	artigo científico
tipos de texto	r4	dissertação
tipos de texto	r4	tese
tipos de texto	r4	projeto
tipos de texto	r4	texto de ficção
tipos de texto	r4	texto empresarial
tipos de texto	r4	<i>story</i>
tipos de texto	r4	<i>blog</i>
tipos de texto	r4	<i>post</i> de intagram
tipos de texto	r4	<i>web</i>
tipos de texto	r4	periódicos
tipos de texto	r4	<i>e-mail</i>
tipos de texto	r4	atas
tipos de texto	r4	material didático
tipos de texto	r4	bula
tipos de texto	r4	<i>outdoor</i>
tipos de texto	r4	comercial de TV
tipos de texto	r4	materiais audiovisuais
etapa textual	r3	nichos
nichos	r4	acadêmico
nichos	r4	digital

nichos	r4	didáticos
nichos	r4	editorial
nichos	r4	audiovisual
nichos	r4	jurídico
nichos	r4	publicidade
nichos	r4	empresarial
etapa textual	r3	processos de edição
processos de edição	r4	edição textual
processos de edição	r4	produção da obra
processos de edição	r4	seleção do original
processos de edição	r4	reescrita
processos de edição	r4	edição comentada
processos de edição	r4	edição revisada
processos de edição	r4	editoração
processos de edição	r4	edição de arte
processos de edição	r4	catalogação
processos de edição	r4	projeto gráfico
processos de edição	r4	tradução
processos de edição	r4	tradução juramentada
processos de edição	r4	legendagem
processos de edição	r4	dublagem
processos de edição	r4	tradução comentada
processos de edição	r4	revisão
revisão	r5	autorrevisão
revisão	r5	formatação
revisão	r5	padronização
revisão	r5	normalização
revisão	r5	normatização
revisão	r5	preparação
revisão	r5	preparação de originais
revisão	r5	cotejo
revisão	r5	correção
revisão	r5	revisão textual

revisão	r5	revisão técnica
revisão	r5	revisão juramentada
revisão	r5	revisão acadêmica
revisão	r5	revisão ortográfica
revisão	r5	revisão por pares
revisão	r5	revisão publicitária
revisão	r5	revisão literária
revisão	r5	revisão crítica
revisão	r5	revisão documental
revisão	r5	revisão editorial
revisão	r5	revisão em tela
revisão	r5	revisão <i>open peer review</i>
revisão	r5	revisão final
revisão	r5	revisão de conteúdo para <i>web</i>
revisão	r5	revisão de HQs
revisão	r5	revisão de periódicos científicos
revisão	r5	revisão de português
revisão	r5	revisão tipográfica
revisão	r5	revisão linguística
revisão	r5	revisão comentada
revisão	r5	revisão bilíngue
revisão	r5	revisão monolíngue
revisão	r5	revisão primária
revisão	r5	revisão secundária
revisão	r5	revisão gramatical
revisão	r5	revisão de provas
revisão de provas	r6	revisão de primeira prova
revisão de provas	r6	revisão de segunda prova
revisão de provas	r6	revisão de terceira prova
processos de edição	r4	diagramação
diagramação	r5	sobra de copi
diagramação	r5	sobra de revisão
diagramação	r5	salto

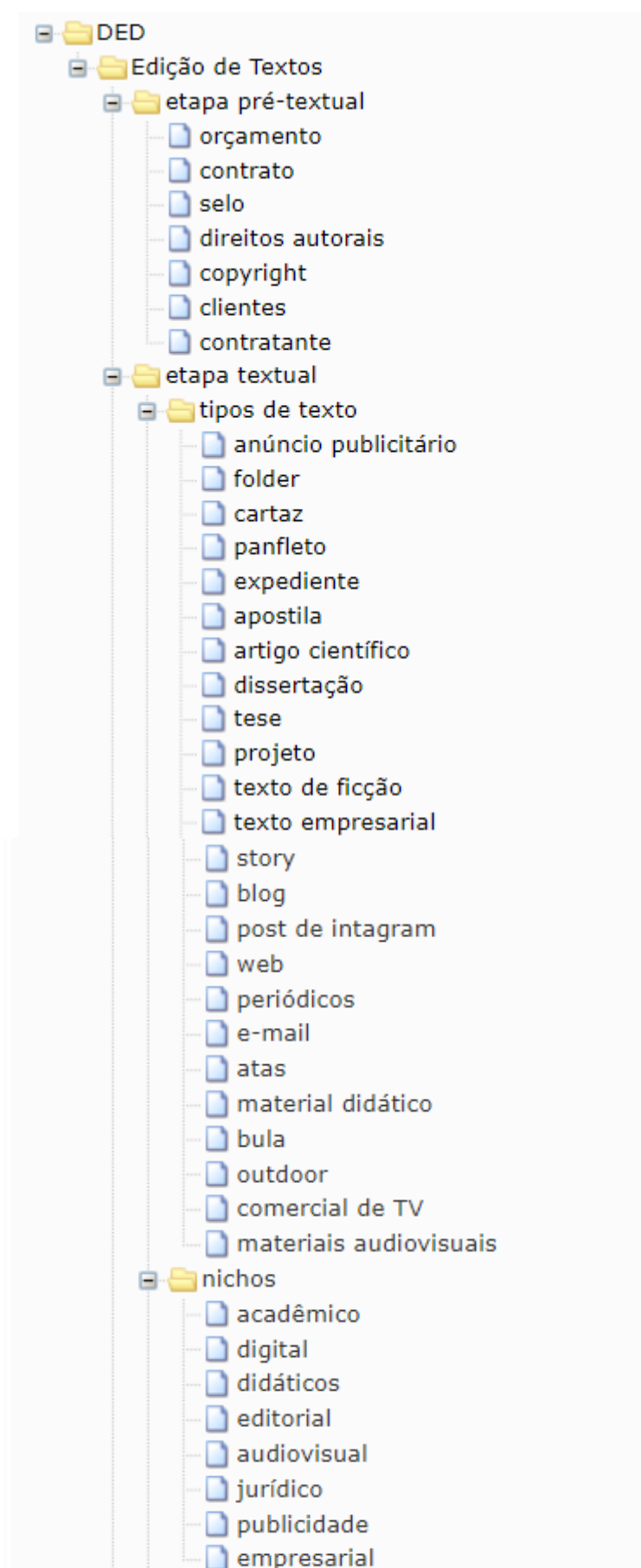
diagramação	r5	piolho
diagramação	r5	pastel
diagramação	r5	gato gralha
diagramação	r5	erros de composição
etapa textual	r3	agentes do texto
agentes do texto	r4	autor
agentes do texto	r4	coautor
agentes do texto	r4	escritor
agentes do texto	r4	<i>ghostwriter</i>
etapa textual	r3	profissionais do texto
profissionais do texto	r4	redator
profissionais do texto	r4	tradutor
profissionais do texto	r4	produtor editorial
profissionais do texto	r4	preparador
profissionais do texto	r4	conselho editorial
profissionais do texto	r4	revisor
profissionais do texto	r4	auxiliar de revisão
profissionais do texto	r4	equipe de revisão
profissionais do texto	r4	diagramador
profissionais do texto	r4	<i>designer</i>
profissionais do texto	r4	copidesque
profissionais do texto	r4	capista
profissionais do texto	r4	editor de texto
profissionais do texto	r4	editor de livros impressos
profissionais do texto	r4	editor de texto colaborativo
profissionais do texto	r4	assistente-editorial
profissionais do texto	r4	<i>freelancer</i>
profissionais do texto	r4	editor-assistente
etapa textual	r3	unidade de medida
unidade de medida	r4	lauda
lauda	r5	lauda jornalística
lauda	r5	lauda de preparação
lauda	r5	lauda de revisão

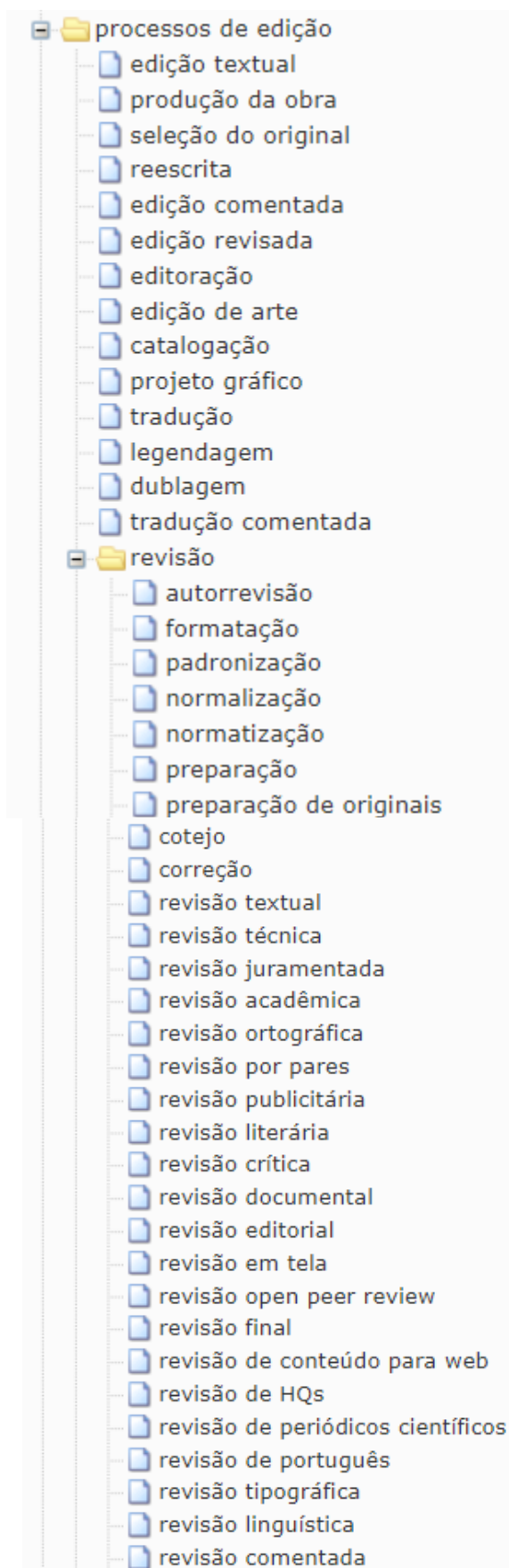
lauda	r5	lauda de tradução
unidade de medida	r4	página
unidade de medida	r4	minuto
unidade de medida	r4	segundo
unidade de medida	r4	palavra
etapa textual	r3	jargão
jargão	r4	prazo
jargão	r4	versão
jargão	r4	original
jargão	r4	fluxo
jargão	r4	prova
jargão	r4	emendas
etapa textual	r3	manobras
manobras	r4	<i>ok</i> final
manobras	r5	mexida
manobras	r5	acabamento
manobras	r5	intervenção
manobras	r5	ajustes
manobras	r5	apontamentos
manobras	r5	controle de alterações
manobras	r5	comentários
manobras	r5	<i>checklist</i>
manobras	r5	retextualização
manobras	r5	rubrica
manobras	r5	<i>feedback</i>
manobras	r5	batida de emendas
etapa pós-textual	r2	venda
etapa pós-textual	r2	impressão
etapa pós-textual	r2	publicação
publicação	r3	revista
publicação	r3	redes sociais
publicação	r3	<i>site</i>
publicação	r3	repositório

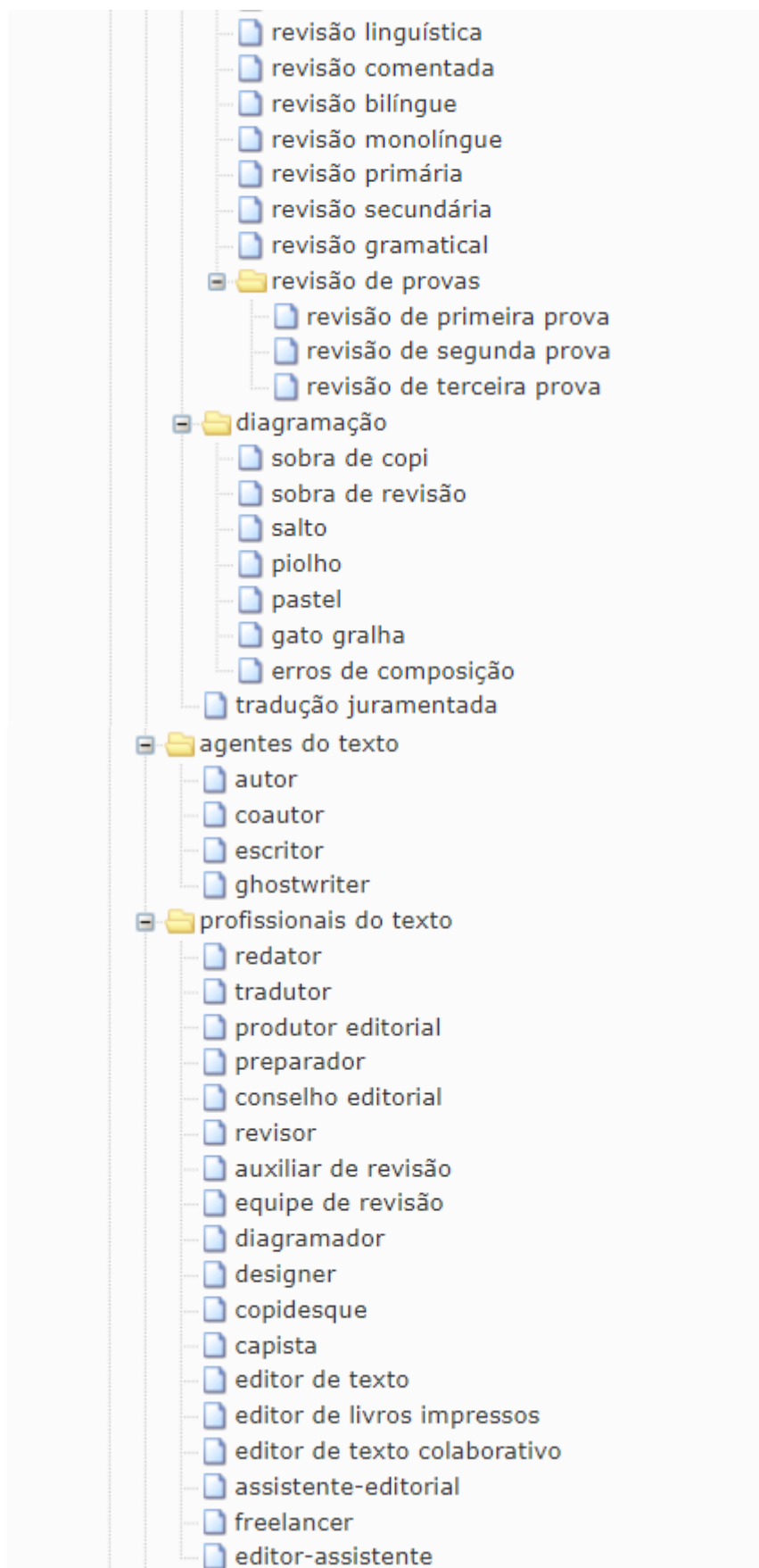
publicação	r3	periódicos
etapa pós-textual	r2	divulgação
divulgação	r3	televisão
divulgação	r3	<i>outdoor</i>
divulgação	r3	internet
divulgação	r3	rádio
divulgação	r3	catálogo
etapa pós-textual	r2	indexação
etapa pós-textual	r2	lucro
etapa pós-textual	r2	editora
etapa pós-textual	r2	casas editoriais
etapa pós-textual	r2	livreiro
etapa pós-textual	r2	gráfica
etapa pós-textual	r2	mercado livreiro
etapa pós-textual	r2	mercado infanto-juvenil
etapa pós-textual	r2	mercado editorial
etapa pós-textual	r2	mercado editorial independente
etapa pós-textual	r2	mercado de traduções
etapa pós-textual	r2	mercado de revisões
etapa pós-textual	r2	mercado de fascículos
etapa pós-textual	r2	mercado de autopublicação

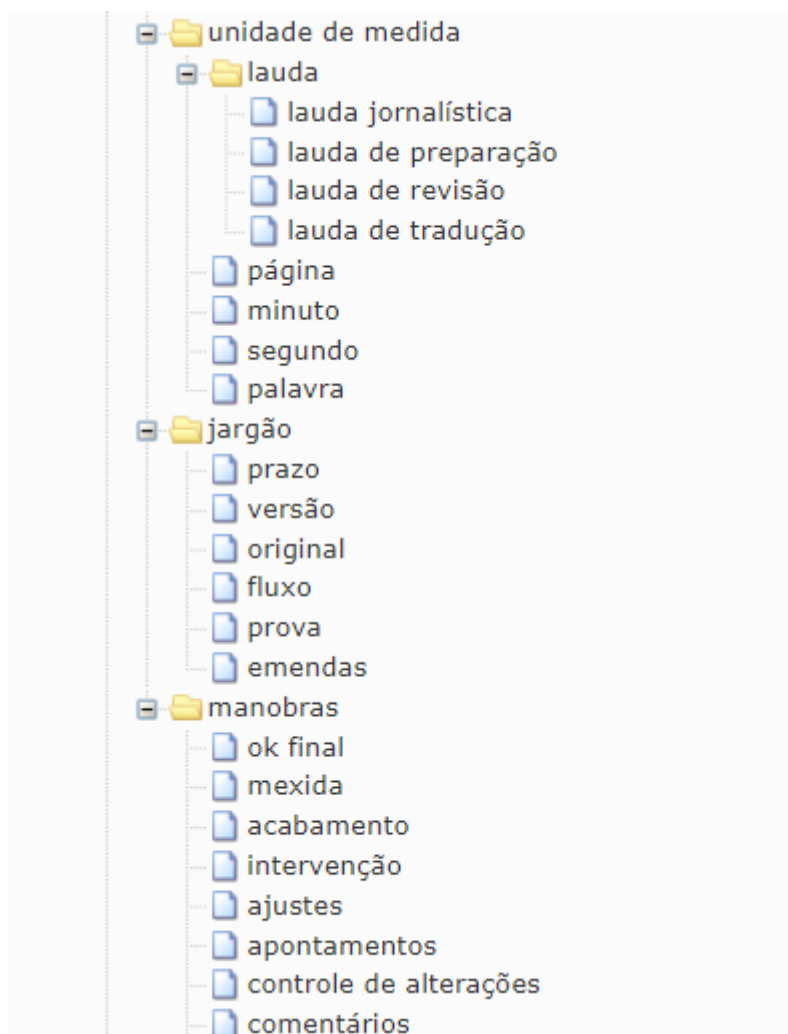
A título de esclarecimento, pontuamos que tais relações conceituais são divididas, no *site*, em relações genéricas e específicas. Para definir e nomear as relações/o relacionamento semântico entre os conceitos (nós), é necessário seguir categorias que o próprio sistema do e-Termos oferece. As relações genéricas são fixas e não podem ser alteradas, podendo ser utilizadas por qualquer projeto, e são baseadas no trabalho de Lenci *et al.* (2000 *apud* Oliveira, 2009). Já as relações específicas são criadas pelo próprio usuário do projeto, as quais serão usadas para atender às especificidades de seu projeto.

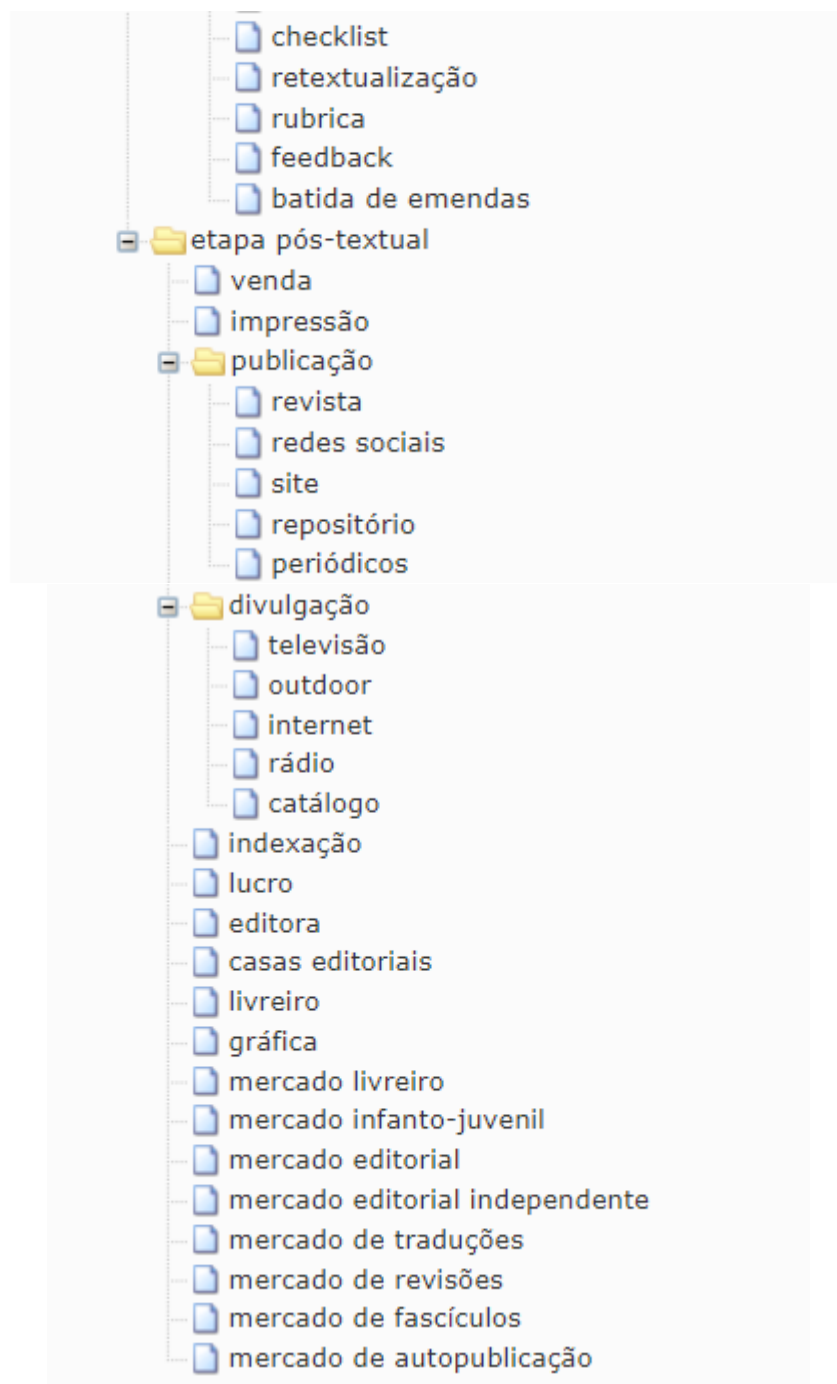
Após a construção das triplas no EditPad de acordo com cada traço conceitual dos termos, fizemos o *download* do arquivo e o subimos no e-Termos, sendo possível visualizar a ontologia em duas formas: *folder tree* e grafos. A Figura 13, na sequência, mostra a ontologia em *folder tree*:

Figura 13 – Ontologia da Edição em *folder tree*









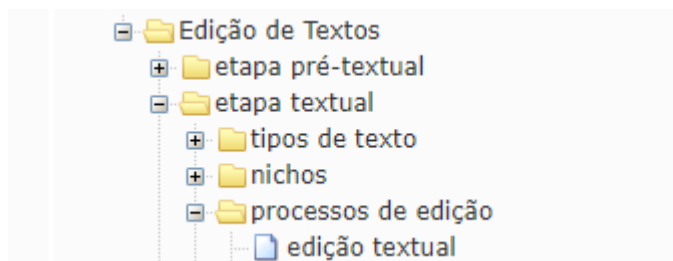
Fonte: elaborada pela autora a partir do e-Termos.

Até chegarmos nessa estrutura, deparamo-nos com alguns erros na ferramenta. É oportuno apontá-los aqui para exprimir a solução que encontramos. Segundo os pressupostos da ontologia, nenhum nó pode ficar solteiro nas triplas, em outros dizeres, sozinho, sem relação com outro termo. O único nó solteiro é o nó raiz, aquele que se refere ao domínio de especialidade: Edição de Textos. Corrigimos essa inadequação considerando as relações de hiperonímia e hiponímia entre os termos, isto é, termos pais e filhos.

Do ponto de vista terminológico, há diferença no uso de maiúscula e minúscula. Entretanto, no e-Termos, não é possível fazer essa diferenciação e, na tentativa de fazê-la, houve erro na geração da ontologia. Dessa forma, usar Edição de Textos (para o domínio) e edição de textos (para o processo de tratamento textual) prejudica a elaboração da ontologia em grafo, uma vez que a ferramenta entende que os dois termos são um só, mesmo que com iniciais distintas.

Tendo em vista que diferenciar Edição e edição foi um impasse na ontologia, dado que o e-Termos assimila que eles são a mesma coisa, causando ambiguidade, usamos Edição de Textos para representar o domínio de especialidade em questão e edição textual para fazer referência ao processo de tratamento do texto, conforme a Figura 14:

Figura 14 – Trecho da ontologia



Fonte: elaborada pela autora a partir do e-Termos.

Como exibido nas últimas imagens, os termos estão dispostos na vertical. Dessa maneira, os termos seguidos do símbolo de pasta amarela configuram-se como termos hiperônimos do que está abaixo deles, ao passo que as unidades que vêm depois, precedidas por um símbolo de folha em cor azul, concernem aos termos hipônimos do que está acima deles na árvore. Por exemplo, lauda jornalística é um tipo de lauda, logo, o primeiro termo é um hipônimo de lauda, que constitui seu hiperônimo e assim sucessivamente.

Adentrando um pouco mais na organização dos termos, encontramos profissional do texto, que é um termo genérico chamado de hiperônimo. Esse nó (termo) abarca diversos termos (profissionais), tal qual revisor, tradutor, editor, preparador etc. Estes são, por seu turno, termos hipônimos: possuem uma relação mais específica quanto ao termo profissional do texto. Nessa orientação, a árvore de domínio simboliza a visualização dos campos semânticos (ou campos nocionais) e as relações hierárquicas (sendo hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia as mais frequentes).

Contudo, em congruência com Oliveira (2009), um conceito pode se associar a mais de um termo, como no caso de um conceito-filho ter mais de um conceito-pai. Por essa razão, há

uma tendência em estruturar a ontologia em forma de grafos, possibilitando um mapeamento mais confiável às práticas do domínio. Para o autor:

[...] o uso de grafos permite a ocorrência das relações polivalentes e complexas entre os conceitos, concebidas pelos aspectos polissêmicos presentes no domínio especializado. Além disso, o uso de grafos para estruturar as ontologias no contexto terminológico admite a complexidade inerente em cada área de especialidade (Oliveira, 2009, p. 70).

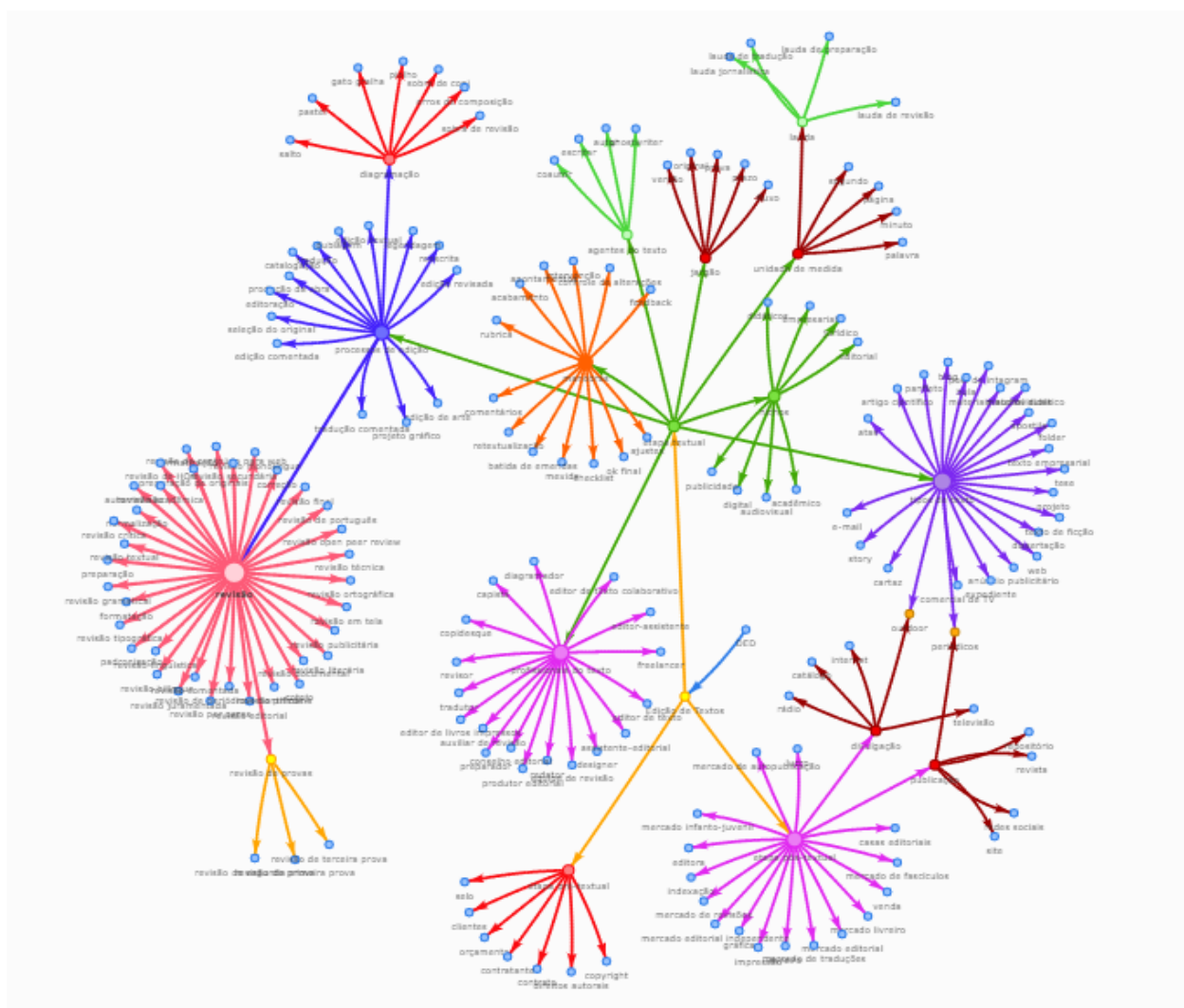
Por relações polivalentes e complexas, Hernández (2002 *apud* Oliveira, 2009) faz alusão, respectivamente, à relação de um termo representando conceitos diferentes, o que pode ser chamado de polissemia, e a uma série de inter-relações que não seja gênero-específico ou parte-todo, ou seja, são relações de causa-efeito, processo-produto, entre outras.

Em contraste com as relações mais utilizadas na Terminologia, gênero-específico e parte-todo, as polivalentes e complexas são mais difíceis de serem retratadas na estrutura arbórea, dificultando outros tipos de relacionamento entre os termos e tornando menos fiel a representação da área em um sistema de ontologia. Para exemplificar, a relação gênero-específico é compreendida como uma mais genérica e uma mais específica, resumindo os termos em hipônimos e hiperônimos, enquanto a parte-todo remete às partes constituintes: um conceito faz parte de outro.

A diferença de visualizações em árvore e em grafos é que nem sempre a árvore expressa de forma idêntica o domínio. Caso um termo seja colocado em dois locais, por exemplo, em dois nós-pais, ele vai aparecer duas vezes na visualização *folder tree*, ao passo que no grafo ele aparece uma única vez. Sob essa ótica, a visualização por grafo possibilita o real comportamento dos termos, sobretudo no âmbito da TCT, a qual reconhece e registra a polissemia de uma área.

Essa opção garante uma liberdade na sistematização dos termos da área, indo além de relações “pai” e “filho”. Destarte, se o relacionamento entre os conceitos não é conhecido ou se encontra distorcido por alguma razão, a estrutura conceitual é capaz de mapeá-lo por meio de nós – e com o auxílio de ferramentas computacionais, como o e-Termos, haja vista que a ontologia agrupa as principais informações sobre um domínio a partir dos termos, que se configuram como o vocabulário comum da área. A Figura 15 mostra a ontologia da Edição em grafo:

Figura 15 – Ontologia EdiTe em grafo⁶⁰



Fonte: elaborada pela autora a partir do e-Termos.

Diante da complexidade do campo, há muita coisa no caminho (tal qual entre uma etapa e outra). Ademais, uma etapa não acontece necessariamente após a outra. Em algumas circunstâncias, como na etapa textual e pós-textual, há processos que podem ocorrer simultaneamente. Um ilustrativo disso é a revisão de textos e a divulgação/publicação do material antes mesmo de estar pronto. Nesse sentido, organizar os termos em árvore de domínio (visualização *folder tree*) nem sempre é suficiente para documentar tudo o que acontece, especialmente ao editar um texto.

Para demonstrar, colocar o termo revisão de textos somente como um processo das casas editoriais vai de encontro com a realidade: outros lugares e outros profissionais trabalham com

⁶⁰ A qualidade limitada da foto se explica pelo movimento da ontologia no ambiente e-Termos. Por esse motivo, não foi possível tirar um *print* com uma boa resolução.

o objeto de ler e o revisam, ainda que as manobras para isso tenham semelhanças e diferenças. Outrossim, o termo gráfica não é específico da etapa pós-textual, podendo ser aplicado na etapa textual, quando o texto é revisado em Word. Posteriormente, o material é diagramado e enviado à gráfica para ser impresso, requerendo mais uma revisão pós-impressão.

Além da organização dos termos em grafos, o idealizador do e-Termos, Leandro Oliveira, sugeriu, com muita maestria, a abordagem diagrama de processos, a qual se mostrou completamente relevante para nosso objetivo. Para ele, nossa pesquisa deve transcender o ambiente colaborativo, organizando os processos que editam um texto em uma estrutura simplificada a fim de revelar os níveis de detalhamento do domínio.

O diagrama de processos se destina a mapear, por meio de recursos visuais, as etapas de um processo de forma a comunicar didaticamente os fluxos daquele campo. Ele tem a função de facilitar e otimizar a informação para o público-leitor, mesmo que um processo mude com frequência ou envolva várias pessoas, promovendo transparência acerca do funcionamento de uma empresa, de um setor, de um programa, de um processo etc. Em adição, o diagrama fortalece a organização, tornando as informações técnicas mais acessíveis para públicos não técnicos e dando uma visão geral dos serviços. Nesse contexto:

desenhar um diagrama de processos vai ajudar a analisar um processo mais rápido e melhor: com um esquema visual para identificar eventos e tomadas de decisão, seu início e seu fim, além de pessoas e equipes envolvidas, é possível entender de forma mais clara como tudo acontece ou deveria acontecer (Saiba [...], 2021).

Diagramas são formas que representam graficamente um processo (Barbará, 2011), permitindo uma visão geral dele (Harrington, 1993). A partir desse esquema, que proporciona um olhar superficial do processo, sem uma análise aprofundada sobre cada etapa, o funcionamento da Edição de Textos, principalmente da prática de tratamento textual, será mais bem compreendido.

Previamente à apresentação do diagrama, é interessante mencionar que há uma distinção entre diagrama, mapas e modelo de processos. Como os termos não são sinônimos, exibimos uma explicação de Castro ([2024]), baseada na obra de referência dos profissionais da área de processos empresariais, o BPM CBOK:

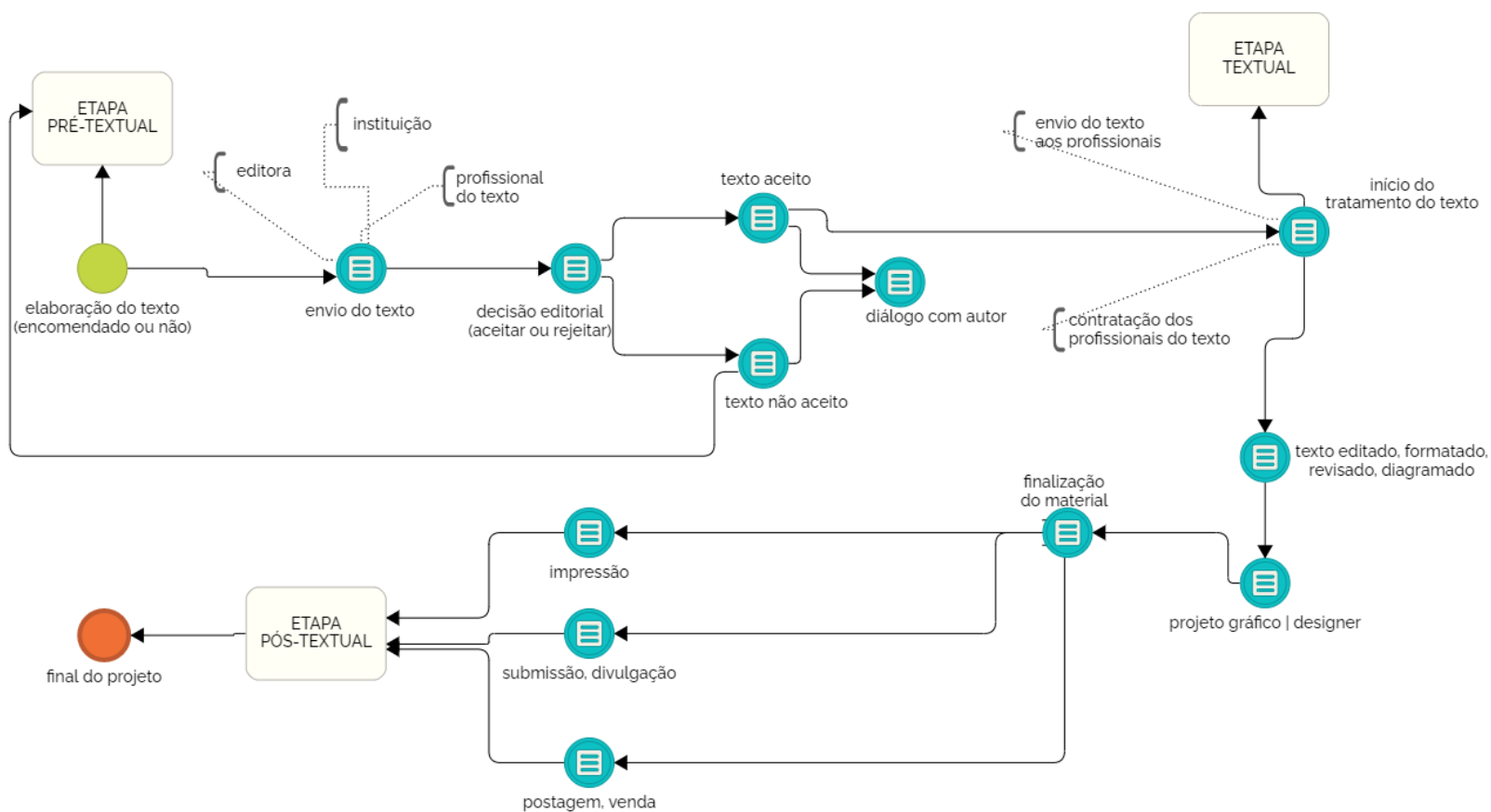
1. Diagrama retrata os principais elementos do fluxo, simboliza as macro atividades, mas omite os pequenos detalhes;
2. Mapas de processos podem ser classificados como a evolução do chamado diagrama, pois demonstram com detalhes os fluxos de atividades (fluxos de trabalho) adicionando eventos, regras, resultados, ou seja, existe uma precisão maior no desenho;
3. Modelo é a versão final com um alto nível de detalhamento que envolve recursos, fluxo de informações, instalações, finanças etc. e frequentemente é feito mediante ferramentas de simulação.

Castro ([2024]) evidencia uma comparação muito boa para explicar o que é o diagrama de processos. Consoante à autora, como se trata de uma perspectiva macro, é como se estivéssemos em um avião, olhando, lá de cima, a cidade – as ruas, os carros, as pessoas. Ela ainda faz outra analogia: ao realizar uma pesquisa no Google Maps, temos, primeiro, uma visão macro, sem a especificação das ruas, das casas, dos bairros, dos nomes e dos pontos de referência. A mesma coisa acontece em um diagrama, que expõe o passo a passo de um processo sem detalhamento.

Assumindo a Edição como um domínio permeado de processos, em que o tratamento de textos é apenas um deles, o diagrama é fundamental para esclarecermos, como defendido pela metodologia Seis Sigma, quando um processo começa e quando ele termina (SML, [2023]). Embora esse método tenha surgido para o mercado empresarial, suas contribuições são verificadas em outros nichos, que lidam com materiais, processos e clientes.

O diagrama é criado, então, para que as atividades sejam descritas de maneira visual e didática, eliminando possíveis desentendimentos e conflitos entre os profissionais sobre a execução dos processos. No momento em que um texto chega na editora, por exemplo, há um processo de edição. Cabe ressaltar que esse fluxo não é fixo e são diversas as possibilidades de diagrama, variando conforme a casa editorial, o nicho, a verba da empresa, a época e a compreensão da direção editorial sobre o ofício. No diagrama (Figura 16), expomos o funcionamento da Edição de Textos, que estuda e trabalha com os objetos de ler:

Figura 16 – Diagrama da Edição



Fonte: elaborada pela autora no *app* HEFLO⁶¹.

⁶¹ Cf. <https://app.heflo.com/Process/Editor#&version=1>.

No diagrama acima, observamos que a Edição é organizada em etapas, como discutimos na tese. Na etapa pré-textual, o texto pode estar pronto ou ser encomendado por alguém. Em empresas de materiais didáticos, a título de ilustração, as apostilas podem ser elaboradas na própria instituição por agentes do texto contratados. Nas agências de publicidade, os textos podem ser solicitados para redatores *freelancers*. Independentemente de quem o faz, o texto (pronto) é enviado a uma empresa, a uma instituição ou diretamente a um profissional do texto – textos acadêmicos são feitos por alunos pesquisadores e enviados a revisores, tradutores ou editores de revistas científicas.

Após o recebimento do material, o profissional determinará se aceita ou rejeita o texto. Essa situação é mais comum nas casas editoriais, onde os editores recebem os originais dos autores e decidem se o texto será publicado. Ainda que o texto seja aceito, sempre há mudanças a se fazer: correções, melhorias, adequações. Quase sempre, elas são propostas pelo editor antes que o original chegue à equipe de revisão, por isso, deve haver diálogo constante entre editor e autor da obra.

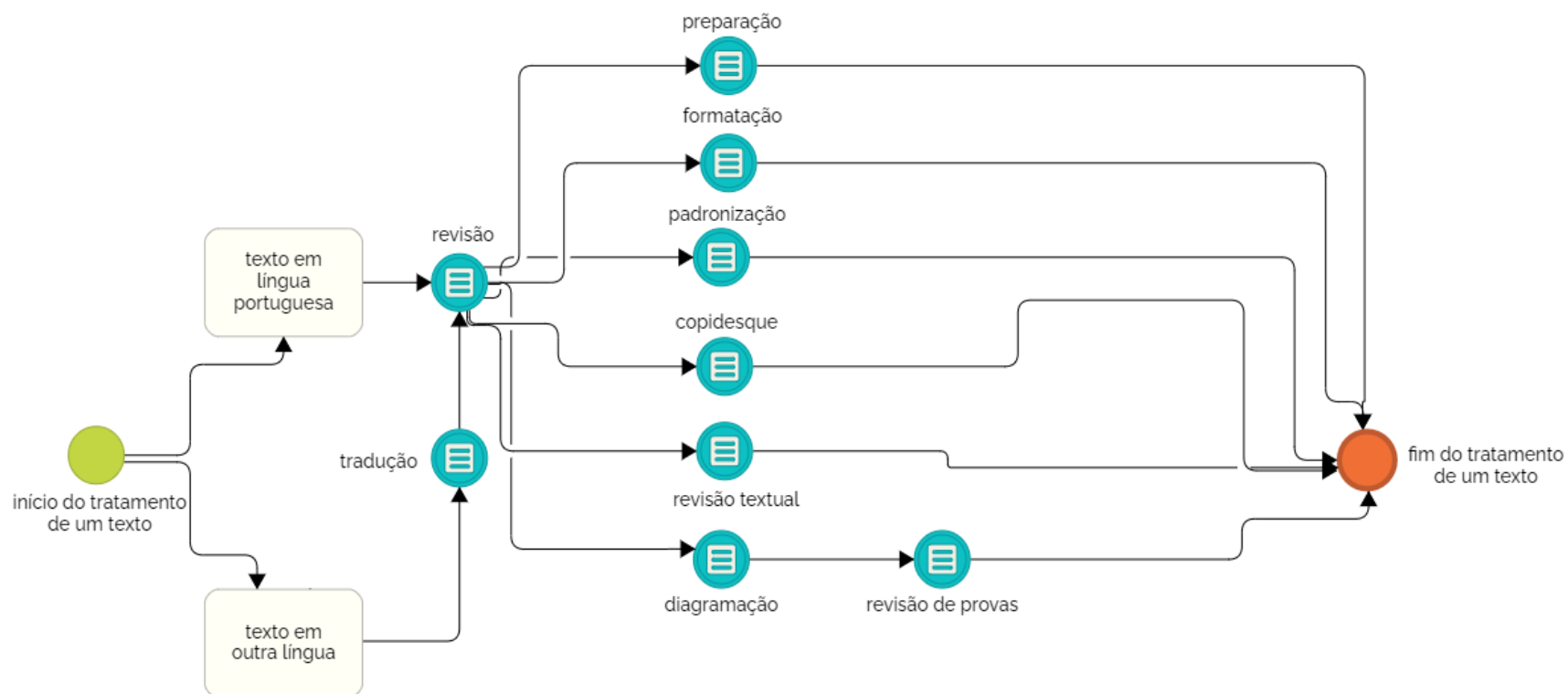
Com o texto aceito pela instituição (na maioria das vezes, uma editora), o editor se encarrega de enviar o texto aos outros profissionais. Normalmente, estes são prestadores de serviço, *freelancers*, e poucos são contratados. Nesse momento, é essencial buscar tradutores e revisores apropriados para trabalhar com o material, recrutando-os conforme a demanda.

Em seguida, inicia-se o tratamento do texto, ou simplesmente edição. Nessa fase, o texto passa pelas manobras indispensáveis para atingir o seu objetivo: tradução, formatação, revisão. Lembrando que o original pode estar em outra língua, assim, deve-se traduzi-lo, primeiramente, e depois revisá-lo. Isso porque é bastante comum a seleção de obras estrangeiras para compor o banco de publicações de determinada editora.

Finalizada a edição, o texto está preparado para publicação, venda, submissão a um periódico, postagem ou outra finalidade. Desse modo, atores do texto, como o autor, podem enviar o material à banca ou à revista. Se for um livro, este passa por um projeto gráfico e é impresso.

Além do diagrama da Edição, que nos ajuda a apreender os processos pelos quais um objeto de ler passa, apresentamos, na sequência, um diagrama do processo que trata o texto, ou seja, uma visão geral sobre o processo de edição – do texto pronto até sua finalização após as intervenções necessárias para que o texto alcance o seu público da melhor forma e cumpra seu propósito.

Figura 17 – Diagrama do tratamento de textos



Fonte: elaborada pela autora no *app* HEFLO.

Na Figura 17, foram descritos os processos e as etapas com relação ao tratamento de um texto (comumente escritos). Assim, o diagrama comporta um caminho de edição básico, que pode ser adaptado para qualquer nicho. Em geral, os originais em um idioma estrangeiro precisam ser traduzidos e, mais tarde, revisados, enquanto os originais em língua portuguesa são revisados – e aqui cada instituição, profissional e nicho pode entender o processo de revisão de uma maneira (formatação do arquivo, padronização de acordo com as normas ABNT ou com as normas da revista, revisão dos erros gramaticais, adequação com relação ao registro formal ou informal).

Colocamos o processo de diagramação e, em seguida, a revisão de provas devido ao processo de intervenção que um livro recebe. Para alguns profissionais, a diagramação, responsável pelos aspectos gráficos de uma obra, faz parte da edição de textos, apesar de não mexer diretamente na massa textual. Além disso, os próprios revisores, em alguns cenários, fazem a diagramação de textos. Após esse processo, que também busca detectar possíveis erros que não foram ajustados em etapas anteriores, é iniciada a revisão de provas: corrigindo erros apontados na diagramação, além daqueles que passaram nesse processo.

Para textos orais, é realizada, usualmente, uma transcrição do áudio para identificar e corrigir inadequações. Nesse caso, a etapa de revisão é feita depois do áudio gravado, porém, é possível revisar o que se chama de roteiro ou *script* do que se tornará uma apresentação, uma entrevista, uma reportagem, um comunicado, uma publicidade, entre outras coisas. Tal movimento antecipa a gravação do áudio com erros e, para evitar qualquer desvio na publicação desse áudio, convém efetuar uma checagem final, isto é, uma revisão final – seja pelo mesmo profissional do texto, seja por outro revisor.

Em face do que foi exibido, notamos que construir diagramas consiste em uma tarefa eficiente para mapearmos, de modo bastante legível, os processos que envolvem um objeto de ler. Essa organização, muito utilizada em outras áreas e em outros tipos de pesquisa, funciona para expor ao leitor o que acontece e/ou deveria acontecer no domínio, qual o caminho para executar determinado processo e os nomes mais adequados nessa área.

Portanto, elaborar uma estrutura conceitual ou um diagrama é sistematizar e organizar as informações terminológicas de um domínio, o que significa, nesta pesquisa, representar as relações semânticas entre os conceitos da Edição. Com o suporte de uma estrutura conceitual adequada, podemos elaborar uma definição terminológica mais eficiente, retomando o termo descritor (que pode ou não ter uma relação de hiperonímia com outra unidade) e recuperando, de forma clara, as características basilares as quais o público-alvo precisa saber. Assim, os

termos são organizados a partir dos campos nocionais de cada um, sistematizando a área de especialidade por meio de uma estrutura visivelmente didática.

3.4 Base definicional

Na Terminologia, é fundamental organizarmos as informações da pesquisa em um banco de dados, que se configura como uma base definicional e abarca os excertos definitórios de cada unidade terminológica. Essa tarefa é feita no módulo cinco do e-Termos (Figura 18), no qual temos a elaboração e o gerenciamento de uma base de dados terminológica. Além do preenchimento da base definicional, temos a criação e o preenchimento da ficha terminológica, que será detalhada na subseção 3.5.

Considerando que o armazenamento de informações é crucial nos trabalhos terminológicos, o e-Termos permite que tal atividade seja realizada em colaboração com outras pessoas – vários usuários podem ser inscritos no projeto e alimentarem a base definicional.

Figura 18 – Preenchimento da base definicional

e-Termos Ambiente Colaborativo Web de Gestão Terminológica.

Principal | Etapa 1 | Etapa 2 | Etapa 3 | Etapa 4 | Etapa 5 | Etapa 6

Projeto **Dicionário de Revisão de Textos** **Quinta Etapa**
 Perfil **Gerente de Projeto**

Projeto Recado Mail Base Definicional Termos Ficha Terminológica Fd

Veja abaixo o excertos definitórios para este termo. Clique em **+ Adicionar Excerto** para adicionar novos excertos. Para excluir ou editar um determinado excerto clique em **✗ Excluir** ou **✎ Editar** respectivamente.

Excertos Definitórios

Termo: **mercado editorial**

Excerto	Fonte	Responsável	Data/Hora	Ação
+ Adicionar Excerto				

Fonte: elaborada pela autora a partir do e-Termos.

O sistema registra os seguintes dados: excerto, fonte, responsável pelo preenchimento, data e hora de inclusão. Esses três últimos são preenchidos automaticamente pelo sistema. A sistematização desses dados funciona como uma etapa do trabalho terminológico, bem como um resultado da pesquisa, já que reúne, em um só lugar, informações acerca dos termos selecionados para compor o dicionário do domínio e auxilia a elaboração das definições.

Para gerarmos a base definicional, devemos finalizar a atividade de produção da estrutura conceitual. Terminada a estrutura, são abertos os campos para inserir os excertos

definitórios. Isso posto, elaborar uma base definicional equivale a colocar um repositório de informações sobre os termos da área, em outras palavras, excertos que dizem do que se trata cada unidade e nos ajudam a formular sua definição.

A base pode conter textos de diversas fontes, como *sites*, livros, materiais impressos, fragmentos do *cópus* e qualquer outra que seja relevante para o estudo. No entanto, a ferramenta de extração de excertos do *cópus* pode não gerar trechos definitórios suficientes para o nosso objetivo. Em virtude disso, usamos o *concordanciador*⁶² do AntConc nessa etapa, obtendo informações que não foram extraídas, por algum motivo, do e-Termos, e que se mostraram mais eficientes para essa busca.

Nesta tese, levamos em consideração, para compilar a base definicional da Edição de Textos, fontes advindas do *cópus* EdiTe, de dicionários *online*, de *sites*, de redes sociais (Instagram, Facebook, Telegram), do YouTube e de textos acadêmicos. Todas as informações documentadas nessa parte serão recuperadas na etapa 5, momento em que elaboramos a definição.

Vejamos a Figura 19, que exhibe a base definicional do termo controle de alterações preenchida:

⁶² É uma ferramenta que permite observar os contextos de uma palavra. Para isso, o usuário digita uma palavra no programa – como o AntConc – e escolhe quantas ocorrências (palavras) quer visualizar antes e depois da palavra principal.

Figura 19 – Base definicional do termo revisão linguística

Excertos Definitórios				
Termo: revisão linguística				
Excerto	Fonte	Responsável	Data/Hora	Ação
copidesque ou revisão linguística (correção de redação que envolve os aspectos gramaticais, estruturais e formais do texto original)	corpus...	Mirella de Souza Balestero	2023-05-31/14:26:52	 
A construção de um trabalho colaborativo é um dos pontos defendidos e praticados por nós, o que diverge da prática do mercado na definição de sua atividade como ?a revisão linguística? a partir de um viés discursivo da linguagem.	corpus...	Mirella de Souza Balestero	2023-05-31/14:42:59	 
Dessa forma, não se trata mais de fazer uma revisão linguística, como se costuma associar a esse processo de intervenção editorial, mas sim de realizar uma intervenção com propósito sobretudo normatizador ? em várias dimensões: ortotipográfica, editorial, gramatical e também estilística.	corpus...	Mirella de Souza Balestero	2023-05-31/14:43:26	 
Revisão linguística (correção resolutive) A revisão normalizadora emprega recorrentemente a correção resolutive por ser uma aplicação direta de regras de conhecimento geral e pouco contestáveis. Em relação à conferência de referências e fontes citadas, bem como de imagens e figuras, recorre-se à correção indicativa ou classificatória, em caso de necessidade de complemento de informações.	corpus...	Mirella de Souza Balestero	2023-05-31/14:43:40	 
Aqui, edição de manuscritos ganha outro estatuto na relação com revisão linguística e a delimitação para autores não nativos de língua inglesa.	corpus...	Mirella de Souza Balestero	2023-05-31/14:43:52	 
revisão linguística (correção de redação que envolve os aspectos gramaticais, estruturais e formais do texto original)	corpus...	Mirella de Souza Balestero	2023-05-31/14:44:12	 
Revisão linguística é o conjunto de interferências e proposições que um revisor profissional interpõe ao texto alheio, visando aprimorar sua comunicabilidade e adequação ao gênero proposto	https://www.kei...	Mirella de Souza Balestero	2023-06-05/16:18:23	 
 Adicionar Excerto				

Fonte: elaborada pela autora a partir do e-Termos.

Detectamos, com os excertos, os traços semânticos de cada termo, que nos ajudam a construir as definições de forma adequada. Para cada termo, foram colocados, pelo menos, quatro excertos definitórios, o que, em geral, se mostra suficiente para auxiliar na elaboração da DT. Vale salientar que, regularmente, não encontramos excertos definitórios para algumas unidades terminológicas. Isso é comum em domínios que estão se consolidando, como a Edição de Textos, e, nesses casos, os termos sem base definicional são atestados, como feito na dissertação, por meio do conhecimento terminológico e de conteúdos orais com especialistas (reuniões, palestras, aulas).

Além da base definicional, é feita uma ficha terminológica para cada termo da Edição, a qual discutimos a seguir.

3.5 Ficha terminológica

Concomitante à tarefa de incremento da base definicional, são elaboradas e preenchidas as fichas terminológicas de cada termo. Segundo Oliveira (2009, p. 80), a ficha funciona como “um registro completo e organizado de informações referentes a um dado termo, consistindo em um verdadeiro dossiê que contém todos os dados e elementos pertinentes ao objetivo da pesquisa”.

As fichas são feitas a partir das necessidades de cada pesquisa, e o pesquisador escolhe os campos mais adequados para construir o protocolo. Na Figura 20, expomos o protocolo da ficha terminológica criado para os termos da Edição de Textos:

Figura 20 – Protocolo da ficha terminológica

Dados do Protocolo da Ficha Terminológica

Nome do Protocolo: **Fichas ReTex**

Campos:

Nome do Campo	Tipo de Dado	Obrigatório	Ação
Termo	Texto	NÃO	✗ 
Morfologia	Morfologia	NÃO	✗ 
Definicao	Definição	NÃO	✗ 
Contexto	Texto	NÃO	✗ 
Info_Encicl	Texto	NÃO	✗ 
Sinonimos	Texto	NÃO	✗ 
Remissiva	Texto	NÃO	✗ 

 [Adicionar Campo](#)

Fonte: elaborada pela autora a partir do e-Termos.

Como evidenciado na figura acima, as informações mais importantes da ficha são: termo, morfologia do termo, definição, contexto, sinônimos e informação enciclopédica. O campo “sinônimos” comprova o caráter descritivo da pesquisa, que reconhece a variação na língua e nos domínios de especialidade. À luz disso, são apresentados os nomes que também podem ser usados no campo da edição.

Também inserimos a data de criação da definição, fundamental para indicarmos em que momento as informações foram registradas. O campo “contexto de uso” se refere aos exemplos reais retirados de algum material do corpus (e, quando não havia excerto, de fontes *online* – Google).

Realçamos que o campo “código”, destacado em vermelho, é preenchido automaticamente pelo e-Termos na criação das fichas de cada termo. Ademais, o campo “termo” não precisou ser preenchido, uma vez que está especificado no nome da ficha.

Figura 21 – Verbetes etapa pré-textual

Dados do Termo	
Termo:	etapa pré-textual Ver Genealogia - Ver Relações
Código Termo:	346622
Termo:	etapa pré-textual Expandir campo
Morfologia:	Substantivo Feminino - ▾
Definicao:	etapa responsável por práticas e processos que geralmente acontecem antes do tratamento do texto, ou seja, ritos genéticos editoriais que transcorrem antes Editor de Definição
Contexto:	Nas publicações avulsas (livros, folhetos, teses, dissertações), o sumário deve se localizar como o último elemento pré-textual, caso a publicação não tenha prefácio, e penúltimo na existência deste. Expandir campo
Info_Encicl:	Esse processo pode ser realizado por editoras, profissionais autônomos ou empresas especializadas em tratamento de texto. Expandir campo
Sinonimos:	tratamento de texto; tratamento editorial de textos; edição de textos; edição textual; edição; processo de edição.

Fonte: elaborada pela autora a partir do e-Termos.

Vale esclarecer que nem todos os campos da ficha são preenchidos, dada a necessidade de compreensão do termo. Na sequência, abordamos a definição terminológica.

3.6 Definições

Definir é uma prática complexa, que deve ser empreendida com cautela e atenção. Não há um modelo para definir os termos da Edição, muito embora pesquisadores em Terminologia afirmem que as DTs devem ser curtas e sucintas, disponibilizando tipologias para isso. Entretanto, ao observar os trabalhos feitos na área, principalmente a nossa pesquisa de Mestrado, notamos que as definições se tornam mais eficientes à medida que mais informações são fornecidas sobre o termo.

Nessa orientação, Almeida, Souza e Pino (2007, p. 16) afirmam que, “ao contrário do que imaginamos, é o público especializado que espera do dicionário definições mais exaustivas e menos enxutas”. Em vista disso, não há um tamanho certo ou errado para construir DTs, além de não ser mais eficiente formular definições pequenas. Diferente de dicionários escolares, cujo público-leitor não se interessa tanto por textos longos, nas obras terminográficas, o que importa é documentar todos os traços importantes do termo, tornando a mensagem clara.

É comum abordar também informações não essenciais, colocando-as em um espaço apropriado. Com relação a isso, temos informação essenciais (que faz parte da definição) e não essenciais (chamadas de enciclopédicas). Estas servem para esclarecer alguma questão da unidade terminológica, pois complementam e enriquecem a definição do termo e nos ajudam a entender melhor o que o termo significa.

Em determinados contextos, como no Instagram, há figuras consagradas – profissionais do texto, professores, estudantes de Letras e áreas afins, jornalistas etc. –, que oferecem serviços textuais e propõem/impõem designações. Nesse ambiente, identificamos um novo vocabulário que afeta todo o campo da Edição: diretores agora são CEO, trabalhadores/funcionários são colaboradores, professores são mentores. Nesse caminhar, revisores recebem outros nomes, assim como os processos que tratam o texto. Logo, a forma como um nicho se comporta pode afetar os termos do campo e, por consequência, sua definição.

Segundo Finatto (2002, p. 74), a definição terminológica se caracteriza:

por ser o enunciado-texto que dá conta de **significados** de termos ou de expressões de uma técnica, tecnologia ou ciência. Nesse caso, **grosso modo**, definir equivale a expressar um determinado saber, uma porção de conhecimento especializado. Esse enunciado envolve, portanto, uma representação conceitual particular, vinculada a um saber técnico, científico ou tecnológico.

Uma definição terminológica pode ser construída a partir de uma análise dos traços semânticos de cada termo na base definicional do e-Termos. Esse foi o caminho tomado por nós, conforme a Figura 22:

Figura 22 – Editor de definição referente ao termo lauda

Termo: **lauda**

Definição	Excertos Definitórios do Termo
unidade de medida que compreende o conjunto de caracteres de um texto. Cobrar por lauda é uma vantagem tanto para o contratante quanto para o contratado, uma vez que a edição analisa muito mais que palavras e páginas, e não seria justo contabilizar tabelas e figuras, por exemplo. Ademais, não se lê ou corrige um texto sem levar em consideração os espaços e a pontuação.	É a página escrita ou em branco de determinado post, artigo ou trabalho acadêmico. No mundo da revisão, o termo é utilizado para facilitar a forma de precificar cada trabalho: cada lauda terá um número 'x?' de toques, incluindo os espaços e sinais de pontuação. Então, cada revisor estipula quanto cobra por cada página dessa. lauda é um conjunto que caracteres o número de caracteres específico cada um revisor pode ter o seu não é algo que existe mais regra definida ou algum parâmetro de lake seguir não isso não existe então vai lá olha o número de caracteres avalia a qualidade do texto efe que embora a gente cobre por lauda a base tem que ser o tempo de trabalho que tu vai gastar ali mas um texto que pode levar só eu mesmo e zama talvez não vale a pena cobrar a mesma coisa que cobraria de auto posso fazer mais rápido O que mais gera controvérsias, no mundo editorial, é o tamanho da lauda. A bem da verdade, cada revisor adota o tamanho de lauda que mais lhe é pertinente. Sendo assim, não há só um tamanho padronizado, mas vários que podem ser adotados de acordo com o tipo de trabalho. Os tamanhos mais utilizados são: 1.250, 1.400, 1.600, 1.800 e 2.100 caracteres com espaços. Superada essa di culdade na delimitação da lauda, talvez você encontre também dúvidas da parte do cliente sobre o conceito de lauda e o porquê de a página não ser adotada como parâmetro. Pois bem, não se desespere! Com um pouco de paciência eles conseguem entender e ca tudo certo. O segredo é você dominar bem o conceito e saber explicá-lo de forma simples, mostrando as vantagens do modelo. O cálculo da lauda é simples. Você deve encontrar o número total de caracteres com espaços do arquivo e dividi-lo pelo número de

Transportar Fechar Janela

Fonte: elaborada pela autora a partir do e-Termos.

Outro caminho para elaborar definições é escolher um protótipo existente de definição, encaixando as informações essenciais e não essenciais dentro desse modelo, o que não julgamos tão eficaz para este estudo. Nessa conjuntura, a redação das definições foi fundamentada teoricamente numa Terminologia descritiva de base linguística, sem excluir as práticas editoriais, e, do ponto de vista metodológico, a redação das definições seguiu rigorosamente as etapas elaboradas no e-Termos.

Então, foi selecionado o editor de definição no e-Termos e uma nova janela se abriu para considerarmos os excertos da base e fazer uma análise minuciosa sobre eles. Nesse momento, iniciamos a definição, com respaldo nos traços semânticos (recorrentes e pertinentes), os quais orientam a elaboração da definição, de modo que tudo aquilo que não fosse essencial para sua compreensão ocupasse a informação enciclopédica.

Sobre os traços semânticos, Balestero, Almeida e Pierozzi Junior (2019, p. 13) acentuam que:

[...] é necessário fazer a seleção dos traços semânticos constitutivos dos conceitos cujos termos serão definidos. [...]. Quando os excertos são bem escolhidos, provenientes de fontes confiáveis, observamos que o(s) mesmo(s) traço(s) semântico(s) se repete(m) em distintos excertos, essa recorrência nos leva a inferir que se trata de traço(s) relevante(s), que deve(m) constar da DT. Nesse sentido, quanto maior o número de excertos para cada termo, melhor, porque mais informações teremos sobre o termo a ser definido, o que ajuda a assegurar uma DT mais completa.

Redigida a DT, esta foi enviada para validação ao especialista do domínio, que verificou se o sentido estava adequado e se alguma informação poderia ser incluída ou excluída, propondo novas textualizações, quando necessário. Encerrado esse processo, as definições foram enquadradas em denominações já existentes na literatura.

Cabe destacar que o termo-entrada, o mesmo que consta na ontologia, foi escolhido pela terminóloga com base não só na frequência da unidade no corpus, mas também na popularização do termo entre especialistas e profissionais da área. Os termos sinônimos foram colocados na ficha terminológica no campo “sinônimo”, sendo remissivas da palavra-entrada.

Apresentamos um exemplo de definição:

etapa textual: etapa responsável por práticas e processos que buscam tratar o texto a fim de torná-lo público. Em outras palavras, o texto precisa ser elaborado/criado para, então, passar pela edição.

Em razão das definições serem criadas a partir da terminologia descritiva, atentamo-nos para o uso fiel dos termos. Perante isso, esclarecemos que uma etapa nem sempre simboliza processos que ocorrem um seguido do outro, mas processos que, por vezes, não têm uma ordem. Outrossim, por ser uma pesquisa terminológica, o uso de maiúsculas e minúsculas fazem diferença, como Edição e edição de textos.

Ainda que não seja a finalidade desta tese, as definições podem ser classificadas de acordo com tipologias disponíveis (Quadro 17).

Quadro 17 – Tipos definitórios

Tipos definitórios
Definição por gênero próximo e diferença específica (Dubuc, 1999)
Definição parafrástica substancial (Termcat, 2009)
Definição parafrástica morfossemântica (Termcat, 2009)
Definição mediante sinônimo (Sager, 1993; Dubuc, 1999)
Definição mediante implicação (Sager, 1993)
Definição parafrástica extensiva (Termcat, 2009)
Definição mista

Fonte: elaborado pela autora.

À título de exemplificação, em etapa textual, verificamos que, na estrutura conceitual, é um hipônimo de Edição de Textos, o que não foi escrito na definição – etapa de Edição de Textos – somente para evitar uma repetição de palavras. Na verdade, etapa textual é uma das etapas realizadas nesse domínio. Tendo em vista a forma como redigimos a definição, é possível dizer que foi recuperada a palavra etapa, seguida de responsável, para informar o que é feito. Nessa direção, classificamos a DT como GPDE, pois etapa é uma palavra genérica, que corresponde a qualquer passo, enquanto o restante da definição contém a diferença específica.

Acrescentamos um período para clarificar a necessidade de existir um texto para ser tratado (editado). Por conta disso, a etapa textual é o momento em que são feitas as correções e adequações em um material. Não obstante, no verbete, averiguamos as informações adicionais com relação ao termo: etapa textual pode ser sinônimo de tratamento de textos, tratamento editorial de textos, edição de textos, edição textual.

Na próxima subseção, mostramos o modelo de verbete utilizado neste trabalho e os verbetes dos termos desta tese preenchidos, corrigidos e validados pela especialista do domínio e, mais tarde, pela orientadora da pesquisa.

3.7 Verbetes

O verbete da Edição de Textos inclui as informações abaixo:

Termo-entrada (classe morfológica) definição

Informação enciclopédica

Sinônimo(s)

Contexto [fonte]

Remissiva(s)

A entrada diz respeito ao termo da Edição que consta no início do verbete. Logo depois, temos a classe morfológica, que é a categoria gramatical, representada pelas seguintes abreviaturas:

- ☐ adj. (adjetivo);
- ☐ adv. (advérbio);
- ☐ s.f. (substantivo feminino);
- ☐ s.m. (substantivo masculino);
- ☐ v. (verbo).

Posterior a isso, há definição terminológica (o que significa o termo), informação enciclopédica (informações complementares, que ajudam na compreensão do termo), sinônimo(s) (unidades que possuem o mesmo sentido), contexto (excertos retirados do *cópus EdiTe* exibidos em *itálico* – o termo aparece no trecho que se refere ao contexto de uso destacado entre os símbolos matemáticos de maior e menor) e remissiva (sistema em que um termo faz alusão a outro, sugerindo que as unidades terminológicas tenham alguma relação com o termo definido – nesta tese, a remissiva será simbolizada por *cf.*).

É importante afirmar que pode haver mais de um sentido para o termo. Em função disso, usamos números antes da DT. Nesses casos, se houver sinônimos para ambas as acepções, utilizamos, do mesmo modo, os números. No exemplo a seguir, identificamos que o sinônimo colocado depois do número um está vinculado à primeira acepção do termo e assim por diante.

Termo-entrada (classificação morfológica) **1.** DT. **2.** DT.

Sinônimos: 1. Exemplo. 2. Exemplo.

À vista disso, apresentamos 70 verbetes, concernentes aos termos da Edição de Textos, organizados em ordem alfabética.

autorrevisão (s.f.) processo de edição⁶³ feito pela mesma pessoa que escreveu o texto. Ele funciona como uma avaliação do próprio texto para identificar e corrigir possíveis desvios, buscando aperfeiçoá-lo. Se necessário, o objeto editorial passa pela reescrita e/ou pela revisão de um profissional.

Sinônimo: reescrita

Contexto: *Autorrevisão pode ser definida como a inserção de mudanças no texto pelo seu próprio autor, independentemente de colaboradores, visando a sua melhoria [cópus].*

Remissiva: Cf. revisão de texto.

batida de emendas (s.f.) processo de edição responsável pela checagem de emendas, isto é, pela conferência dos erros que passaram nas etapas anteriores. Essa etapa pode ser feita pelo revisor ou pelo diagramador.

Sinônimo: ok final; revisão espelhada.

Contexto: *Geralmente, o profissional faz a batida de emendas durante ou após a revisão de provas, e não há a necessidade de se aprofundar no texto, lê-lo integralmente [cópus].*

Remissiva: Cf. emendas.

catalogação (s.f.) procedimento para organizar e registrar documentos e livros.

Contexto: *Recomenda-se, quando digitado, a fonte tamanho 12 para todo o trabalho, inclusive capa, excetuando-se citações com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, dados internacionais de catalogação-na-publicação, legendas e fontes das ilustrações e das tabelas, que devem ser em tamanho menor e uniforme [cópus].*

controle de alterações (s.m.) ferramenta do editor de texto Microsoft Word comum entre os revisores que registra tudo o que é feito no material, evidenciando ao cliente ou a outro profissional do texto exclusões, inserções e modificações e, conseqüentemente, solicitando sua aprovação. Tal recurso funciona como um relatório de revisão e garante a qualidade do serviço.

Contexto: *A terceira área do conhecimento é o Microsoft Word, que é um dos editores de texto mais utilizados no Brasil atualmente. Por meio deste software, é possível aplicar as regras de formatação do estilo ABNT e utilizar a ferramenta de controle de alterações [cópus].*

⁶³ Como a autorrevisão, dentre outros termos, faz parte, na estrutura conceitual, da revisão de textos, podemos definir autorrevisão como processo de revisão. Todavia, redigimos a DT pensando que esses termos constituem processos que editam um texto, ou seja, processos de edição.

copidesque (s.m.) 1. processo de revisão que faz intervenções mais profundas no texto, visando à coesão, à coerência, à linguagem de acordo com a norma padrão, ao aperfeiçoamento da escrita e à fluidez. 2. profissional do texto responsável pelo copidesque.

Sinônimo: 1. preparação de textos; preparação de originais; revisão de textos; revisão textual. 2. preparador; revisor.

Contexto: 1. *O copidesque faz alterações textuais mais complexas e profundas, que envolvem reorganizar a estrutura textual, elaborar porções de texto inexistentes no original a fim de privilegiar o encadeamento e ajustar os sentidos pretendidos pelo autor do texto, por exemplo, o que vai além de identificar e corrigir problemas ortográficos ou de padronização [cópus].* 2. *Desse modo, ao promover uma alteração textual, o copidesque deve considerar o gênero utilizado, os efeitos de sentido decorrentes, os interlocutores e o autor do texto, entre outros aspectos [cópus].*

Remissiva: Cf. preparação; revisão textual.

correção de textos (s.f.) processo de edição responsável por identificar e corrigir desvios de um texto. Tais desvios podem se referir à gramática, coesão, coerência, adequação ao gênero etc.

Informação enciclopédica: Trata-se de um processo comum no ambiente escolar, em que o professor identifica e corrige os erros do texto do aluno, dando a ele direcionamento para que seu texto fique ainda melhor. Geralmente, o docente sugere uma reescrita do texto após a correção, que pode ainda ser sinônimo de revisão, diferenciando-se pelo ambiente em que ocorre: a primeira, na escola ou na faculdade, ou seja, está vinculada ao ensino; a segunda, no mercado de trabalho, isto é, consiste em uma revisão profissional de um texto que visa tornar-se público. Em contrapartida, há críticas sobre a sinonimização dos termos, pois a correção seria um processo mais simples – apenas avaliando o aluno e mostrando o que ele pode melhorar – e a revisão um processo mais complexo – adequando e aperfeiçoando o texto do outro, de modo que o material atinja o objetivo estabelecido.

Sinônimo: revisão de textos; revisão gramática; revisão ortográfica e gramatical.

Contexto: 1. *O copidesque faz alterações textuais mais complexas e profundas, que envolvem reorganizar a estrutura textual, elaborar porções de texto inexistentes no original a fim de privilegiar o encadeamento e ajustar os sentidos pretendidos pelo autor do texto, por exemplo, o que vai além de identificar e corrigir problemas ortográficos ou de padronização [cópus].* 2. *Desse modo, ao promover uma alteração textual, o copidesque deve considerar o gênero utilizado, os efeitos de sentido decorrentes, os interlocutores e o autor do texto, entre outros aspectos [cópus].*

Remissiva: Cf. copidesque; revisão textual; revisão gramatical.

cotejo (s.m.) processo de edição responsável por comparar versões de um texto. Pode ser feito o cotejo entre uma obra traduzida e a obra original; entre a obra revisada e a obra diagramada; entre a primeira prova e a segunda prova; e assim por diante. Nessa etapa, verificam-se, por exemplo, desvios gramaticais e saltos de tradução.

Sinônimo: comparação; conferência.

Contexto: *É muito comum o cotejo de traduções com seus originais [cópus].*

diagramação (s.f.) processo de edição responsável por criar, adequar e padronizar o projeto gráfico da obra, ou seja, sua identidade visual. Nessa etapa, são feitas as correções e os ajustes indicados pelo revisor. O intuito é melhorar a experiência do leitor, deixando o texto agradável.

Informação enciclopédica: Os ajustes se referem à paginação, à tabulação, à quantidade e distribuição dos capítulos, ao uso ou não de alguma frase na abertura de cada um deles, aos recuos do texto, aos destaques, às notas de rodapé etc. Os elementos gráficos podem ser determinados pelo diagramador ou pela editora.

Sinônimo: projeto gráfico; projeto de arte; design.

Contexto: *Aprovada a revisão, a obra é adequada de acordo com o padrão editorial, gerando o miolo (ou esqueleto da obra), sendo passada para a diagramação e finalização gráfica [córpus].*

diagramador (s.m.) profissional do texto responsável pela diagramação.

Sinônimo: designer.

Contexto: *Depois da preparação, o texto volta ao editor, que confere e aprova o trabalho, remetendo o texto ao diagramador [córpus].*

edição comentada (s.f.) **1.** processo de edição que possui comentários. **2.** obra acompanhada de paratextos, como comentários e notas de rodapé, que auxiliam na leitura e na compreensão do texto. A edição comentada é comum em livros didáticos e adaptados. **3.** Modalidade de tradução intralingual, cujos comentários auxiliam a interpretar o texto.

Contexto: *1. Verificou-se que, ao trazer a obra na íntegra, acompanhada de paratextos que auxiliam no processo de leitura e apreensão do texto, a edição comentada mostra-se uma alternativa viável aos livros didáticos e/ou adaptados, comumente usados, e muitas vezes criticados por profissionais da área [córpus].*

edição de arte (s.f.) processo de edição de um texto não verbal, o que inclui projetos gráficos, tais como identidade visual da obra, elementos do texto, design de capa e das páginas etc.

Sinônimo: projeto gráfico; projeto de arte.

Contexto: *Porém, novamente, as alterações no mundo do trabalho indicam a sobreposição de tarefas e atividades de um modo que, se não é inédito, é pelo menos mais intenso se levarmos em consideração a consolidação histórica das duas fases básicas da produção editorial: a edição de texto e a edição de arte [córpus].*

Edição de Textos (s.f.) **1.** Área do conhecimento que trata um texto com vistas a torná-lo público. **2.** Domínio de especialidade. **3.** Conjunto de práticas e processos que editam um texto para que ele se torne público.

Sinônimo: Tratamento de textos; Tratamento editorial de textos.

Contexto: *3. Compreender a edição de textos significa investigar os processos de preparação de originais, copidesque, revisão e todas as etapas anteriores e posteriores [córpus].*

Remissiva: Cf. Editoração.

edição revisada (s.f.) **1.** processo de edição que faz intervenções em um texto que já foi editado a fim de corrigir os erros que passaram na versão anterior e/ou melhorar a escrita. **2.** texto que passou por uma nova edição e, conseqüentemente, foi publicado novamente.

Contexto: *Uma vez mais os manuscritos são insuficientes para uma leitura inequívoca do texto latino. Tanto é assim que, na edição revisada das tragédias publicada em meados de 2018 pela Loeb, Fitch fez uma alteração significativa nesse trecho em relação à sua edição de 2004 [córpus].*

edição textual (s.f.) **1.** conjunto de práticas e processos que editam um texto para que ele se torne público. **2.** processo que engloba as tomadas de decisão do texto do início ao fim, tais como seleção do original, encomenda do texto, adequação do original, revisão do original, diálogo com o autor, contratação de profissionais e atribuição de tarefas e mais. **3.** processo de edição responsável por avaliar e selecionar o texto a ser publicado. **4.** processo de edição responsável por fazer as primeiras intervenções no texto, adequando-o às diretrizes da editora e fazendo as correções de escrita. Posteriormente, o texto pode passar por preparação, copidesque e revisão de provas.

Informação enciclopédica: Os processos que tratam um texto variam a depender do objetivo, do nicho, do investimento e do meio de circulação.

Sinônimo: edição; tratamento de textos; tratamento editorial de textos; edição de textos; processo editorial; produção editorial; revisão de textos.

Contexto: *1. A edição do texto fluído, isto é, a edição que permite tornar legível a fluidez que caracteriza a textualidade, tem levado a repensar as práticas de crítica e edição textual [córpus].*

editor de texto (s.m.) **1.** profissional responsável por tomar as decisões relacionadas ao texto, as quais podem ir desde a seleção do original até a contratação de especialistas e divulgação da obra. **2.** profissional do texto responsável por editar um objeto editorial, fazendo intervenções, como preparação, formatação, tradução e revisão. **3.** profissional que tem acesso à primeira versão do texto, bem como ao autor, sendo responsável por analisar a obra e fazer adequações, tais como cortes ou acréscimos, se necessário.

Contexto: *O compromisso do editor de texto com a precisão, o rigor, a legibilidade e a compreensibilidade está na essência da ação de editar um texto [córpus].*

Editoração (s.f.) processo responsável por organizar, criar, editar e comercializar um texto, geralmente, um livro.

Remissiva: Cf. Edição de Textos.

editoração (s.f.) **1.** processo de tratamento de um texto. **2.** processo de edição que utiliza um conjunto de recursos eletrônicos. **3.** edição de textos editoriais. **4.** conjunto de processos feitos por um editor a partir da informática.

Sinônimo: edição de textos.

Contexto: *O advento de novas tecnologias digitais impõe uma atualização a este setor. Os processos computadorizados reduzem as etapas de trabalho. A disseminação desses processos exige um conhecimento técnico cada vez mais refinado por parte dos profissionais de editoração [córpus].*

emendas (s.f.) erros que passaram em alguma etapa e são marcados pelo revisor a fim de que o texto seja corrigido antes de ir a público.

Informação enciclopédica: Tais desvios, sugestões ou correções ocorrem, geralmente, em dois cenários: (i) o revisor de provas aponta ao diagramador o que precisa ser ajustado no arquivo eletrônico antes de ser impresso ou (ii) o revisor de provas faz a verificação final do arquivo antes da impressão do texto.

Contexto: *A conferência pode ser uma das fases da Revisão de Texto quando do cotejamento entre as emendas pedidas na versão anterior com as da versão posterior [cópus].*

Remissiva: *Cf. batida de emendas.*

etapa pós-textual (s.f.) etapa responsável por práticas e processos que geralmente ocorrem depois do texto editado, como divulgação, venda, postagem, publicação etc.

Informação enciclopédica: Nessa etapa, também há negociações de compra, venda ou publicação do material. O texto, que está finalizado, irá se tornar público.

Contexto: *A parte pós-textual pode conter os seguintes elementos: Posfácio, Apêndice, Glossário, Bibliografia, Índice, Colofão, Errata [cópus].*

etapa pré-textual (s.f.) etapa responsável por práticas e processos que geralmente acontecem antes do tratamento do texto, ou seja, ritos genéticos editoriais que transcorrem antes mesmo de existir um texto.

Informação enciclopédica: Nessa etapa, são feitas, frequentemente, as negociações entre autor/cliente e instituição ou profissional do texto.

Contexto: *Nas publicações avulsas (livros, folhetos, teses, dissertações), o sumário deve se localizar como o último elemento pré-textual, caso a publicação não tenha prefácio, e penúltimo na existência deste [cópus].*

etapa textual (s.f.) etapa responsável por práticas e processos que buscam tratar o texto a fim de torná-lo público. Em outras palavras, o texto precisa ser elaborado/criado para, então, passar pela edição.

Informação enciclopédica: Esse processo pode ser realizado por editoras, profissionais autônomos ou empresas especializadas em tratamento de texto.

Sinônimo: tratamento de texto; tratamento editorial de textos; edição de textos; edição textual; edição; processo de edição.

Contexto: *Nas publicações avulsas (livros, folhetos, teses, dissertações), o sumário deve se localizar como o último elemento pré-textual, caso a publicação não tenha prefácio, e penúltimo na existência deste [cópus].*

formatação (s.f.) **1.** processo de revisão responsável por adequar e organizar os elementos de um texto com base em alguma norma (ABNT, Vancouver, APA ou quaisquer manuais de faculdade, revista e editora), padronizando-os. **2.** processo que organiza os elementos visuais de um arquivo.

Informação enciclopédica: Os elementos geralmente são capa, contracapa, títulos, imagens, quadros, espaçamentos, paginação, referências etc.

Sinônimo: padronização; normalização; normatização.

Contexto: *A empresa, ao oferecer formatação textual de acordo com diferentes normas, indica que esta etapa contempla a normalização ou é entendida como tal, já que se exige dos periódicos científicos, com os quais registra que trabalha, que os artigos sejam padronizados a partir de determinada norma. Ao anunciar os serviços de revisão e de tradução optando pelo termo processos, sugere o entendimento de que o tratamento editorial oferecido aos periódicos é constituído de etapas diversas, que não podem ser compreendidas apenas por revisão e tradução [córpus].*

lauda (s.f.) unidade de medida que compreende o conjunto de caracteres de um texto.

Informação enciclopédica: Cobrar por lauda é uma vantagem tanto para o contratante quanto para o contratado, uma vez que a edição analisa muito mais que palavras e páginas, e não seria justo contabilizar tabelas e figuras, por exemplo. Ademais, não se lê ou corrige um texto sem levar em consideração os espaços e a pontuação. O cálculo é feito da seguinte forma: quantidade de caracteres com ou sem espaço dividido pelo tamanho da lauda pelo número de caracteres que o profissional elegeu como parâmetro. Não há uma quantidade padrão de caracteres para se determinar uma lauda, mas são frequentes os números 1.000, 1.200, 1.400, 1.500, 2.100.

Sinônimo: página.

Contexto: *O que mais gera controvérsias, no mundo editorial, é o tamanho da lauda. A bem da verdade, cada revisor adota o tamanho de lauda que mais lhe é pertinente [córpus].*

lauda de revisão (s.f.) lauda utilizada nos processos de revisão.

Sinônimo: lauda.

Contexto: *A lauda de revisão e a literatura paga bem menos, tá, paga bem menos, então, novamente o que eu vou falar que é uma média que eu vejo praticada pelo mercado [córpus]* .

lauda de tradução (s.f.) lauda utilizada na tradução.

Informação enciclopédica: O Sindicato Nacional dos Tradutores (Sintra) utiliza a lauda de tradução literária de 2.100 caracteres com espaço, equivalendo essa medida a 30 linhas com até 70 caracteres cada uma. Na tradução juramentada, a lauda inclui 25 linhas com 50 caracteres, aproximadamente 1.250 caracteres com espaço.

Sinônimo: lauda.

Contexto: *Em muitos casos, o trabalho proposto era bem diferente do trabalho que ele de fato realizava: a ele era solicitado o trabalho de revisão de sintaxe de um texto traduzido por um profissional especializado e, na prática, isso significava tornar o texto legível, ou seja, reescrevê-lo completamente e pela metade do preço pago pela lauda de tradução [córpus].*

lauda jornalística (s.f.) lauda utilizada no meio jornalístico.

Sinônimo: lauda.

Contexto: *A lauda jornalística, em geral, continha um número entre 20 e 25 linhas com 60 a 70 caracteres por linha ou um total entre 1200 a 1750 caracteres por lauda [cópus].*

nichos (s.m.) categorias ou segmentos de determinada área, cujas características são semelhantes.

Informação enciclopédica: Na revisão de textos, há, dentre outros, o nicho acadêmico, o publicitário, o literário e o empresarial. No senso comum, nichos compreendem as áreas, ou seja, os domínios de especialidade.

Sinônimo: segmento; categoria; eixo; área; setor.

Contexto: *Criar materiais que interessem seu nicho é uma ótima forma de começar a juntar leitores e clientes ao seu redor [cópus].*

normalização (s.f.) processo de revisão responsável por adequar e organizar os elementos de um texto com base em alguma norma.

Remissiva: formatação; padronização; normatização; preparação.

normatização (s.f.) processo de revisão que elabora normas com a finalidade de padronizar um texto.

Sinônimo: formatação; normalização; padronização.

Contexto: *Na parte textual, é preciso seguir a normatização da coleção ou da editora para organizar os elementos e aplicar um padrão ortotipográfico que oriente a estrutura do livro [cópus].*

orçamento (s.m.) documento com a estimativa do custo de um serviço. Nele, estão dispostos o serviço solicitado, o prazo para sua execução e o preço estipulado. Ele pode ser feito nas etapas pré-textual, textual e pós-textual.

Sinônimo: proposta; contrato.

Contexto: *Para receber um orçamento, é importante que você envie seu texto para nós por WhatsApp, email nossa proposta [cópus].*

original (s.m.) texto – escrito na mesma língua ou em outra – que ainda não passou pelo processo de edição.

Sinônimo: texto; primeira versão.

Contexto: *Concluída a adaptação e enviado o original, ele é avaliado e aprovado [cópus].*

padronização (s.f.) processo de revisão responsável por adequar e organizar os elementos de um texto com base em alguma norma.

Remissiva: formatação; normalização.

página (s.f.) unidade de medida referente a cada um dos lados de um papel ou de um arquivo.

Sinônimo: lauda; folha.

Contexto: *Nos quadros apresentados a partir desta página, a célula cinza indica não ocorrência do passo [cópus].*

prazo (s.m.) quantidade de dias para editar um texto, solicitado pelo cliente, pelo profissional ou pela instituição. Há um prazo ideal para que o texto seja tratado de forma adequada, no entanto, há um prazo determinado para a entrega do serviço.

Informação enciclopédica: O prazo é calculado a partir de algumas variáveis, como tempo necessário do serviço, demanda do profissional, serviço contratado e investimento.

Sinônimo: data de entrega.

Contexto: *Diferentes tipos de texto possuem diferentes tipos de prazos [cópus].*

preparação (s.f.) processo de edição responsável por preparar o texto no sentido de identificar e corrigir erros gramaticais e/ou padronizar o arquivo de acordo com as normas ABNT, da revista ou da instituição. É reconhecida como a primeira limpeza do texto, feita geralmente por editoras.

Sinônimo: preparação de textos; preparação de originais; preparação textual; normalização; copidesque; formatação; padronização; revisão.

Contexto: *As atividades relativas à adequação do texto que dizem respeito à organização, normalização e revisão dos originais são chamadas de preparação [cópus].*

preparação de originais (s.f.) processo de edição realizada geralmente nas editoras. A preparação pode ser feita após a tradução – quando o texto é estrangeiro – ou após a edição – quando o texto é nacional.

Sinônimo: preparação; preparação de textos; preparação textual; normalização; copidesque; formatação; padronização; revisão.

Contexto: *A preparação de originais e copidesque consiste em um trabalho voltado basicamente para editoras, mas também pode ser contratado por um/a autor/a independente [cópus].*

preparador (s.m.) profissional do texto responsável pela preparação.

Sinônimo: preparador; copidesque; revisor.

Contexto: *Há revisores que não veem diferença específica entre preparador/a e copidesque, pois a nomenclatura é definida pela empresa que contrata e o trabalho a ser realizado pode ser o mesmo [cópus].*

produção da obra (s.f.) **1.** conjunto de ações feitas pelo autor ou escritor para elaborar um texto. **2.** desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento do texto por um profissional do texto, por exemplo, o editor, o tradutor e o revisor. **3.** conjunto de processos para criar uma obra.

Informação enciclopédica: Um texto pode ser encomendado, como editoras e revistas científicas fazem com pesquisadores. O mesmo vale para instituições EaD, agências de publicidade e cursos profissionalizantes, os quais, cada um a seu modo, solicitam a um profissional a criação de um objeto editorial.

Contexto: *Tanto o tradutor quanto o fotógrafo interferem na produção da obra graças às suas próprias percepções e experiências [cópus].*

profissionais do texto (s.m.) profissionais cujo objeto de trabalho é o texto, avaliando-o, editando-o, traduzindo-o e revisando-o.

Informação enciclopédica: Editor, preparador, copidesque, tradutor e revisor são exemplos de profissionais do texto.

Contexto: *Do mesmo modo, revisor, que pode remeter a diferentes profissionais do texto, é empregado para denominar quem avalia esses artigos, assim como revisor ad hoc, parecerista ou avaliador [cópus] .*

reescrita (s.f.) processo de edição que busca escrever novamente o texto, corrigindo os erros e/ou aperfeiçoando a escrita. A reescrita é parte fundamental da escrita, feita pelo revisor ou pelo professor a fim de estimular a reflexão do aluno ou do cliente para melhorar a informação.

Informação enciclopédica: O termo é comum no ambiente escolar e pode ser, para alguns autores, um conceito inadequado na revisão, uma vez que o revisor não tem a intenção de reescrever o texto do autor/cliente. O profissional do texto redige trechos mal formulados, com erros de escrita e confusos, caso essa tarefa for acordada com o autor/cliente.

Contexto: *Portanto, a reescrita é consequência de uma série de ações realizadas pelos alunos, impulsionadas pela revisão do professor, incluindo a leitura, a revisão e a reflexão, características da concepção de escrita como trabalho [cópus].*

Remissiva: Cf. copidesque; autorrevisão; revisão.

revisão (s.f.) **1.** processo de edição responsável por adequar o texto e torná-lo claro para sua publicação. A revisão envolve identificar e corrigir erros, adequar o texto de acordo com normas (de formatação e de gramática) e/ou aperfeiçoar a escrita, levando em consideração o público-alvo, os objetivos do texto e o meio de circulação. **2.** processo de intervenção mais profunda no texto com vistas a transmitir a mensagem da melhor forma para o leitor. **3.** processo de edição feita após a edição, a tradução, a preparação e o copidesque com a finalidade de verificar o que passou nas etapas anteriores e corrigi-las para a publicação do texto.

Informação enciclopédica: O termo revisão é genérico (hiperônimo) e compreende uma série de operações, o que sempre implica inserção, corte, reformulação, correção ou algo do tipo para um texto.

Sinônimo: revisão de textos; revisão textual; revisão de provas; preparação; copidesque.

Contexto: *Quando falamos de revisão de textos, em geral, revisão é usado como um termo guarda-chuva para definir diferentes etapas do tratamento editorial, como a preparação, o copidesque e a revisão de provas, assim como revisor, que refere quem realiza essas etapas, independentemente do que se espera de cada uma delas em determinada equipe [córpus].*

revisão acadêmica (s.f.) processo de revisão de textos acadêmicos, como TCC, artigo científico, dissertação de Mestrado, tese de Doutorado, projeto de pesquisa, entre outros. Nesse nicho, a revisão pode ser interpretada como a junção de dois processos: a formatação e a revisão textual.

Informação enciclopédica: Nesse tipo de revisão, estão incluídas correções de escrita e formatação do arquivo, geralmente, conforme as normas da faculdade, da revista e da ABNT.

Sinônimo: revisão textual; revisão de textos; revisão de dissertações e teses; revisão de artigos científicos; revisão de textos acadêmicos.

Contexto: *A revisão acadêmica pode solucionar da melhor forma possível as questões de comunicabilidade textual com o aval do autor quando é feita de modo interativo [córpus].*

revisão crítica (s.f.) processo de revisão responsável, principalmente, por identificar e apontar problemas de cunho metodológico no texto, a saber: tema pouco desenvolvido, falha de progressão textual, incoerência no objetivo da pesquisa, escolha inadequada de metodologia etc.

Informação enciclopédica: Nem sempre a revisão crítica engloba a revisão textual, pois busca, geralmente em pesquisas acadêmicas, identificar e propor soluções para trechos mal-elaborados. Além disso, a leitura crítica abarca dicas com relação ao gênero textual.

Sinônimo: revisão de textos; leitura crítica.

Contexto: *Em terceiro lugar, a revisão de boa qualidade é derivada da crítica textual – para situar os estudos da revisão como orientados em função do exercício da revisão crítica adequada [córpus].*

revisão de conteúdo para web (s.f.) processo de revisão realizado em textos que serão publicados na internet, tais como *blogs*, *sites* e *posts*.

Informação enciclopédica: São necessários conhecimentos de *branding* e *marketing*, sobretudo nas redes sociais, para que a revisão seja eficaz. Conhecer a persona (o público-alvo) e o funcionamento da ferramenta (algoritmo, forma de postagem, por exemplo) é o que faz um bom revisor desse nicho.

Sinônimo: revisão de web; revisão de redes sociais; revisão textual.

Contexto: *Se antes esses profissionais trabalhavam essencialmente com livros e artigos acadêmicos, hoje boa parte do que fazem é revisar conteúdo para a web* [cópus].

revisão de periódicos científicos (s.f.) processo de revisão responsável por artigos científicos, o qual envolve questões de gramática, de formatação, de metodologia e de temática.

Sinônimo: revisão textual; revisão acadêmica.

Contexto: *O que se entende por revisão em periódicos científicos? Essa foi a pergunta que inicialmente deu fôlego ao projeto desta pesquisa, no qual pretendíamos estudar as etapas editoriais compreendidas no termo revisão em periódicos* [cópus].

revisão de português (s.f.) processo de revisão que identifica e corrige desvios gramaticais, buscando adequar a escrita do texto. Há circunstâncias nas quais a revisão de português vai além da gramática e visa aperfeiçoar a escrita por meio de intervenções mais profundas, a saber: coerência, coesão, escolha lexical e vícios de linguagem.

Sinônimo: revisão de textos; revisão ortográfica; revisão gramatical; revisão textual.

Contexto: *Depois de pronto, o texto passa pela primeira revisão de português e técnica e, posteriormente, é encaminhado para a preparadora/revisora* [cópus].

revisão de provas (s.f.) processo de revisão responsável pela checagem final do texto, o que engloba a revisão de desvios gramaticais, a conferência do boneco e adequação às normas da instituição.

Informação enciclopédica: É um processo comum nas editoras e feito após a diagramação, ou seja, com o texto impresso. Pode haver mais de uma revisão de prova a depender, dentre outros fatores, da necessidade do texto, do orçamento da editora e do prazo de publicação.

Sinônimo: revisão de textos; revisão final; revisão textual.

Contexto: *Ao delimitar os tipos de sub-revisão na revisão de provas, constata-se que a leitura do profissional não pode se deter apenas nos elementos do código linguístico* [cópus].

revisão editorial (s.f.) processo de revisão feito em editoras, com foco nas adequações do texto com base nas normas da instituição.

Sinônimo: revisão de textos editoriais; revisão de livros; revisão textual; revisão gramatical; edição de textos.

Contexto: *Já a revisão editorial é o trabalho de correção de erros gramaticais e até mesmo da forma como o autor se expressa em um texto* [cópus].

revisão em tela (s.f.) processo de revisão feito em alguma ferramenta tecnológica, como celular e computador.

Sinônimo: revisão textual.

Contexto: *Além disso, profissionais de texto que desejem ingressar no meio editorial como revisores ou preparadores precisam conhecer as convenções, peculiaridades e práticas desse mercado, tais como características e limites de cada etapa de trabalho com o texto e os procedimentos-padrão empregados na revisão em tela e na revisão em papel [córpus].*

revisão final (s.f.) processo de revisão responsável pela última conferência do texto, de modo a verificar inadequações que passaram e lapidar a escrita.

Sinônimo: revisão de provas; revisão de textos; revisão textual.

Contexto: *Quando meu livro Teia Negra estava passando pela revisão final, um detalhe quase passa despercebido [córpus].*

revisão gramatical (s.f.) processo de revisão responsável por identificar e corrigir desvios gramaticais conforme a norma padrão, tais como pontuação, crase, concordância, regência, paralelismo etc.

Informação enciclopédica: Em alguns casos, a revisão gramatical integra a adequação ortográfica do texto.

Sinônimo: revisão de português; revisão ortográfica e gramatical; revisão textual.

Contexto: *Uma revisão simples de um texto acadêmico não inclui formatação ou revisão de formatação, apenas revisão gramatical [córpus].*

revisão juramentada (s.f.) processo de revisão que identifica e corrige desvios que passaram na tradução juramentada, de modo que adequa e aperfeiçoe a escrita para o objetivo do documento.

Sinônimo: revisão de textos traduzidos; revisão de textos; revisão de tradução; revisão de tradução juramentada.

Contexto: *Por essa razão, além das traduções, também colocamos ao seu dispor nosso serviço especializado de revisão de textos traduzidos de qualquer tipo de documento [córpus].*

revisão linguística (s.f.) processo de revisão responsável por questões gramaticais, estruturais e formais do texto.

Informação enciclopédica: Na perspectiva linguística, a revisão preza pelas variações da língua, com o intuito de deixar o texto claro e coerente com o público e o gênero.

Sinônimo: revisão de textos; revisão de português; revisão gramatical; revisão de língua portuguesa.

Contexto: *Dessa forma, não se trata mais de fazer uma revisão linguística, como se costuma associar a esse processo de intervenção editorial, mas sim de realizar uma intervenção com propósito sobretudo normatizador em várias dimensões: ortotipográfica, editorial, gramatical e também estilística [cópus].*

revisão literária (s.f.) processo de revisão de textos literários, como poesia, poema, conto, romance e livro.

Sinônimo: revisão de texto literário; revisão de textos.

Contexto: *Ela poderá ser também uma 'revisão literária', em que há uma intervenção do revisor, tanto no estilo quanto no conteúdo [cópus].*

revisão open peer review (s.f.) processo de revisão feita em periódicos. Diferente da revisão por pares, que é feita às cegas, a revisão *open peer review* é aberta tanto para autores quanto para avaliadores. Assim, ambos são identificados desde a submissão do texto.

Sinônimo: revisão por pares aberta; revisão de textos.

Contexto: *Apenas um dos respondentes (Editor 101) utiliza o tipo de revisão open peer review e avaliação aberta, na qual autores e avaliadores são identificados mutuamente [cópus].*

revisão ortográfica (s.f.) processo de revisão responsável por adequar os desvios de ortografia de acordo com o Novo Acordo Ortográfico.

Sinônimo: revisão de ortografia; revisão de normas ortográficas; revisão de textos.

Contexto: *Uma revisão ortográfica é mais uma leitura geral pra ver o que que dá para tirar o que que dá para pôr [...] [cópus].*

revisão por pares (s.f.) processo de revisão que almeja garantir a qualidade na produção científica por meio de correções, críticas e sugestões no texto submetido a um periódico. Ele é feito normalmente às cegas por dois especialistas da área que irão avaliar, aceitar ou rejeitar o texto enviado.

Sinônimo: revisão técnica; revisão às cegas; revisão de textos.

Contexto: *Apesar das críticas, o sistema de revisão por pares ainda é o mais eficiente método para se garantir a qualidade da publicação científica, proporcionando credibilidade ao conhecimento científico publicado, como será abordado a seguir [cópus].*

revisão primária (s.f.) processo de revisão que se configura como uma primeira intervenção no texto.

Sinônimo: preparação; copidesque; revisão de textos.

Contexto: *Revisão primária confunde-se com o copidesque [copy desk] ou com preparação de texto [revision]; aponta incoerências, repetições, uso incorreto da língua e falta de normalização [cópus].*

revisão publicitária (s.f.) processo de revisão de textos publicitários, como anúncio, peça, *outdoor*, propaganda, comercial etc.

Informação enciclopédica: Nesse nicho, a revisão envolve, principalmente, a adequação de anúncios aos objetivos da empresa ou agência de publicidade (linguagem verbal e não verbal) sem ferir as leis vigentes.

Sinônimo: revisão de textos; revisão de textos publicitários.

Contexto: *A revisão publicitária é a correção de textos escritos por redatores. A finalidade desses artigos é fazer a divulgação de algo que pode ser um produto ou serviço, mostrando para o público quais são suas características e benefícios [cópus].*

revisão secundária (s.f.) processo de revisão que se configura como uma segunda intervenção no texto.

Sinônimo: preparação; copidesque; revisão de textos.

Contexto: *Revisão secundária verifica uniformidade e constância temporal e pessoal das formas verbais, vícios de eufonia, linguagem oral ou desconhecimento etimológico, clareza, ordenação sintática e hierarquização das ideias [cópus].*

revisão técnica (s.f.) **1.** processo de revisão responsável por verificar o tema discutido diante da proposta do autor, envolvendo escolha lexical, coerência, veracidade das informações etc. **2.** revisão feita por um profissional especialista na mesma área do texto. **3.** revisão acionada para quando há muitas dúvidas no texto referentes à formatação e à escrita.

Informação enciclopédica: A revisão técnica é feita normalmente em trabalhos acadêmicos.

Sinônimo: revisão de conteúdo; revisão por pares; revisão de textos.

Contexto: *A revisão técnica é indicada para textos acadêmicos. Se seu texto for ficcional, mas você achar necessário revisar termos técnicos específicos, indicamos o serviço de preparação textual [cópus].*

revisão textual (s.f.) **1.** processo de edição responsável por adequar o texto a fim de torná-lo claro para sua publicação. **2.** processo de intervenção mais profunda no texto com vistas a transmitir a mensagem da melhor forma para o leitor.

Remissiva: Cf. revisão.

revisão tipográfica (s.f.) processo de revisão cujo foco é adequar os tipos (as fontes) de um texto de acordo com a mensagem a ser passada, garantindo legibilidade e leitura.

Sinônimo: revisão de textos; revisão de tipografia; revisão de provas; revisão editorial; formatação; revisão de provas tipográficas.

Contexto: *Precusores dos atuais revisores de texto, segundo o autor, esses profissionais tinham grande preparo intelectual e eram os tipógrafos “mais inteligentes e mais eruditos”, de modo que os impressores que mais se preocupassem com a revisão tipográfica adquiriam fama pelas edições corretas [córpus].*

revisor (s.m.) profissional do texto responsável pela revisão. A respeito disso, há duas possibilidades: (i) o revisor é o termo hiperônimo que abarca todos os processos que revisam uma obra e (ii) o revisor consiste no profissional que faz apenas a conferência final do texto, ou seja, na última etapa.

Informação enciclopédica: Tendo em vista a revisão como o processo de padronização, correção e aperfeiçoamento do texto, o revisor pode equivaler a preparador, copidesque e revisor de provas. Sendo assim, trata-se de um termo hiperônimo para se referir a qualquer profissional que revisa uma obra. Além disso, pode-se considerar o revisor de textos apenas como aquele que faz uma revisão final.

Sinônimo: revisor de provas; preparador; revisor textual; copidesque.

Contexto: *É indispensável que o revisor fique atento a essas deficiências condenadas pelo mercado, pois as narrativas transmídia, pelo seu potencial de expansão e sobreposição, tendem a exigir muito mais desse profissional [córpus].*

seleção do original (s.f.) processo de escolher o texto que atende às diretrizes da editora para ser editado e, conseqüentemente, publicado.

Sinônimo: edição de textos.

Contexto: *Dentro de cada uma, o profissional atua em várias etapas do processo de edição - da seleção de originais à produção gráfica, da consultoria de tendências editoriais à revisão de um produto [córpus].*

sobra de copi (s.f.) marcas do processo de copidesque identificadas na diagramação. Tais marcas se referem a erros que passaram pela revisão.

Sinônimo: sobra de copidesque.

Contexto: *Os termos sobra de copi e sobra de revisão foram definidos como marcas do processo de Edição [córpus].*

sobra de revisão (s.f.) marcas do processo de revisão identificadas na diagramação, como erros de escrita e formatação textual.

Contexto: *Os termos sobra de copi e sobra de revisão foram definidos como marcas do processo de Edição [córpus].*

tradução (s.f.) processo de edição responsável por interpretar o texto na língua de partida (idioma diferente) e colocá-lo na língua de chegada (idioma em que será publicado). Buscam-se equivalentes ou correspondentes para manter o sentido da obra original.

Contexto: *Tradução é uma atividade textual e, portanto, apenas duas habilidades estão envolvidas: escrita e leitura [cópus].*

tradução comentada (s.f.) **1.** processo de edição que faz comentários em uma obra estrangeira. **2.** obra traduzida acompanhada de paratextos, como comentários e notas de rodapé, que auxiliam na leitura e na compreensão do texto. A tradução comentada tem função pedagógica. **3.** modalidade de pesquisa introspectiva, em que se traduz o texto simultaneamente à escrita dos comentários, cujos comentários auxiliam a interpretação do texto.

Contexto: *A tradução juramentada deve ser realizada toda vez que for necessário cumprir essa formalidade mediante leis internacionais, a fim de que a entrega de documentos seja validada pelas autoridades de outros países [cópus].*

tradutor (s.m.) profissional do texto responsável pela tradução.

Contexto: *A posição do tradutor nesse processo é um assunto muito caro a esse autor, e a análise de sua situação dentro da demanda pelo texto fluente na tradução desemboca no viés político que sua obra assumiu [cópus].*

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com séculos de prática de edição e revisão, tais ofícios buscam seu reconhecimento perante a sociedade, haja vista que a Edição enfrenta problemas de consolidação – são indispensáveis princípios, métodos, terminologias e processos bem-definidos. A respeito da Edição de Textos, podemos dizer que o campo não se estabeleceu completamente, uma vez que há uma variação na forma como as coisas são entendidas e praticadas, ou seja, há uma terminologia flutuante. Segundo Cabré (1999), a imprecisão terminológica pode acontecer em qualquer área, contudo, ela salienta que a flutuação conceitual e denominativa encontra um agravante em áreas que estão em consolidação.

Vale frisar que a variação não é uma problemática, mas sim a falta de sistematização do campo, isto é, de uma organização mínima acerca dos termos da Edição – quais os nomes dos processos e o que significa cada um deles. Como isso não tinha sido feito até o momento, um problema se instaurou: a instabilidade terminológica. Assim, a comunicação entre profissionais do texto e entre profissionais e clientes ficou prejudicada, posto que são vários os termos para se referir a um mesmo processo, e vice-versa.

Para minimizar a instabilidade dos termos, surgiu esta tese, cujo objetivo foi descrever, analisar e sistematizar o léxico da Edição de Textos e, por consequência, fazer com que as pessoas – especialistas ou não – se entendam apesar da variação do campo. Com esse propósito, admitimos a perspectiva terminológica descritiva, denominada Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999), bem como o aporte teórico de base discursiva, especialmente de origem francesa (Bourdieu, 1994; Maingueneau, 2005; Salgado, 2007).

Contamos com etapas metodológicas fundamentadas na TCT, na Linguística de Corpus e na Linguística Computacional, utilizando ferramentas semiautomatizadas que otimizaram os dados. Todavia, ao desenvolver a pesquisa, reconhecemos dois impasses que interferem diretamente na situação da Edição. O primeiro é a ausência de obras de referências, pois, apesar de termos tentativas de debater o tema, não tinham sido elaborados materiais de cunho teórico-metodológico. Também não foram desenvolvidos estudos que propusessem um caminho para solucionar ou, ao menos, minimizar a instabilidade. O segundo problema é mais profundo: a Edição nunca havia sido reconhecida como um campo (sociológico), o que faz toda a diferença na maneira de enxergar e lidar com a área.

Como um domínio é um dos elementos constitutivos do campo (de acordo com a perspectiva bourdieusiana) – um conjunto de entendimentos e dizeres necessários –, foi preciso, neste trabalho, sistematizar a terminologia da Edição para torná-la reconhecida, sobretudo como um campo. Ademais, na direção do que propõe Muniz Júnior (2018), constatamos que a Edição

é um entrecampo, na medida em que o profissional trabalha com textos de outros campos. Ser um entrecampo, nesse sentido, fortalece o problema da instabilidade, considerando que os processos (e os nomes) variam conforme o campo (literário, científico e publicitário, por exemplo). Importa salientar que, como mencionado neste trabalho (de cunho terminológico), admitimos como sinônimos os termos campo, domínio e área de especialidade na redação deste texto.

Em vista disso, propomos uma sistematização da terminologia do campo: (i) delimitamos os processos pré-textuais, textuais e pós-textuais da Edição de Textos, (ii) descrevemos a Terminologia da área, identificando as imprecisões, (iii) analisamos os dados e (iv) elaboramos os verbetes. Tendo em mente esses aspectos, construímos o *cópus* da Edição, denominado *EdiTe*, com 953 textos, geramos listas de termos da Edição (totalizando 940 termos da área), desenvolvemos a estrutura conceitual da Edição e, por último, criamos e preenchemos a base definicional e a ficha catalográfica dos 70 termos escolhidos.

Como uma proposta para descrever a adversidade e, em seguida, minimizar as inquietações da área, apresentamos verbetes de um dicionário monolíngue em língua portuguesa referente à prática de tratamento de um texto. O verbete inclui termo, classe morfológica, definição terminológica e, se necessário, informação enciclopédica, sinônimo, contexto e remissiva.

Nesta tese, levando em consideração que se trata de uma pesquisa descritiva, as definições terminológicas compreendem as práticas do campo, sem a intenção de padronizar uma forma de entendimento. Em outras palavras, não nos restringimos a melhor ou a mais adequada definição, nem excluimos as já existentes – elas contribuíram muito para o que fizemos aqui. Esse é um caminho, e não o único, como tudo o que temos na Edição e nos Estudos do Léxico.

Elaborar dicionários, a nosso ver, elucida conceitos e é uma ação plausível e concreta para buscar a solução de algumas confusões que há em determinadas áreas, como na Edição. Não obstante, o que acontece na Edição é um caso de variação terminológica, inerente à língua, e, por esse motivo, um dicionário não conseguiria sanar o problema – e nunca irá.

Dicionários têm como função principal registrar o léxico – especializado ou não – de uma língua em determinado momento, armazenando informações para consulta do público-alvo. Ao fazerem isso, colaboram para a constituição de um campo, tal qual a Edição. Outrossim, acreditamos que os profissionais de texto conseguirão ver, no dicionário, um pouco do que fazem, mesmo com diferenças de nome, de sentido e de ordem. Tivemos, então, de indicar o óbvio (ou não tão óbvio) percurso do texto, expor o que acontece nele (e que nem

sempre é conhecido, pois não existe um padrão), colocar nomes (nas coisas que ainda não têm) e elaborar definições (para aquilo que ainda não sabemos explicar).

Em face aos resultados obtidos, salientamos que o objetivo do trabalho foi cumprido, dado que descrevemos, analisamos e sistematizamos o domínio da Edição de Textos, apresentando 70 verbetes que visam oferecer a estudantes, pesquisadores, profissionais e professores da área uma referência sobre o assunto, fazendo com que eles se entendam.

Esta tese auxilia, portanto, pesquisas relacionadas ao tema, como a Terminologia e a Edição. Convém afirmar, por fim, que a questão pode e deve ser debatida por outros pesquisadores, fazendo com que o domínio (ou campo) seja cada vez mais reconhecido, valorizado e sistematizado, consolidando-se.

REFERÊNCIAS

- ADORNE, F. C. Terminologia e textos de especialidade na área de políticas culturais no Brasil. **Debate terminológico**, [s. l.], n. 8, p. 42-52, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/riterm/article/view/29881>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- ALMEIDA, G. M. B. **Teoria Comunicativa da Terminologia**: uma aplicação. 2000. v. 1. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2000a.
- ALMEIDA, G. M. B. **Teoria Comunicativa da Terminologia**: uma aplicação. 2000. v. 2. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2000b.
- ALMEIDA, G. M. B. O percurso da Terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. **Tratam**, São Paulo, v. 9, p. 211-222, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49087>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- ALMEIDA, G. M. B. Fazer Terminologia é fazer Linguística. In: PERNA, C. L.; DELGADO, H. C.; FINATTO, M. J. (org.). **Linguagens especializadas em corpora**: modos de dizer e interfaces de pesquisa. 1. ed. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2010. v. 1, p. 72-90.
- ALMEIDA, G. M. B. **Terminologia e estruturas conceituais**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 07 dez. 2020. Apresentação do Powerpoint. Acesso em: 25 abr. 2023.
- ALMEIDA, G. M. B.; OLIVEIRA, L. H. M. de; ALUÍSIO, S. M. A Terminologia na era da Informática. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 58, n. 2, p. 42-45, 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200016. Acesso em: 31 mar. 2023.
- ALMEIDA, G. M. B.; SOUZA, D. S. L. de; PINO, D. H. P. A definição nos dicionários especializados: proposta metodológica. **RIterm** – Debate terminológico, [s. l.], n. 3, p. 1-20, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/riterm/article/view/23812/13814>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- ALUÍSIO, S. M.; ALMEIDA, G. M. B. O que é e como se constrói um corpus? Lições aprendidas na compilação de vários corpora para pesquisa linguística. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 4, n. 3, p. 156-178, 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6002>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- ANDERSON, F. C. A (não) relação entre tradutores e copidesques no processo de edição de obra estrangeira. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 37-67, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25340/25340.PDF>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- ANDRADE, C. D. de. **Poesias**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1942.
- ANDRADE, J. Saiba quais são os principais tipos de revisão de texto. **TALENTNETWORK** by rockcontent, [s. l.], 21 jan. 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/talent-blog/tipos-de-revisao/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

ARAÚJO, E. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008 [1986].

BACELLAR, L.; GUERRA, S. [Canal] Escreva Seu Livro. **YouTube**, [s. l.], 30 ago. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/@escrevaseulivro>. Acesso em: 1 abr. 2024.

BAKER, P.; HARDIE, A.; McENERY, T. **A glossary of corpus linguistics**. Edinburgh: University Press, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 [1979].

BALESTERO, M. S. **Definições terminológicas para o processo de intensificação agropecuária**: termos referentes a “clima”, “termo”, “água” e “solo”. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

BALESTERO, M. de S. **Definições terminológicas da Revisão de Textos**: estudos iniciais para a elaboração de um glossário. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d6e31465-32ab-493a-b59f-8b1c76dabc5c/content>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BALESTERO, M. S.; ALMEIDA, G. M. B; PIEROZZI JUNIOR, I. Quando o especialista de domínio e as novas tecnologias entram em cena: impactos na definição terminológica. **Linguasagem**, São Carlos, v. 30, n. 1, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/197125/1/AP-Linguasagem-Ivo.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2019.

BARALO, M. La competencia léxica en el Marco común europeo de referencia. **Carabela**, Madrid, n. 58, p. 27-48, 2005. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/carabela/pdf/58/58_027.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.

BARBARÁ, S. **Gestão por processos**: fundamentos, técnicas e modelos de implementação. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, I. M. (org.). **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001. p. 23-46.

BARROS, L. A. **Curso Básico de Terminologia**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J.; LASSILA, O. The Semantic Web. A new form of Web content that is meaningful to computers will unleash a revolution of new possibilities. **Scientific American**, [s. l.], p. 1-4, 2001. Disponível em: <https://www->

sop.inria.fr/acacia/cours/essi2006/Scientific%20American_%20Feature%20Article_%20The%20Semantic%20Web_%20May%202001.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

BIBER, D. Representativeness in Corpus Design. **Literary and Linguistic Computing**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 243-257, 1993. Disponível em: <http://otipl.philol.msu.ru/media/biber930.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BIBER, D.; CONRAD, S.; REPPEN, R. **Corpus linguistics**: Investigating language structure and use. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BIDERMAN, M. T. Conceito linguístico de palavra. **Palavra**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 81-97, 1999.

BIDERMAN, M. T. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 35-37, 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200014. Acesso em: 25 abr. 2023.

BOURDIEU, P. **Méditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1994.

BRAGANÇA, A. Sobre o editor: Notas para a sua história. **Em Questão**, Porto Alegre, vol. 11, n. 2, p. 219-237, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9932>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, 31 out. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10753-30-outubro-2003-497306-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sra. Talíria Petrone. Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço público. **Projeto de Lei n.º 5.084, de 2020**. Regulamenta a profissão de revisor de textos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1967655. Acesso em: 20 maio de 2023.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida, 1993.

CABRÉ, M. T. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 1-15, 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/567>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación – elementos para una teoría de base comunicativa y outros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 5084/2020 Inteiro teor. [Tramitação]. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2264951#:~:text=PL%205084%2F2020%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Regulamenta%20a>

%20profiss%C3%A3o%20de%20revisor%20de%20textos.&text=Regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20profissional%2C%20Revisor%20de%20textos. Acesso em: 27 jan. 2024.

CAMBRIDGE UNIVERSITY. Cambridge Dictionary. **Cambridge University Press & Assessment**, Cambridge, [2023]. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CÂNDIDO, G. V.; CASTRO, J. D. B.; RANGEL, A. R. L.; BORGES, R. M. Mercado de trabalho para o revisor de texto: um estudo no polo educacional no ensino superior de Anápolis. **Revista Plurais** – Virtual, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 106-123, 2011.

CARVALHO, C. A. **A tradução para legendas: dos polissistemas à singularidade do tradutor**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6613/6613_1.PDF. Acesso em: 27 jan. 2024.

CASTRO, B. A. Qual a diferença entre mapa, modelo e diagrama de processos? **Zeev**, [s. l.], [2024]. Disponível em: <https://blog.zeev.it/qual-a-diferenca-entre-mapa-modelo-e-diagrama-de-processos/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994, v. 1.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary Del Priore. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CLARES, L. M. **Ritos genéticos editoriais do impresso ao audiolivro: o revisor de textos e as manobras de intervenção**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: https://grupopesquisacomunica.files.wordpress.com/2016/04/tcc_letc3adciacldares-ritos-genc3a9ticos-editoriais-do-impresso-ao-audiolivro-o-revisor-de-textos-e-as-manobras-de-intervenc3a7c3a3o.pdf. Acesso em: 31 mar. 2023.

CLARES, L. M. **Mediação editorial na comunicação científica: um estudo de dois periódicos de humanidades**. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://grupopesquisacomunica.files.wordpress.com/2016/04/dissertacao_leticiacldares-versaocorrigida.pdf. Acesso em: 31 mar. 2023.

COELHO NETO, A. **Além da revisão: critérios para revisão textual**. 3. ed. Brasília: Editoria Senac, 2013.

COLETIVO de revisores de textos. [**Grupo Privado no Facebook**]. [S. l.], Facebook: Coletivo de Revisores de Textos, 30 out. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/806707353476790>. Acesso em: 1 abr. 2024.

COMPAN, L. [**Perfil**]. [S. l.], [2024]. Instagram: @tradutorinicianteoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/tradutorinicianteoficial/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

CONVERSAS sobre edição e revisão. [S. l.: s. n.], 2020. Publicado pelo canal Comunica. 6 vídeos (440 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/@GrupodePesquisaComunica>. Acesso em: 1 abr. 2024.

COUTO, G. [Canal] Gleice Couto. **YouTube**, [s. l.], 17 fev. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/@GleiceCouto>. Acesso em: 1 abr. 2024.

DEEPL SE. Página inicial. **Linguee** - Dicionário inglês-português e buscador de traduções, [s. l.], [2023]. Disponível em: <https://www.linguee.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DOMÉNECH, E. V. **Patrones de la definición terminológica en el ámbito de la cerámica: una contribución a la automatización de las definiciones**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universitat Jaume I, Castelló de La Plana, 2014.

DUBUC, R. Manual práctico de terminología. Tradução de Ileana Cabrera. Santiago: RiL Editores, 1999.

FARIAS, E. M. P. U. A relação entre o léxico e o dicionário. **Revista de Letras**, Fortaleza, [s. l.], v. 1, n. 20, p. 77-80, 1998. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2118>. Acesso em: 27 jan. 2024.

FAULSTICH, E. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. **Tradterm**, São Paulo, v. 7, n. 7, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49140>. Acesso em: 27 jan. 2024.

FAULSTICH, E. Variação em terminologia: aspectos de socioterminologia. In: RAMOS, G. G.; PÉREZ LAGOS, M. F. (coord.). **Panorama actual de la terminología**. Granada: Comares, 2002. p. 65-91.

FINATTO, M. J. B. **Definição terminológica: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação**. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1516>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FINATTO, M. J. B. O papel da definição de termos técnico-científicos. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 73-97, 2002. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/729>. Acesso em: 27 jan. 2024.

FROTA, M. P. A singularidade na escrita tradutora. **Linguagem e subjetividade nos estudos de tradução, lingüística e psicanálise**. Campinas: Pontes/Fapesp, 2000.

GOMES, M. Radiografia do mercado de trabalho em editoração. **Cadernos de Jornalismo e Editoração**, São Paulo, n. 22, p. 13-60, 1988.

HARRINGTON, H. J. **Aperfeiçoando processos empresariais**. São Paulo: Makron Books, 1993.

HOFFENBERG, T. **ReversoDicionário**, 2. ed., [s. l.], [2023]. Disponível em: <https://dicionario.reverso.net/ingles-portugues/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

HOUAISS, A. **Elementos de bibliologia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Ministério da Educação e Cultura, 1967.

IKONN, A.; RANDAS, U. J. **Cinco minutos por dia**: um diário para uma vida melhor. Tradução de Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

ISO 1087. **Terminology work** – vocabulary. Genève: International Standard Organization, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/312608/mod_resource/content/1/ISO_1087-1_2000_PDF_version_\(en_fr\)_CPDF.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/312608/mod_resource/content/1/ISO_1087-1_2000_PDF_version_(en_fr)_CPDF.pdf). Acesso em: 27 jan. 2024.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (org.). **As Ciências do Léxico**: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2004. v. 2.

ISQUERDO, A. N.; ALVES, I.M. (org.) **As Ciências do Léxico**: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007. v. 3.

JANKOVIC, E. K.; CICILIATO, R. X.; FERNANDES, B. T. L. **Fundamentos históricos do direito**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2016.

KASAMA, D. Y.; ZAVAGLIA, C.; ALMEIDA, G. M. de B. Do termo à estruturação semântica: representação ontológica do domínio da nanociência e nanotecnologia utilizando a estrutura Qualia. **Linguamática**, Braga, v. 2, n. 3, p. 43-58, 2010. Disponível em: <https://linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/view/73>. Acesso em: 27 jan. 2024.

KELLOGG, M. **WordReference**, Vienna, 1999. Disponível em: <https://www.wordreference.com/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

KENNEDY, G. **An Introduction to Corpus Linguistics**. London; New York: Longman, 1998.

KOCH, I. G. V. Linguística textual: retrospecto e perspectivas. **Revista Alfa**, São Paulo, v. 42, p. 67-78, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4012/3682>. Acesso em: 27 jan. 2024.

KRIEGER, M. da G. A identidade da terminologia e o perfil do terminólogo. **Revista Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 2, n. 4, p. 155-164, 2006.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LARA, M. L. G. de; LIMA, V. M. A. **Introdução à Terminologia**. Disciplina: Linguística documentária. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. Apresentação do Powerpoint. Acesso em: 25 abr. 2023.

LE GOFF, J. **Os intelectuais na idade média**. Tradução de Maria Julia Goldwasser. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

LIMA, M. R. de. **[Perfil]**. [S. l.], [2024]. Instagram: @sophiaeditorial. Disponível em: <https://www.instagram.com/sophiaeditorial/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

LIRA, M. **[Perfil]**. [S. l.], [2024]. Instagram: @mirialira. Disponível em: <https://www.instagram.com/mirialira/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MACHADO, C. Diferentes funções, mesma profissão: os tipos de revisor de texto. **Revisão para quê**, [s. l.], 24 set. 2019a. Disponível em: <https://revisaoparaque.com/blog/diferentes-funcoes-mesma-profissao-os-tipos-de-revisor-de-texto/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MACHADO, C. Estou aqui para ajudar você a se comunicar melhor. **Revisão para quê**, [s. l.], [2024]. Disponível em: <https://revisaoparaque.com/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MACHADO, C. Precisamos falar sobre a diferença entre preparação e revisão de textos. **Revisão para quê**, [s. l.], 23 set. 2019b. Disponível em: <https://revisaoparaque.com/blog/diferenca-preparacao-e-revisao-de-textos/>. Acesso em: 1 mar. 2024.

MACHADO, C. Especializações em revisão de texto – a distância e presenciais. **Revisão para quê**, [s. l.], 09 ago. 2021. Disponível em: <https://revisaoparaque.com/blog/especializacoes-em-revisao-de-texto/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MAIA, C. M. **[Perfil]**. [S. l.], [2024]. Instagram: @assessoria.textual. Disponível em: <https://www.instagram.com/assessoria.textual/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MAINGUENEAU, D. **Gêneses do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Discurso Literário**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MALTA, L. R. **Manual do revisor**. São Paulo: WVC, 2000.

MANOBRA. In: **DICIONÁRIO Online de Português**. [S. l.]: 7GRAUS, [2024]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/manobra/>. Acesso em: 1 mar. 2024.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística textual: o que é e como se faz**. Recife: UFPE, 1983.

MARTINS FILHO, P. **Manual de Editoração e Estilo**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo horizonte: Editora da UFMG, 2016.

MARTINS FILHO, P.; ROLLEMBERG, M. **EDUSP**: um projeto editorial. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MORAES, A. Quer ter um livro de qualidade? Siga esses passos. **Revisão para quê?**, [s. l.], 18 nov. 2019. Disponível em: <https://revisaoparaque.com/blog/quer-ter-um-livro-de-qualidade-siga-estes-passos/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

MOURA, A. [**Perfil**]. [S. l.], [2024a]. Instagram: @amandamouraeditorial. Disponível em: <https://www.instagram.com/amandamouraeditorial>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MOURA, A [**Perfil**]. [S. l.], [2024b]. LinkedIn: Amanda Moura. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/amanda-moura-75824225/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MOURA, E. [**Perfil**]. [S. l.], [2024]. Instagram: @vagasderevisao. Disponível em: <https://www.instagram.com/vagasderevisao/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MUNIZ JÚNIOR, J. de S. **O trabalho com o texto na produção de livros**: os conflitos da atividade na perspectiva ergodiológica. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17022011-122845/pt-br.php>. Acesso em: 1 jul. 2022.

MUNIZ JÚNIOR, J. de S. **Tinha um editor no meio do caminho**: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Gulliver, 2018.

MUNIZ JÚNIOR, J. de S. Edição. In: RIBEIRO, A. E.; CABRAL, C. A. **Tarefas da edição**. Belo Horizonte: LED, 2020. p. 68-72.

MURAKAWA, C. A. A. Conhecendo o Dicionário Histórico do Português do Brasil - séculos XVI, XVII e XVIII sua história e metodologia In: ISQUERDO, A. N.; ABBADE, C. M. S. (org.). **As ciências do léxico**: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 1 ed. Campo Grande: MS Editora UFMS, 2014. v. VII, p. 267-284.

MURAKAWA, C. A. A. O vocabulário da navegação portuguesa no século XVI: o *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa (1530-1532). In: ISQUERDO, A. N.; ABBADE, C. M. de S. (org.) **As Ciências do Léxico**: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2020. v. IX, p. 269-284. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/3554/1/AS%20CI%C3%84NCIAS%20DO%20L%C3%89XICO__novo_web.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

MURAKAWA, C. A. A.; GONÇALVES, M. F. The corpus of the Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB). In: SILVESTRE, J. P.; VILALVA, A. (org.). **Planning nonexistent dictionaries**. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa/ Universidade de Aveiro, 2015. p. 19-41.

MURAKAWA, C. A. A.; NADIN, O. L. **Terminologia**: uma ciência interdisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

OLIVEIRA, L. H. M. de. **e-Termos**: um ambiente colaborativo web de gestão terminológica. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Computação e Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/55/55134/tde-19012010-150638/pt-br.php>. Acesso em: 12 abr. 2019.

OLIVEIRA, L. H. M. de.; ALUÍSIO, S. M.; ALMEIDA, G. M. B. de. OntoEditor: Uma ferramenta Web para edição de ontologias. In: V Workshop em Tecnologia da Informação e da Linguagem Humana (TIL), 2007, Rio de Janeiro. **Anais do XXVII Congresso da SBC** (Sociedade Brasileira de Computação). Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Computação, 2007. v. 1, p. 1741-1744.

PEREIRA, N. Melhores faculdades de jornalismo: veja as opções e como começar. **Vai de bolsa**, [s. l.], 06 abr. 2023. Disponível em: <https://vaidebolsa.com.br/blog/graduacao/melhores-faculdades-de-jornalismo/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

PERUCHI, R. M. G. **O Léxico da Apicultura e da Meliponicultura no Brasil**: limites e flexibilidade para sua fixação em um dicionário terminológico. 2014. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/18ae7cb0-ca89-43a6-b6ef-6ec8149d7d32/content>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PIEROZZI JUNIOR, I.; OLIVEIRA, L. H. M. de; SOUZA, K. X. S. de. Construindo ontologias de domínio: o (re)conhecimento da intensificação agropecuária no Brasil. In: Seminário De Pesquisa Em Ontologias no Brasil, 3., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 100-108.

PINTO, I. O. **O livro**: manual de preparação e revisão. São Paulo: Ática, 1993.

PORTO-DAPENA, J. A. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002.

PRIMO, G. **Ver o livro como buraco negro**: a formalização material da Antologia da Literatura Fantástica, de Bioy Casares, Borges e Ocampo. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11673/DissertacaoGustavoPrimoRepositorioCorrigida04072019.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 1 abr. 2024.

QUARA, M. Apresente a melhor versão do seu texto acadêmico. **Mestre da Revisão**, [s. l.], [2023]. Disponível em: <https://www.mestredarevisao.com/servico-de-revisao-e-formatacao>. Acesso em: 1 mar. 2023.

QUARA, H. **[Perfil]**. [S. l.], [2024]. Instagram: @mestredarevisao. Disponível em: <https://www.instagram.com/mestredarevisao/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

RENOUF, A. (ed.). **Explorations in Corpus Linguistics**. Amsterdam: Rodopi, 1998.

REVISÃO. In: **AULETE digital**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [2024a]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/revis%C3%A3o>. Acesso em: 1 mar. 2024.

REVISÃO. In: **MICHAELIS**. São Paulo: Editora Melhoramentos, [2024b]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/revis%C3%A3o/>. Acesso em: 1 mar. 2024.

REVISORES from hell. [**Grupo Privado no Facebook**]. [S. l.], Facebook: Vagas Revisores from hell, 22 ago. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/529592557113884>. Acesso em: 1 abr. 2024.

REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. **Alfa**, São Paulo, v. 28, p. 45-69, 1984. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3678/3444>. Acesso em: 27 jan. 2024.

RIBEIRO, A. E. **Navegar lendo, ler navegando**: aspectos do letramento digital e da leitura de jornais. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AIRR-7DDQ6S/1/ana_elisa_ribeiro_tese.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

RIBEIRO, A. E. **Em busca do texto perfeito**: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. 1. ed. Divinópolis: Artigo A, 2016.

RIBEIRO, A. E.; CABRAL, C. A. (org.). **Tarefas da edição**: pequena mediapédia. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2020.

RODRIGUES, D. L. D. I. Para além da normalização: aspectos discursivos das normas de padronização. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 19, n. 36, p. 357-368, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2015v19n36p357>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RUGONI, L. S. **O imaginário do revisor de textos nos ritos genéticos editoriais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: https://grupopesquisacomunica.files.wordpress.com/2016/04/disserac3a7c3a3o_luciana-rugoni-o-imagin3a1rio-do-revisor-de-textos-nos-ritos-genc3a9ticos-editoriais.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

SAGER, J. C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología**. Tradução de Castelhana de Laura C. Moya. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirámide, 1993.

SAIBA como usar diagrama de processos: tipos, dicas e aplicações. **RockContent**, [s. l.], 10 fev. 2021. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/diagrama-de-processos/#:~:text=Diagrama%20de%20processos%20%C3%A9%20uma,de%20desempenho%20e%20muito%20mais>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SALGADO, L. S. **Ritos genéticos no mercado editorial**: autoria e práticas de textualização. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/268892>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SALGADO, L. S. Ritos genéticos editoriais: uma abordagem discursiva da edição de textos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 57, p. 253-276, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n57/11.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SALGADO, L. S. CLARES, L. M. Dispositivos comunicacionais e produção de imaginários: o caso dos periódicos científicos. **Filologia Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 675-693, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v17i2p675-693>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SALGADO, L. S. **Ritos genéticos editoriais**: autoria e textualização. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016a.

SALGADO, L. S. A transitividade das autorias nos processos editoriais. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 187-215, 2016b. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1290>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SALGADO, L. S. **Quem mexeu no meu texto?** questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. 1. ed. Divinópolis: Artigo A, 2017.

SALGADO, L. S. Autoria: uma gestão de mitologias: devoção, reconhecimento e fama. In: SATANA, L. **Edição, livros e leitura no cinema**: um olhar editorial sobre a tela grande. Belo Horizonte: Contafios, 2020a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348395625_Autoria_uma_gestao_de_mitologias_devocao_reconhecimento_fama. Acesso em: 21 nov. 2021.

SALGADO, L. S. Mídium e mundos éticos: notas sobre a construção do Observatório da Literatura Digital Brasileira. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 3, p. 33-53, 2020b. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/7943/5458>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SALGADO, L. S. A revisão de textos nos ritos genéticos editoriais. Gutenberg – Revista de Produção Editorial, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 117-149, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/gutenberg/article/view/63652/pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SALGADO, L. S.; PENTEADO, A. E. de A. (org.). **Mediação editorial**: o que é? quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2018. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/907a66_324d251a96294da394c6bf08b305cfec.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

SANTOS, N. G. A. **Perfil e contexto profissional de revisores de texto autônomos de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2020.

SANTOS, R. C. Os termos técnico-científicos nos dicionários escolares. In: XV Congresso Nacional De Linguística E Filologia, 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. v. XV, n. 5, t. 3, p. 2327-2336. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_3/197.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

SARDINHA, A. P. B. Que tipo de corpus é a Web? **Revista da ANPOLL**, Belo Horizonte, v. 1, n. 15, p. 191-220, 2003. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/430>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SARDINHA, T. B. **Linguística de Corpus**. São Paulo: Manole, 2004.

SARDINHA, T. B. Linguística de Corpus: histórico e problemática. **DELTA**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n2/a05v16n2.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein 26. ed. São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].

SERVIÇOS. Confira nossos serviços de revisão e formatação de textos. **Revisão de Texto Já**, Porto Alegre, [2024]. Disponível em: <https://www.revisaodetextoja.com.br/>. Acesso em: 1 mar. 2024.

SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 20, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqYy4mmn5m8pw/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SIDARUS, A.Y. Onomástica Aegyptiaca: La tradition des lexiques thématiques em Egypte a travers lês ages et lês langues. **Histoire Epistemologie Language**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 7-19, 1990. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1990_num_12_1_2304. Acesso em: 27 jan. 2024.

SILVA, O. L. da. **Das ciências do léxico ao léxico nas ciências**: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária. 2008. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b6c6ad3f-bed6-4e7b-a1fe-43d104267526/content>. Acesso em: 27 jan. 2024.

SINCLAIR, J. Corpus and Text - Basic Principles. In: WYNNE, M. (ed.). **Developing Linguistic Corpora**: a Guide to Good Practice. Oxford: Oxbow Books, 2005. p. 1-16.

SML. Diagrama SIPOC: Para que, como e quando usar? Melhore processos administrativos aplicando metodologias Seis Sigma. **SML**, [s. l.], [2023]. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/24683/1534445913SML_Brasil_Ebook_Sipoc.pdf?utm_campaign=resposta_automatica_para_conversoes_na_lp_ebook_sipoc&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 28 abr. 2023.

SOUSA, P. S. de. **Vocabulário especializado dos passaricultores da Região Metropolitana de Belém**. 2023. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2023. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/6209.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

TERMCAT. **La definició terminològica**. Barcelona: Eumo Editorial, 2009.

USP. [Canal] USP. **YouTube**, [s. l.], 24 ago. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/@CanalUSP>. Acesso em: 1 abr. 2024.

VAGAS para revisores. [**Grupo privado no Facebook**]. [S. l.], Facebook: Vagas para Revisores, 09 set. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/333147126846856>. Acesso em: 1 abr. 2024.

VERDELHO, T. Portugiesisch: Lexikographie. *In*: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. (org.). **Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)**: Band VI/2 – Galegisch, Portugiesisch. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. p. 673-694.

VERDELHO, T. **As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas**. 1. ed. [S.l.]: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WELKER, H. A. **Dicionários**. Brasília: Thesaurus, 2004.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Tradução de Anne-Cécili Nokerman. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

YAMAZAKI, C. Editor de texto: quem é e o que faz. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2007, Santos. **Anais [...]**. Santos: Intercom, 2007. p. 1-16. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r1153-1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

YAMAZAKI, C. **Edição de texto na produção editorial de livros**: distinções e definições. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-31082015-132242/pt-br.php>. Acesso em: 1 jul. 2022.

ANEXO A – LEI DO LIVRO

LEI Nº 10.753 DE 30 DE OUTUBRO DE 2003

Institui a Política Nacional do Livro

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO

DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;

II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;

III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;

V - promover e incentivar o hábito da leitura;

VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;

VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros

nacionais; VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;

IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

CAPÍTULO II DO LIVRO

Art. 2º Considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento.

Parágrafo único. São equiparados a livro:

I - fascículos, publicações de qualquer natureza que representem parte de livro;

II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material

similar; III - roteiros de leitura para controle e estudo de literatura ou de obras didáticas;

IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar;

V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;

VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;

VII - livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual;

VIII - livros impressos no Sistema **Braille**.

Art. 3º É livro brasileiro o publicado por editora sediada no Brasil, em qualquer idioma, bem como o impresso ou fixado em qualquer suporte no exterior por editor sediada no Brasil.

~~Art. 4º É livre a entrada no País de livros em língua estrangeira ou portuguesa, isentos de imposto de importação ou de qualquer taxa, independente de licença alfandegária prévia.~~

Art. 4º É permitida a entrada no País de livros em língua estrangeira ou portuguesa, isentos de impostos nos termos do art. 150, inciso VI, alínea *d*, da Constituição, e, nos termos do regulamento, de tarifas alfandegárias prévias, sem prejuízo dos controles aduaneiros e de suas taxas. (Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003)

CAPÍTULO III

DA EDITORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LIVRO

Art. 5º Para efeitos desta Lei, é considerado:

I - autor: a pessoa física criadora de livros;

II - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

III - distribuidor: a pessoa jurídica que opera no ramo de compra e venda de livros por atacado;

IV - livreiro: a pessoa jurídica ou representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros.

Art. 6º Na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação.

Parágrafo único. O número referido no **caput** deste artigo constará da quarta capa do livro impresso.

Art. 7º O Poder Executivo estabelecerá formas de financiamento para as editoras e para o sistema de distribuição de livro, por meio de criação de linhas de crédito específicas.

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema **Braille**.

~~Art. 8º É permitida a formação de um fundo de provisão para depreciação de estoques e de adiantamento de direitos autorais.~~

~~§ 1º Para a gestão do fundo levar-se-á em conta o saldo existente no último dia de cada exercício financeiro legal, na proporção do tempo de aquisição, observados os seguintes percentuais:~~

~~I - mais de um ano e menos de dois anos: trinta por cento do custo direto de produção;~~

~~II - mais de dois anos e menos de três anos: cinquenta por cento do custo direto de produção;~~

~~III - mais de três anos: cem por cento do custo direto de produção.~~

~~§ 2º Ao fim de cada exercício financeiro legal será feito o ajustamento da provisão dos respectivos estoques.~~

Art. 8º As pessoas jurídicas que exerçam as atividades descritas nos incisos II a IV do art. 5º poderão constituir provisão para perda de estoques, calculada no último dia de cada período de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido,

correspondente a 1/3(um terço) do valor do estoque existente naquela data, na forma que dispuser o regulamento, inclusive em relação ao tratamento contábil e fiscal a ser dispensado às reversões dessa provisão.(Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003)

~~Art. 9º O fundo e seus acréscimos serão levados a débito da conta própria de resultado, sendo seu valor dedutível, para apuração do lucro real. As reversões por excesso irão a crédito para tributação.~~

Art. 9º A provisão referida no art. 8º será dedutível para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. (Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. Os contratos firmados entre autores e editores de livros para cessão de direitos autorais para publicação deverão ser cadastrados na Fundação Biblioteca Nacional, no Escritório de Direitos Autorais.

Art. 12. É facultado ao Poder Executivo a fixação de normas para o atendimento ao disposto nos incisos VII e VIII do art. 2º desta Lei.

CAPÍTULO IV

DA DIFUSÃO DO LIVRO

Art. 13. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, as seguintes ações em âmbito nacional:

I - criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas;

II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) introdução da hora de leitura diária nas escolas;

c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares;

III - instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileirosem feiras e eventos internacionais;

IV - estabelecer tarifa postal preferencial, reduzida, para o livro brasileiro;

V - criar cursos de capacitação do trabalho editorial, gráfico e livreiro em todo o território nacional.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a promover o desenvolvimento de programas de ampliação do número de livrarias e pontos de venda no País, podendo ser ouvidas as Administrações Estaduais e Municipais competentes.

Art. 15. (VETADO)

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES

GERAIS

Art. 16. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros.

Art. 17. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura.

Art. 18. Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livronão é considerado material permanente.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Seção II DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes

orçamentárias; III - os

orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º - Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e

indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

ANEXO B – STOPLIST

de
a
o
que
e
do
da
em
um
para
é
com
não
uma
os
no
se
na
por
mais
as
dos
como
mas
foi
ao
ele
das
tem
à
seu
sua
ou
ser
quando
muito
há
nos
já
está
eu
também
só
pelo
pela
até
isso
ela

entre
era
depois
sem
mesmo
aos
ter
seus
quem
nas
me
esse
eles
estão
você
tinha
foram
essa
num
nem
suas
meu
às
minha
têm
numa
pelos
elas
havia
seja
qual
será
nós
tenho
lhe
deles
essas
esses
pelas
este
fosse
dele
tu
te
vocês
vos
lhes
meus
minhas
teu

tua
teus
tuas
nosso
nossa
nossos
nossas
dela
delas
esta
estes
estas
aquele
aquela
aqueles
aquelas
isto
aquilo
estou
está
estamos
estão
estive
esteve
estivemos
estiveram
estava
estávamos
estavam
estivera
estivéramos
esteja
estejamos
estejam
estivesse
estivéssemos
estivessem
estiver
estivermos
estiverem
hei
há
havemos
hão
houve
houvemos
houveram
houvera
houvéramos
haja

hajamos
hajam
houvesse
houvéssemos
houvessem
houver
houvermos
houverem
houverei
houverá
houveremos
houverão
houveria
houveríamos
houveriam
sou
somos
são
era
éramos
eram
fui
foi
fomos
foram
fora
fôramos
seja
sejamos
sejam
fosse
fôssemos
fossem
for
formos
forem
serei
será
seremos
serão
seria
seríamos
seriam
tenho
tem
temos
têm
tinha
tínhamos
tinham

tive
teve
tivemos
tiveram
tivera
tivéramos
tenha
tenhamos
tenham
tivesse
tivessemos
tivessem
tiver
tivermos
tiverem
tereí
terá
teremos
terão
teria
teríamos
teria